



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Memorial

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Encruzilhadas: caminhos para a História e Docência numa universidade pública brasileira.

Uberlândia

2024



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Memorial

Encruzilhadas: caminhos para a História e Docência numa universidade pública brasileira.

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Memorial apresentado a banca examinadora como requisito parcial para a obtenção de Promoção na Carreira do Magistério Superior da Classe D Associado Nível IV para a Classe Titular, conforme Resolução n. 3/2017 do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia

Uberlândia

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R484e Ribeiro Júnior, Florisvaldo Paulo, 1967-
2024 Encruzilhadas [recurso eletrônico] : caminhos para a História e
Docência numa universidade pública brasileira / Florisvaldo Paulo Ribeiro
Júnior. - 2024.

Memorial Descritivo (Promoção para classe E - Professor Titular) -
Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5232>

Inclui bibliografia.

1. Professores universitários - formação. I. Universidade Federal de
Uberlândia. Instituto de História. II. Título.

CDU: 378.124

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de História

Memorial

Comissão Especial de Avaliação

Prof. Dr. Jaime Rodrigues – PPGH/EFLCH-UNIFESP (titular)

Prof. Dr. Marcos Rogério Cordeiro Fernandes – PPGL/FALE – UFMG (titular)

Profa. Dra. Raquel Discini de Campos – PPGED/FACED- UFU (Presidência)

Profa. Dra. Regma Maria dos Santos – PPGHI-UFCAT (titular)

Profa. Dra. Adriany de Ávila Melo Sampaio – PPGE/IG – UFU (suplente)

Profa. Dra. Maria Marta Lopes Flores – PPGE-FE-UFCAT (suplente)

Uberlândia

2024

Dedicatória

À

Iraci Galvão Salles

Regma Maria dos Santos

Diva do Couto Gontijo Muniz

Luciene Lehmkuhl,

Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro,

historiadoras que me ensinam a sentir e interpretar o mundo.

Meu tempo é hoje.
Eu não vivo no passado,
o passado vive em mim.

Paulinho da Viola

Sumário

Apresentação	7
Primeira Parte -	9
Segunda Parte	59
Agradecimentos	135
Anexos	

Apresentação

Este texto está dividido em duas partes. Na primeira, ofereço um registro autobiográfico em que enfatizo os acontecimentos ligados à minha formação de historiador, as práticas de pesquisa, e carreira de docente nas últimas três décadas, aproximadamente. Desde 1991, a minha vida, relações de trabalho, sociabilidades estão ligadas Universidade Federal de Uberlândia e ao Instituto de História. Por isso, escolhi compor o memorial relatando os momentos iniciais de aprendizagem do ofício de historiador, os desafios da pós-graduação em história, e meu trabalho como professor.

Na primeira parte estão dispostas as minhas memórias, recortadas e remendadas, relativas à formação e aos desenvolvimentos profissionais. Procurei, com algum equilíbrio, me distanciar de uma descrição das minhas atividades e demarcar minhas lembranças da formação e da atuação ali onde ela suscita afeição pelas pessoas, sejam os/as amigos/as, sejam os/as colegas, estudantes. Tento convencer os/as leitores/as das minhas preferências pelo trabalho coletivo. Produzir conhecimento e formar outros/as professores/as e pesquisadores/as são atividades que expressam melhor quando compartilhadas e mediadas por diálogos entre iguais.

Na segunda, apresento-lhes um conjunto de textos que foram elaborados e/ou publicados desde o fim de 2022. Por um lado, minha escolha levou em consideração o fato de serem produções recentes. Por outro, eles representam uma síntese de meus interesses e meus esforços no campo do ensino e pesquisa em história. O primeiro texto, **O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro**, antes de ser publicado na Revista História São Paulo, em dezembro de 2022, foi apresentado na ANPUH Nacional de 2017 (Brasília) e em 2022 no Simpósio Internacional Escravidão e Liberdade (São Paulo). O segundo texto – **As famílias negras e a experiência do cativo: escravidão e liberdade no Triângulo Mineiro** – foi escrito em parceria com João Eurípedes de Araújo e representou a oportunidade de retomar um tema desenvolvido inicialmente na dissertação de

mestrado. Esse trabalho a quatro mãos será publicado numa coletânea sobre histórias e historiografias mineiras organizados pela professora Sandra Mara Dantas. O terceiro texto - **Quando as estátuas caem do pedestal: o presente ensinando o passado aos nossos filhos** - foi escrito em parceria com a professora Ivete Batista, para um livro que organizamos sobre ensino de história publicado no início de 2023.

Por fim, tenho tratado esse processo de avaliação com a abertura para um outro ciclo em que pretendo, na pesquisa, me dedicar a outros temas e objetos. O que não significa, em absoluto, abandonar aqueles que me trouxeram até aqui. Seguirei explorando as potencialidades dos arquivos locais e regionais e de seus acervos. Mas, estou delineando outros projetos em que pretendo, nos próximos exercícios de investigação historiográfica, problematizar a contemporaneidade a partir das questões raciais e de gênero.

O passado me interessa na exata medida das minhas experiências no presente!

Primeira Parte

Eu, que me especializei em escarafunchar a vida de homens e mulheres do passado, sinto-me desafiado a falar de mim mesmo. Exercício um tanto invasivo sob a perspectiva do ofício do historiador. Alguns de nós ousaram a escrita de uma ego-história, por vezes ocultando-se na persona de outros. No geral, não somos treinados para falar de nós mesmos. (REMOND, 1987) No entanto, essa falta de habilidades não autoriza tangenciar as práticas historiográficas que nos conferem um emblema. Ao desafio se soma uma obrigação profissional que a ordem universitária exige. Afinal, elencar os meus feitos acadêmicos se presta a uma etapa de avaliação do trabalho docente na carreira do magistério universitário. Essa é a exigência para se *progredir* – palavra artilosa. A narrativa que se segue é produto-efeito de cortes e recortes, que eu mesmo faço, dentro de um período de três décadas de experiências mútuas de formação. E, creio, seria um desalento expor-lhes os episódios de minha vida universitária nas frias caixas delimitadas nos formulários sugeridos pelas maquinações burocráticas.

Pretendo que os/as leitores/as acessem minhas interpretações, organizadas por uma memória absolutamente seletiva e uma imaginação que, involuntariamente, pode acrescentar momentos só lembrados por mim, que ameaçam lançar dúvidas e suspeições ao que se segue. Assumindo os riscos comuns a todo trabalho historiográfico e fazendo uso de instrumental metodológico que os atenua, tenho a intenção de reconstituir os períodos que vão desde o meu ingresso nos cursos de graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia – 1991 -, passando pela minha atuação como docente da mesma instituição, até o ano de 2024. O ato de lembrar está mediado por uma outra perspectiva marcada pelo amadurecimento-envelhecimento, mas especialmente pela distância temporal em relação aos acontecidos. De um modo ou de outro, o texto expressa os processos de mudança subjetiva pelos quais passei e passo. Os lugares que ocupo nesse mundo social não são os mesmos de outrora. Minha narração tem um traço incontido de invenção. Minha reconstrução se conecta aos afetos pelas pessoas com as quais compartilho essa caminhada, dentro e fora dos muros

da Universidade. Não há como falar do sensível ato de ensinar-aprender, em suas múltiplas dimensões, sem referir-me aos meus/minhas amigos/as e aos parceiros/as que a docência me proporciona. Por vezes, eles/as não são captados pelo “lattes”, mas emprestam significação às rotinas de trabalho. Eles fazem suas aparições e atravessam todo o texto. É uma forma também de homenageá-los/as. Nas encruzilhadas a que sou levado, como professor de história, sempre estive bem acompanhado.

Corto e recorto, incluo e excluo, estico e encurto. Apenas uma parte do que exponho aqui pode ser comprovada: os diplomas, os projetos registrados, os textos publicados, os cursos ministrados, as orientações. Não me arvorar a ficções, mas poço ceder a imaginações, reitero. Peço a paciência dos/as leitores/as quando os afetos me distanciarem das frias obrigações da *promoção*; quando uma ou outra digressão parecer monótona. Por fim, como disse Paulinho da Viola em 1970: “me perdoe a pressa. É a alma dos nossos negócios”.

Um ponto de partida, um lugar de lembrar

E me abracei na bola e pensei ser um dia
Um craque da pelota ao me tornar rapaz
Um dia chutei mal e machuquei o dedo.

João Nogueira e Paulo Cesar Pinheiro

Eu cheguei ao campus Santa Mônica, bloco H de História, numa noite de segunda-feira em 1991. Nós, estudantes, fomos recebidos com atividades típicas de uma calourada. Entretanto, havia novidades no ar: a UFU tentava, com certa eficácia, proibir os trotes violentos; por outro lado, o grande ‘império ao norte’, no ano anterior, invadira o Iraque. O fim da Guerra Fria exigia novos investimentos ao imperialismo estadunidense. A “tempestade no deserto” – título abertamente cínico - tinha se iniciado em agosto de 1990 e estava perto do fim, nos inícios do ano seguinte. Fomos acolhidos, em meio ao burburinho, com aulas-palestras sobre a geopolítica do petróleo e sobre a história política brasileira. Afinal, estávamos sob a presidência do efêmero “caçador de marajás”, o resultado de uma aliança política entre empresários industriais, banqueiros, empresas de comunicação e de políticos apoiadores e beneficiários da ditadura civil-militar. Um governo errático, sem base parlamentar e que em 1992, após confiscar os dinheiros dos brasileiros médios, seria alvo do impeachment.

Nós, os ingressantes, formávamos um “corpo” discente eclético. Houve o encontro de ao menos duas gerações marcadas por diferenças políticas, religiosas e culturais. Os gostos musicais não cabiam todos no mesmo corredor do prédio da História; podíamos ouvir, na mesma festa ou boteco nas margens do “Santa Mônica”, Raul Seixas, Tim Maia e Tião Carreiro; de Belchior a Nação Zumbi; de Odair José a rock progressivo; de Cartola a Noel Rosa. Nessa lista Chico Buarque, Caetano, Bethânia, Gal Costa funcionavam como a cola que nos unia. Nós reiterávamos o processo de monumentalização da memória das resistências à ditadura por intermédio da música urbana. Havia ainda os contemplativos que não tiravam da vitrola os Geraldos, Vandrê e Azevedo, Paulinho Pedra Azul. Eu mesmo, quando aportei naquele lugar, que não tinha muros nem grades, já ouvira um pouco de tudo: rock nacional dos anos 80, Milton,

Djavan, muito samba nas interpretações de Clara Nunes, Beth Carvalho e muita música sertaneja/caipira tocadas nas rádios locais. Nesse ínterim, nos esforçávamos para ler e compreender uma miríade de textos que iam da história antiga a introdução aos estudos históricos. Desde o início estávamos certos de que não seria fácil apreender as práticas científicas.

No primeiro semestre participei de um curso de extensão baseado na leitura do “capítulo” da mercadoria d’O Capital de Marx. O professor José Roberto Zan – muito admirado por nós – conduzia os estudos nas sextas-feiras pela manhã. Não demorou muito o nosso encontro com o polo oposto: Foucault, em especial *Microfísica do Poder* (1979) e *Vigiar e Punir* (1987). Os historiadores marxistas Thompson (1998) e Hobsbawm (1981) foram muito lidos. Mas a escola historiográfica francesa emergia entre nós com toda a força. Lucien Febvre (1989), Marc Bloch (s/d), Fernand Braudel (1965), Michel Vovelle (1985), Robert Danton (1986), Jacques Le Goff (1990) ocupavam os corredores (o grupo dos revolucionários apelidou essa vertente historiográfica de “perfumaria”). Hoje compreendo que, além da crítica, esse jogo continha traços misóginos na medida em eram as professoras as responsáveis por nos apresentar essa ‘nova’ historiografia). Circulavam entre nós trechos da Introdução aos Estudos Históricos de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos (1946). Eram textos cruciais para a compreensão da história da historiografia. A construção da memória histórica, e sua problematização, era apresentada a nós a partir dos inovadores textos de Carlo Vesentini, *A teia do fato* (1997) e *A revolução do vencedor* dele e Edgar de Decca (1977) e o *Silêncio dos Vencidos* (1981). Me lembro de uma palestra ministrada por Edgar de Decca num aconchegante auditório do CDHIS lotado. Fomos atraídos à leituras da obra de Walter Benjamin e suas teses sobre o conceito de história se tornaram alvo das nossas interrogações e das inúmeras dúvidas. Essas reflexões tinham efeito especialmente quando nos esforçávamos para compreender a história e historiografia das ditaduras varguistas e civil-militar.

Em História do Brasil visitávamos frequentemente os clássicos Sergio Buarque de Holanda (1936), Gilberto Freyre (1998), Caio Prado Jr. (2000), Fernando Novais (1978), Emília Viotti da Costa (1966), Maria Odila Dias da Silva (1984), Carlos Guilherme Mota (1985); e os “novos” Laura de Mello e Sousa (1986), John Manuel Monteiro (1994),

Margareth Rago (1985), Ronaldo Vainfas (1989), Eder Sader (1988). Fomos apresentados também aos Estudos de Gênero e à História das Mulheres, o que causou certa apreensão aos revolucionários, sempre eles, de que pudéssemos perder de vista o objetivo de destruir o capitalismo. Afinal, numa leitura reducionista, para eles a revolução exigiria uma historiografia revolucionária cujo único objeto deveria ser a luta de classes. De fato, os temores dos autodeclarados marxistas, que existiam entre nós, não foram suficientes para bloquear os caminhos abertos pelos novos objetos e temas de pesquisas e que, em certa medida, eram trilhados por nossos/as professores/as. Um exame rápido nos TCCs da década de 1990 poderá demonstrar as influências das dissertações e teses escritas pelos/as docentes em nossas monografias de conclusão de curso: história do trabalho, história da cultura, história das mulheres, entre outros.

1991 foi um ano intenso para mim. Me casei com a Wilma e nossa primeira filha, Izadora, nasceu em 10 de dezembro. Na medida em que as responsabilidades familiares aumentavam, eu diminuía o ritmo da formação. No entanto, isso não me afligiu, afinal ser professor de história não fazia parte dos meus sonhos. Havia, contudo, no interior do núcleo familiar materno¹, um estímulo para obtenção do diploma universitário. Nós, netos e netas do Sebastião Messias de Oliveira e de Maria dos Reis de Oliveira, eramos impulsionados pelas experiências de nossos pais e mães. Entre o fim da década de 1980 e o início da década de 1990 planejávamos o ingresso na universidade pública. Meus avôs maternos tiveram cinco filhos e antes que eu ingressasse no curso de História três deles tinham concluído cursos universitários. Minha mãe, Maria Helena de Oliveira Ribeiro, se formou em Pedagogia (depois de longa experiência no ensino fundamental) e quando me matriculei no curso de História ela era professora do Curso de Pedagogia da UFU. Meu tio e padrinho, irmão mais velho de minha mãe, Juarez Messias de Oliveira, se formou em Direito. Meu tio Alfredo Júlio de Oliveira se formou em Odontologia. Meus tio e tia, Ismael e Gabriela - filhos mais jovens, concluíram mais tardiamente o ensino médio e o curso de Pedagogia, respectivamente. Meu avô era mestre-de-obras e minha avó uma dona de casa. Os líderes de uma família preta e pobre – que frequentaram muito pouco a escola –, cientes da força do racismo e acreditando que

¹ Eu nasci em novembro de 1967 e meu pai faleceu em janeiro de 1971. Viúva, com dois filhos e grávida de um terceiro, minha mãe retornou para a casa dos pais, onde fui criado e de onde saí apenas quando me casei.

uma possível superação também da pobreza se daria pela educação e pela formação escolar e universitária, incentivavam os estudos. E eles fizeram o que estava ao seu alcance para que os filhos percorressem esse caminho fechado para eles, ambos nascidos na década de 1910.

O campus Santa Mônica, em 1991, não me pareceu estranho. Durante parte final da infância e adolescência eu costumava passar por ali para jogar futebol. Havia o *Estádio Municipal*, um campo de futebol de terra batida e todo murado com tijolos de alvenaria só chapiscados. Nele treinavam os jogadores “dentes-de-leite” do Esporte Clube Depson e para jogos dos campeonatos amadores da cidade. Nós também usávamos o campo para as famosas “peladas”. O muro não cumpria efetivamente a sua função. Esse campo de futebol estava dentro da área da universidade e deu lugar, anos mais tarde, a Biblioteca do Campus. Tempos depois, entre os 12 e 16 anos de idade, joguei futebol no XV de Novembro, time treinado pelo Sebastião Cristino que era funcionário da UFU. O campo, ao contrário do Municipal, era todo gramado e parcialmente protegido por uma linha de eucaliptos bem altos e que geravam uma sombra na sua metade lateral, além do cheiro característico nos dias chuvosos de verão. Esse campo de futebol mais tarde deu lugar à expansão do bloco G (Pedagogia) e a construção do ginásio poliesportivo coberto.

No segundo ano da faculdade, aprovado em concurso na área de educação municipal, me tornei servidor público e assumi as funções de secretário escolar na Escola Municipal Eurico Silva, bairro São Jorge, e então pude me dedicar um pouco mais ao curso de História. O salário era um pouco melhor, o convênio médico atendia as necessidades familiares, e não tralhava aos sábados. Assim conseguia ler os textos, os muitos textos, diga-se de passagem, e o aproveitamento foi melhorando. Em 1993 fui transferido para a Escola Gláucia Monteiro, no bairro Pampulha, às vésperas de sua inauguração e em 1994, por solicitação minha, fui cedido ao Arquivo Público Municipal, onde permaneci até 1999. Esta instituição tinha mais características de um centro de documentação: acervos fotográficos, jornais, mapas, e alguns documentos oriundos da Intendência-Prefeitura e Câmara de Vereadores. O trabalho que desenvolvi no Arquivo foi fundamental para que eu compreendesse melhor as práticas de pesquisa em história que tinham se tornado centrais no novo currículo da graduação com habilitação em

bacharelado e licenciatura (essa última etapa era opcional). A convivência com a Regma Maria dos Santos (coordenadora do Arquivo por um período de 2 anos aproximadamente), que escrevera uma dissertação de mestrado (1993) sobre os meios de comunicação em Uberlândia e preparava o projeto de doutoramento; Renísia Cristina Garcia Felici (1997) que desenvolvia uma pesquisa sobre a violência urbana; os professores e estudantes de áreas afins que nos visitavam me ajudaram na elaboração dos primeiros esboços de um projeto de pesquisa.

Em dúvida sobre qual tema de investigação escolher – me interessei inicialmente pela história dos movimentos negros na região depois de encontrar uma pequena nota, em um jornal de 1936, informando sobre a criação de uma filial, em Uberlândia, da Frente Negra Brasileira –, me aproximei da professora Iraci Galvão Salles com quem, entre 1995 e 1996, desenvolvi um projeto de iniciação científica sobre a escravidão na região do Triângulo Mineiro, a partir dos acervos do Arquivo Público da cidade de Uberaba. As leituras de Carlo Ginzburg (2006), João José Reis (1986), Maria Helena Machado (1987), Raquel Soihet (1989) e de Sidney Chalhoub (1990) mostravam as potencialidades dos processos-criminais como fontes de pesquisa e de escrita da história. De um lado, Iraci me ensinou a sistematizar as leituras em fichamentos e notas. Também exigiu o uso correto dos conceitos, a explicitação da metodologia, a exploração dos conteúdos documentais. Do outro lado, eu precisava me deslocar até a cidade de Uberaba e examinar processos-crime produzidos no século XIX, manuscritos em letras, às vezes, ilegíveis. Uma dificuldade que o hábito foi dissipando.

Esse projeto resultou no Trabalho de Conclusão de Curso/Monografia intitulada *A conquista da liberdade: cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil* (1997). Eu usei o segundo semestre de 1996 para realizar os estágios de Prática de Ensino (Escola Estadual Castelo Branco, no bairro Jaraguá), concluir a pesquisa e escrever a monografia. O texto, extenso para os padrões atuais, foi avaliado pela banca examinadora no fim de fevereiro de 1997. Trabalhando na Secretaria de Cultura eu contribuíra para as atividades de celebração dos 300 anos da morte de Zumbi, em 1995, e confesso que toda aquela fixação dos movimentos negros nas histórias do quilombo dos Palmares e na liderança de Zumbi me causavam certo desconforto, em particular, por uma mitificação da personagem que seria confrontada, mais tarde, por

trabalhos historiográficos e arqueológicos. Todo o processo de construção das imagens do herói da liberdade, iniciado no fim da década de 1970 e que teve seu ápice em 1995, silenciava outras personagens e lutas de resistência contra a escravidão. Em certa medida, essas dúvidas em relação às narrativas celebrativas marcaram a escolha por um caminho teórico-político que me permitisse assinalar as vidas cotidianas dos “protagonistas anônimos”. Modos de vida e táticas de luta contra a escravidão esquecidas naquelas caixas de papelão.

No TCC me esforcei para desfocar o crime (suposto) que era a motivação para aquele volume processual. Adotei essa perspectiva pois me pareceu uma forma viável de me aproximar da vida cotidiana dos escravizados. Foi necessário contornar a monotonia dos depoimentos repetitivos e olhar para as motivações, os conflitos antigos a espera de um desfecho. Prestei atenção também às histórias semelhantes que me ofereceram um fio condutor para indiciar as violências e resistências em meio àquela superficial sensação de calma que os hábitos diários e a exploração reiterada poderiam nos trazer. Tentei demonstrar, a partir de uma interpretação da documentação disponível, que os escravizados (essa palavra não era usada em 1997) lutaram cotidianamente, nos quadros da dominação senhorial e com isso participaram de um modo peculiar e viável da fragilização, deslegitimação e, conseqüente destruição do sistema escravista brasileiro. Eles não foram objetos passíveis diante da violência da escravidão, mas negociaram e resistiram usando a criatividade, a lucidez e o senso de realidade. Fiz uso exaustivo do binômio negociação e resistência que emprestei da obra de João Reis e Eduardo Silva (1989) e das reflexões de Silvia Lara (1995).

Epigrafei o texto com um samba dos poetas Luiz Carlos da Vila e Bandeira Brasil, uma homenagem a São Benedito, a experiência das lutas quilombolas e a outros protagonistas na luta pela libertação dos muitos cativeiros. Encontrei nessa canção um modo de anunciar a trilha escolhida, recolocando o acontecimento - 13 de maio – como resultado, também, das resistências negras. As palavras de Luiz Carlos e Bandeira Brasil eram de louvação a liberdade implicando todas as agências possíveis:

Aquele que diz que o negro/Sequer liberdade exigiu/Gente que não sabe nada/Da história do Brasil/Nunca ouviu falar de Palmares/Nem sequer de Zumbi Ganga Zumba/Mas na hora do aperto/Vai logo correndo para uma macumba

(...)

A divina lei tem espaço/Em toda e qualquer conjuntura/Porém, tem quem vem com embaraço/De ter que apor assinatura/E de Chica da Silva, a audácia/E de Anastácia, a santa – obstinação/Somente a negligência/Não vê exigência/Da libertação. (Luiz Carlos da Vila, 1995).

A sala 1H55, onde ocorreu a defesa, estava lotada com familiares, amigos e colegas estudantes. Meu avô, perto dos 80 de idade, suportou com altivez toda a conversa sobre teoria, historiografia, fontes, interpretação etc. Ao final, se me lembro bem, ele tinha um olhar de aprovação. Minha mãe, que fazia mestrado em Educação da Unimep adiou o retorno a Piracicaba para acompanhar o processo de avaliação. Os professores que me “arguíram” exigiram muitas explicações, mas ao final reconheceram o meu esforço. Isso gerou uma sensação de dever cumprido. Eu estava feliz com o conteúdo que eu produzira sob a orientação da professora Iraci Galvão Salles.

Nossos/as professores/as não tinham clareza quanto ao que exigir dos trabalhos de conclusão. O que se pode verificar é que os textos ficaram muito extensos, com balanços historiográficos acompanhando uma coleta de dados significativa. Por um lado, esse momento preparou vários/as de nós para cursar um mestrado. Por outro, muitos bons alunos não conseguiram concluir a graduação também em face dos níveis oscilantes de exigência para os TCCs.

À medida que o fim do curso se aproximava, minha família crescia. Às vésperas do Natal de 1996 nasceu a nossa segunda filha, Vitória. Me sentia confortável com a segurança e da estabilidade oferecidas pelo meu cargo de servidor público municipal. Afinal a docência não estava no elenco dos meus interesses, em particular na educação básica. A pós-graduação *stricto sensu* exigia investimentos de tempo e de dinheiro. Os cursos mais próximos estavam em Campinas e São Paulo e a década de 90 fora desestimulante para os estudantes de graduação, em particular das licenciaturas. Por aqui, como se fossem atividades curriculares informais, participamos de greves contra a recusa do governo Collor de Mello em nomear o reitor eleito, professor Nestor Barbosa. As forças políticas locais, que tinham apoiado incondicionalmente os governos dos generais e até fizeram carreira e dinheiro, nesse momento controlavam, em espaço regional, os ritmos e destino da transição “democrática”. A partir dos governos Itamar

Franco e Fernando Henrique Cardoso, foi preciso reagir ao crescente movimento de privatização e à política de destruição das universidades públicas. Em nome do ‘ajuste fiscal’ não se reajustava os salários dos docentes; não havia a reposição das vagas abertas por motivos de aposentadoria e outros; cortes de bolsas de pesquisa. Os contratos de trabalho dos professores substitutos garantiam o andamento cambaleante das atividades de ensino. Esse projeto de reforma do país nos estimulava a refletir criticamente sobre a tradição autoritária que caracteriza a sociedade brasileira. As formulações de Marilena Chauí (1982) e outros intelectuais orientavam nossas críticas ao governo FHC, às elites brasileiras e a adoção dos programas neoliberais.

Esse período foi o momento em que muitos dos nossos/as professores/as também se qualificavam, incentivados por recursos governamentais destinados à produção de mestres e doutores. Os programas mais receptivos estavam na Universidade de São Paulo – USP, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, e na Universidade de Campinas – Unicamp. Entre os anos de 1994 e 1998 a quase totalidade deles/as concluiu cursos de doutoramento. Isso nos proporcionou uma formação inicial conectada com uma bibliografia mais atualizada e com estímulos frequente a pesquisa; abriu espaço para que muitos estudantes também fossem recebidos nos cursos de mestrado dessas instituições; como resultado, antes do fim da década de 1990 estava criado o primeiro programa de pós-graduação em história da região com a primeira turma de mestrado ingressando em agosto-setembro de 1999.

Em 1998, enquanto cursava a especialização em Filosofia (que não concluí), fui incentivado pelo meu amigo Júlio Cesar Oliveira – autor de um belo livro sobre a boemia uberlandense (2012) – a me inscrever no processo seletivo da PUC-SP. Júlio formou-se em História pela UFU e era um professor muito requisitado nas escolas privadas, em especial nos cursos pré-vestibulares. Ele cursava o mestrado desde o início do ano e me colocou em contato com a professora Iara Maria Aun Houry.

Eu relutei bastante. Um pouco por timidez, outro tanto por medo da recepção. Nossa primeira conversa foi objetiva. Ela disse: - “Júlio falou muito bem de você. Mas qual é o seu tema de pesquisa?” Então contei que tinha feito uma pesquisa sobre a escravidão a partir de fontes judiciais. Ela pareceu interessada: - “Se você for aprovado

no processo seletivo, eu posso orientá-lo”, ela me informou. Agradei muito a disposição em me ouvir e receber e confirmei que me inscreveria.

São Paulo entrara no horizonte!

Os caminhos da pesquisa nas cores de São Paulo

É sempre lindo andar na cidade de São Paulo
O clima engana, a vida é grana em São Paulo
A japonesa loura, a nordestina moura de São Paulo
Gatinhas punks, um jeito yankee de São Paulo

São Paulo, São Paulo – Premeditando o Breque

Até setembro de 1998, eu viajara duas ou três vezes a São Paulo. Dessa vez eu seria ciceroneado pelo Luíz Carlos do Carmo, que estava cursando o mestrado na PUC. Cheguei na cidade para acompanhar o Simpósio da Anpuh-SP. O projeto de pesquisa que seria apresentado ao Programa estava em preparação e aquela semana foi decisiva. Amailton Azevedo, estudante da pós-graduação, e sua então companheira Egle Bartolli, estudante de Ciências Sociais nos acolheram naqueles dias em que fiquei aturdido com as dinâmicas da cidade e da própria PUC-SP povoada por pesquisadores/as de todos os lugares do país.

Ao voltar para casa finalizei o projeto – Luíz leu uma das versões e fez importantes sugestões de correção e acréscimos de bibliografia –, organizei o currículo – não havia plataforma Lattes –, os comprovantes e enviei o material pelos Correios no último dia permitido pelo Edital. No Trabalho de Conclusão de Curso, mesmo fixado nos processos-criminais, notei que havia a possibilidade de acessar outros documentos cartoriais, alguns disponíveis no próprio Arquivo de Uberaba como os inventários *post-mortem*, as partilhas, ou ainda as escrituras de compra e venda de escravos e as cartas de liberdade sob a guarda dos cartórios. No entanto, foi preciso controlar o ímpeto pois, entre o ingresso e a entrega da dissertação, havia apenas 24 meses, prazo menor que o necessário para uma mudança nos rumos da pesquisa. O recomendável era seguir as trilhas abertas pelo trabalho de conclusão de curso.

Na capa do projeto coloquei uma frase do historiador Fernando Novais dialogando com Paul Veyne (1983) acerca da noção do exercício historiográfico como um inventário das diferenças. Dizia Novais (1997): “o objetivo, através da indagação dos

novos temas, continua o mesmo, ou seja, a procura de nossa particularidade, pois a história, segundo Paul Veyne, é o inventário das diferenças, e, poderia acrescentar, a compreensão da mudança”². Na etapa final do processo seletivo os candidatos selecionados passavam por uma banca de entrevistadores/as. O frente a frente me deixou mais nervoso do que a expectativa e uma professora sacou uma pergunta que me causou certo arrependimento: – “O que é para você o inventário das diferenças?” Eu tinha lido o pequeno ensaio do Paul Veyne durante a graduação. Mas na hora de responder enrolei um pouco e a professora me interrompeu dizendo: – “Tá bom”! Foi uma sensação de alívio e de apreensão. Aparentemente, eu tinha me preparado para todas as perguntas, menos para aquela.

Fui classificado. E quando viajei a São Paulo, no início de dezembro, para fazer a matrícula, minha mãe, que fizera uma cirurgia em setembro para tentar extirpar um câncer de mama, estava sob cuidados paliativos. Atormentado, fiz a matrícula e retornei imediatamente sem fazer contato com as pessoas que eu conhecera meses antes. Ela faleceu em fevereiro, um mês antes do início das aulas. Na primeira semana na PUC-SP descobri que meu projeto tinha sido classificado em primeiro lugar. Parecia uma ótima notícia, pois eu receberia uma bolsa de estudos por 24 meses. Mas havia uma sensação de frustração. Ao voltar para casa eu não poderia contar para a minha maior incentivadora sobre essa vitória e de como eu tinha sido recebido na “selva de pedra”. Esse é um vazio permanente. Sem remediação.

Minha mãe não soube que na primeira semana, subindo as rampas em direção ao quarto andar do prédio novo, me encontrei com Amailton. Ele me perguntou o que eu fazia por ali. Quanto eu contei que estava na PUC para o início do semestre. Ele me repreendeu por não os ter procurado e quis saber onde eu estava e que eles me esperavam em casa. Mineiramente, disse que não havia necessidade. Mas ele insistiu e disse, também como um mineiro que não é, que seria uma desfeita. O convite em forma de intimação era um alento. Eu não tinha dinheiro e estava sozinho naquele lugar.

² Adotei o “inventário das diferenças”, de modo flexível, como um princípio de ativação das pesquisas sobre a escravidão no Triângulo Mineiro. A partir dele pude amadurecer uma crítica acerca de precária definição de história local e/ou regional. As dinâmicas singulares que caracterizam as histórias das variadas populações do Brasil não ensejam métodos historiográficos específicos para analisá-los, compreendê-los e explicá-los. Afinal, minha especialidade é história do Brasil.

Durante os próximos dois anos meu endereço paulistano seria a travessa Campevas, logo ali depois da avenida Sumaré.

Para PUC convergiam pesquisadores-estudantes de variados pontos do país. Viajávamos do sul de Minas, do Triângulo Mineiro, do interior de São Paulo e da Bahia, de Salvador, Fortaleza e do interior do Pará, de Curitiba. Alguns entre nós precisávamos nos deslocar semanalmente. Um ir e vir desgastante. Outros se viram na contingência de mudar para São Paulo, em especial aqueles que vinham do nordeste e do norte do país. Essas condições quase sempre instáveis e precárias arregimentaram uma solidariedade que se manifestava nos longos cafés nos intervalos das aulas e nos bares no pé da escadaria da rua Monte Alegre, que frequentei muito diga-se de passagem. Há colegas, findo o mestrado, com os/as quais nunca mais tive contato, Amélia Maraux (Salvador), por exemplo, mas de quem guardo ótimas recordações. Ou Vanicleia Santos, lá de Jacobina, de quem acompanho a importante e bem-conceituada produção no campo da história da África. Outros, como Gláucia Ribeiro de Lima, me concedem o prazer da visitação intermitente, mas que acalenta o coração com as ótimas lembranças daqueles tempos ligeiros em Sampa.

Durante o mestrado, duas professoras foram muito importantes no processo de desenvolvimento da dimensão teórico-metodológica do meu projeto. Maria Antonieta Martinez Antonacci ministrou um curso sobre história cultural em suas muitas vertentes. Lemos muito Raymond Williams (1979), Roger Chartier (1988), Michel de Certeau (1980), Edward P. Thompson (1998) e Denise Bernuzzi Sant'Anna, que expressava uma perspectiva mais aberta em relação à historiografia discutindo e propondo temas ligados à cidade e ao viver urbano, aos corpos, aos fluxos e velocidades. Propondo diálogos entre a história, filosofia, geografia, ciências médicas por intermédio de Vigarello (1988) Paul Virilio (1996), Alain Corbin (1987), entre outros.

No campus de Perdizes as atividades acadêmicas eram muito variadas. Num mesmo semestre, em duas manhãs de quartas-feiras, pudemos ouvir Marilena Chauí e Milton Santos. Os auditórios sempre lotados e atentos aos discursos de dois professores com carreiras profissionais irrepreensíveis e com uma capacidade de formulações críticas sobre a vida social e política no Brasil, com ataques diretos a própria estrutura universitária, sua burocratização e as formas contábeis de avaliação que mimetizavam

os modelos estadunidenses. Duas performances absolutamente provocativas e inspiradoras. Momentos de aprendizagem que em São Paulo pareciam compor uma rotina a que todos estavam acostumados. Em Uberlândia, por exemplo, essas aparições eram raríssimas e por isso é importante lembrar de um encontro das universidades federais de Minas Gerais, sediado pela UFU em 1995. Tivemos oportunidade de assistir às conferências e aos cursos de historiadores que compunham a bibliografia de nossas disciplinas de História do Brasil: Fernando Novais, Jobson Arruda, Alcir Lenharo, que lançou aqui o seu livro “Cantores do Rádio: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo” (1995), apresentado como tese de livre docência no ano anterior.

Minhas pesquisas continuaram localizadas nos arquivos da cidade de Uberaba. Então, durante os dois primeiros semestres eu tinha apenas as sextas-feiras livres. Voltava de São Paulo na quinta-feira à noite e chegava no início da manhã em Uberaba e me encaminhava ao Arquivo Público de lá. O atendimento ao público tinha início ao meio-dia. No entanto, a direção me permitia entrar às sete da manhã eu aproveitava para estender a pesquisa até as quatro da tarde, quando então ‘tomava’ o ônibus e viajava os 100 kms restantes para chegar em casa no início da noite.

A pesquisa sobre os processos-crimes se desdobrou para os inventários *post-mortem* e uns escassos fragmentos de jornais das décadas finais do século XIX. Por influência da diretora do arquivo, Maria Aparecida Manzan, consegui acessar documentos que estavam em posse de cartórios notariais. Encontrei escrituras de compra e venda e os livros com registros das cartas de liberdade³. Isso me permitiu pensar as variadas formas de construção da liberdade formal, os muitos significados atribuídos a ela pelos escravizados e pelos senhores. Esse outro conjunto documental me obrigou pensar o papel das famílias negras na organização comunitária, como instituições fundadas em laços de solidariedade, que atribuíam os seus significados às tramas da liberdade. Nesse lugar, notei que as mulheres escravizadas, libertas e livres exerciam protagonismos decisivos para a superação da escravidão e para instalar perspectivas de futuro naqueles cotidianos atribulados pela violência permanente do

³ Anos mais tarde também os documentos cartoriais passaram a guarda do Arquivo Público de Uberaba que organizou o **Catálogo para estudo da Escravidão em Uberaba**, 2009.

sistema escravista moderno. Nesse momento, o binômio resistência e acomodação me possibilitou politizar a vida diária dos escravizados. Ainda me beneficiei de obras originais que vinham aquecendo o debate no interior da historiografia da escravidão: Roberts Slenes (1999) e Hebe Mattos (1993), Manolo Florentino e José Roberto Goés (1997), entre outros, não obstante as conclusões diversas, me permitiram pensar as famílias escravas, as cartas de liberdade e o período de crise da dominação senhorial. “Na senzala uma flor” se tornou um texto fundamental também por apontar a necessidade de inclusão das culturas e histórias africanas na reconstituição da história da escravidão no Brasil, algo que eu ainda não tinha condições de fazer a partir das fontes documentais disponíveis.

Como resultado do Exame de Qualificação, realizado no final de setembro de 2000, eu reescrevi todos os três capítulos que havia apresentado e acrescentei um quarto capítulo em que eu procurava problematizar os novos arranjos que se apresentavam nas cidades da região e que sinalizavam uma disputa, entre libertos e as elites senhoriais, pelos significados da liberdade. Os proprietários reagiram para tentar manter os parâmetros de exploração do trabalho dos ex-escravizados e cercear-lhes o acesso à participação na vida pública das cidades. Essa outra versão do trabalho, em vias de se tornar uma dissertação, foi lida pelo professor Jaime Rodrigues e pela professora Regma Maria dos Santos. Seus apontamentos foram importantes para que eu corrigisse alguns erros e outras tantas fragilidades. Em março de 2001 eu entreguei o texto final que defendi no final de maio, diante de uma banca examinadora formada pelo professor José Carlos Barreiro e pelas professoras Heloisa Faria Cruz e Lara Aun Khoury, orientadora da pesquisa.

Em relação à dissertação, não muito tempo depois da defesa pública, me dei conta de que o título fora um equívoco. As palavras *batuque* e *trabalho* induzem a pensar que eram esses os meus objetos de análise. O trabalho escravo atravessa o texto como uma condição social e jurídica identificadora dos agentes cuja vida me interessava. Os batuques aparecem apenas numa descrição de um episódio de festejos que celebravam a abolição, no último capítulo. Na medida em que juntei à análise dos processos-crimes, as cartas de liberdade, as escrituras de compra e venda de escravos, os inventários e partilhas criei condições para me aproximar das variadas formas,

empreendidas pelos escravizados, de lutar e conquistar a liberdade, os arranjos envolvendo homens negros livres e homens brancos pobres, os artifícios das alforrias condicionais – muito utilizadas pelos senhores visando preservar os serviços, alguma disciplina e os laços paternalistas. Ou seja, a liberdade se configurou no meu objeto de pesquisa. Seria mais acertado que eu repetisse o título do TCC: “a conquista da liberdade”. Ainda gosto dos resultados da pesquisa apresentados naquele texto, mas o título ainda me deixa constrangido.

Quero lembrar um episódio da pesquisa. Não obstante o acesso a bibliografia mais atualizada, ao menos aquela produzida no Brasil, e à historiografia estadunidense, a exemplo de Eugene Genovese (1988) e Davis (2001), Foner (1988) a expectativa de encontrar escravos rebeldes o tempo todo me dificultou compreender, inicialmente, o conteúdo das fontes documentais. Minhas análises pareciam resistir às evidências de contradições e ambiguidades que atravessavam os modos de vida dos escravizados. Me librei desse “escravo rebelde, coerente” quando tive a oportunidade de assistir, em Uberaba, à festa do Treze de Maio. Uma festa do Congado que homenageava a ancestralidade africana, Zumbi dos Palmares, Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Princesa Isabel. Aquele cortejo de negros e negras pelas ruas da cidade e toda aquela bricolagem de símbolos me fizeram voltar aos documentos coletados para reinterpretar-decifrar as táticas com as quais escravizados, libertos e livres enfrentavam as violências do domínio senhorial sem que se perdesse de vista as expectativas de libertação e expressassem, em seus atos cotidianos, a sua humanidade.

Como prêmio pela finalização do trabalho, eu, Wilma e as meninas passamos três dias no litoral, em Praia Grande, no apartamento do Nino e da dona Cida – uns amigos lá de Diadema. Eu estava meio sem rumo. Não tinha mais a bolsa e não tinha mais o emprego no Arquivo Público Municipal de Uberlândia. Quando eu comecei a cursar o mestrado pedi uma liberação do trabalho. A prefeitura autorizou minha ausência por dois dias da semana e me obrigou a cumprir a carga horária semanal aos sábados e domingos acompanhando visitantes no Museu Municipal. Aceitei aquelas condições pois o valor da bolsa era uma temeridade, em particular para alguém que precisa sustentar a família, e os pagamentos ainda eram incertos. Isso mesmo. No principado do sociólogo, a obsessão pela austeridade e o desinvestimento na educação e ciência

geravam um mês que às vezes tinha 40 ou 50 dias e um temor de que as bolsas pudessem ser suspensas-canceladas sem aviso prévio. Somava-se a isso um movimento, partindo do corpo discente dos programas do sudeste, de denúncia dos bolsistas que trabalhavam acarretando a perda da bolsa e, por vezes, a obrigação de devolver os valores recebidos. Por medo de me tornar alvo, fiz um novo pedido de licença para a prefeitura, agora sem pagamento dos vencimentos. Contudo, depois de alguma demora o pedido foi indeferido. Foi então que decide pedir a exoneração. Havia muitos riscos e precisei fazer uma aposta, que se mostrou acertada até maio de 2001. Ao terminar o curso de mestrado eu tinha um novo diploma, mas estava desempregado. Minha situação me fez lembrar as ironias da vida d'O pequeno burguês de Martinho da Vila (1969): "quem quiser ser como eu vai ter que penar um bocado".

Pesquisa e docência: itinerário composto

Eu, que não tinha planos de me tornar professor, é preciso reiterar, de repente estava participando de um processo seletivo, incentivado pela Regma, para professor substituto e quase imediatamente assumindo essa função no Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás. Durante um ano, fui responsável pelas disciplinas de Estágio Supervisionado, o que me possibilitou conhecer as escolas da cidade, e por cursos nomeados Núcleos Livres, de temáticas abertas sobre história do Brasil, nos quais desenvolvi um plano de ensino sobre as religiões e religiosidades afrobrasileiras. Nesse instante, o salário muito ruim foi contrabalançado com a recepção acolhedora dos/as professores/as e amigos/as Cláudio Maia, Ismar Costa, Valdeci Rezende, Luiz Carlos, Sérgio Sérvulo (do curso de Educação Física), Kênia Pereira (do curso de Letras) e Regma dos Santos.

No início de 2002 recebi um convite para dar aulas no curso de História de uma faculdade na cidade de Paracatu. A primeira proposta era para que eu trabalhasse aos sábados. Depois me ofereceram aulas de quarta-feira a sábado. Eu teria que viajar quase 700 km toda semana. Mas os salários eram acompanhados pelo pagamento de todas as despesas de alimentação, combustível, hospedagem. Durante o período de dois anos ministrei aulas de história contemporânea e história de Minas Gerais. As viagens desgastantes foram compartilhadas, por um breve período, por duas amigas: Maria Andreia e Ivonilda Lemes. Havíamos nos encontrado ainda no curso de graduação e a vida profissional foi reservando esses encontros fraternos que se repetiriam outras vezes. Em Paracatu fiz novas amizades que ainda me acompanham. O professor Paulo Sérgio Moreira da Silva, historiador de Patos de Minas que conhecia bem os meandros da cidade e seus resquícios coloniais e as professoras Amália Cardoso Alves, historiadora de Araxá e Telma Borges da área de literatura, uma belo-horizontina poetisa e ficcionista. As nossas conversas amenizavam a dureza do trabalho numa cidade hostil aos “forasteiros”. As vezes nos encontrávamos na Cafeteria do Fernando Moreira Salles, na rua Goiás. Era um cantinho protegido, onde nos informávamos das últimas fofocas da cidade e conversávamos sobre quase tudo. Fernando era um sujeito de boa prosa, funcionário aposentado do Banco do Brasil, e que tocava pandeiro nas rodas de samba

lá do Paracatuquinho, um bairro de majoritária população negra. Na cafeteria ele era auxiliado pelo Adélio, um discreto apontador do jogo do bicho com quem eu fazia a minha “fezinha” na águia, de vez em quando.

Em Paracatu também ministrei aulas de história contemporânea no Seminário João XXIII, a convite do padre Ivan Lopes. Durante um semestre em 2003, nas manhãs de quinta e sexta-feira eu me encontrava com aqueles jovens vocacionados e que resistiam pouco aos atrativos da vida mundana. Ainda que na infância eu tenha feito toda uma formação católica na Igreja de Bom Jesus nas Tabocas, as minhas relações com o cristianismo clerical sempre foram superficiais. De todo modo, foi uma boa experiência de convivência com os alunos que projetavam o sacerdócio e com uma sutil vigilância, sobre as minhas aulas e diálogos, exercida pelos padres por meio das frestas do piso da sala e das paredes da edificação colonial onde funcionava o Seminário.

As incertezas sobre o próprio futuro da escola onde trabalhava me fizeram planejar o retorno à pesquisa a partir de uma sensação de urgência. Aquele amontoado de aulas, com salas sempre cheias, e o bom salário lá pelos meados de 2003 começaram a parecer uma armadilha movediça. Para enfrentá-la eu comecei a preparar um projeto de doutorado. Planejava uma possível volta à PUC-SP onde as professoras me conheciam. Por outro lado, eu não queria seguir estudando a escravidão. Isso se transformou num desafio de retomar a pesquisa de um ponto muito inicial, seja em relação à bibliografia, seja em relação às fontes documentais. Um exame superficial das fontes indicava a viabilidade de um estudo que se detivesse sobre as dinâmicas sociais dos inícios do período republicano e de como as populações regionais se reorganizaram desde a extinção da escravidão. Procurei por um objeto de estudo e encontrei outro: o trabalhador nacional. Agora seria necessário delimitar a abordagem e escolher os conceitos que tornassem possível a interpretação.

Por um descuido inexplicável, perdi o prazo de inscrição no processo seletivo do Programa de História da PUC-SP. Fiquei desconcertado com a minha negligência. O curso de doutorado do Instituto de História da UFU estava em preparação, mas não havia ainda uma previsão de abertura. Continuei pesquisando, via internet, a procura de outros programas que fossem acessíveis. Percebi que as inscrições para a UnB estavam abertas. Minha amiga e colega de trabalho, Amália fazia mestrado em Sociologia

naquela universidade – em Paracatu, havia dois ou três colegas que cursavam o mestrado em História na Universidade de Brasília – UnB –, e me colocou em contato com a professora Diva Muniz. Na UnB, o candidato deveria indicar dois possíveis orientadores, então eu entendi que precisava contactar um/a docente previamente. Contactei a professora Diva e ela me pediu que enviasse o projeto. Depois disso, nos encontramos nas salas da UnB e conversamos sobre as possibilidades daquela exploração que eu propunha. Ela me convenceu de que o texto necessitava de alguns acréscimos e correções e me autorizou a indicar o nome como orientadora no ato da inscrição.

Foi tudo muito rápido. Entre o fim de outubro e início de dezembro de 2003 o processo seletivo estava concluído. Aprovado ainda ministrei aulas em Paracatu e em fevereiro fui demitido por intermédio de um telegrama. Uma atitude deselegante da coordenação e que prejudicou a minha realocação durante o primeiro semestre de 2004. Eu tinha pensado em seguir trabalhando em Paracatu (que está localizada acerca de 200 kms de Brasília) até o fim daquele ano e depois me dedicar ao curso de doutorado. Nem tudo saiu como planejado.

Brasília: o desalento da trajetória e os (re)encontros

Em março de 2004 começaram as aulas na UnB. O ambiente universitário era muito diferente daquele que eu experimentara em São Paulo. Durante um ano, nos três dias em que permanecia na cidade, eu chegava muito cedo ao campus, vindo da Rodoferroviária, do Guará II ou do Vicente Pires – onde fui acolhido no apartamento tia Júlia Rodrigues e na casa da Marizete e do Lelis (todos parentes da Wilma), respectivamente. Conseguia falar com os colegas apenas durante as aulas e nos intervalos. Entre nós o prolongamento das aulas nos bares e congêneres era inviabilizado pelas dinâmicas da vida urbana brasiliense. Nos fins de tarde havia uma debandada. Alguns precisavam trabalhar, outros, fugir do trânsito. E, ou saímos um tanto apressados do campus, ou ficávamos perambulando pela sua imensidão entre a biblioteca e a cafeteria.

Durante o primeiro ano frequentei cursos, com as professoras Diva Muniz e Vanessa Brasil, que foram muito proveitosos para o desenvolvimento da tese. Nesse período mantive diálogo mais constante com duas colegas mestrandas, Adínia Santana Ferreira (2006; 2021) e Marinelma Meireles (2006; 2018) docentes nas redes públicas. Nossos temas de pesquisa eram diferentes, mas isso não impediu as nossas conversas sobre os cursos, professores, a universidade e os nossos lugares. Adínia é de Brasília e Marinelma de São Luís do Maranhão. Mesmo não recebendo bolsa, me voluntariei para as atividades do Estágio de Docência na disciplina História do Brasil Império nos cursos de graduação, dividindo esses afazeres com o também doutorando Ernesto Cerveira Sena. As leituras da bibliografia referenciada no programa da disciplina possibilitaram o amadurecimento das minhas considerações sobre a ‘passagem do trabalho escravo para o trabalho livre’, em particular na esfera dos movimentos políticos e de construção de hegemonia das classes senhoriais originalmente analisados por Ilmar Roloff (1990).

Durante o ano de 2004 experimentei algumas dificuldades financeiras. As viagens eram custosas mesmo para quem não precisou pagar as hospedagens. Como fui demitido em fevereiro não consegui outro emprego como professor e durante o primeiro semestre o ‘seguro-desemprego’ representou um relativo refrigério. Contudo,

eu consegui iniciar o processo de pesquisa que me levou a outros arquivos, além daqueles pelos quais eu vinha transitando nos últimos anos, e acervos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba em diferentes cidades: Uberlândia, Araguari, Uberaba, Patos de Minas, Belo Horizonte. Minha colega de curso de graduação e amiga Larissa Gabarra (2009) me enviou do Rio de Janeiro, onde preparava seu doutorado, documentos sobre o movimento higienista e algumas de suas expedições. Em Patos de Minas, o historiador Antônio Oliveira Melo me permitiu acessar um extenso acervo de jornais do início do século XX. Ele é uma pessoa muito desconfiada e ciosa do seu lugar de memorialista oficial do lugar. Isso dificultou a minha aproximação mediada, então, pelo meu amigo o também historiador Paulo Sérgio Moreira da Silva que aceitou a tarefa de convencer Oliveira (ou Oliveira Melo) a permitir a pesquisa em sua sortida biblioteca e fazer cópias dos textos selecionados em especial de um acervo de jornais. Em retribuição, eu dediquei a ele e ao memorialista Antônio Pereira da Silva um artigo publicado na Projeto História da PUC (2009). Ainda assim, ele reclamou muito por ter grafado seu nome errado. Mas depois de alguma relutância, me pareceu ter compreendido a homenagem.

A partir de 2005, o tempo de pesquisa e escrita da tese foi dividido com as atividades docentes. Ministrei aulas em estabelecimentos universitários em Caldas Novas e Itumbiara, no estado de Goiás. Nas duas cidades reencontrei colegas dos tempos de graduação. Em agosto de 2006, assumi aulas no curso de História da UFU como professor substituto. Eu já recebia bolsa de estudos desde maio daquele ano e, mesmo que o regulamento da Capes permitisse ao bolsista trabalhar, fiz consultas ao programa e à orientadora para tentar evitar as tensões experimentadas em 1999.

O ensino universitário público brasileiro, nesse momento, recebeu investimentos que possibilitaram a criação de novas universidades e a ampliação das existentes com a abertura de novos cursos e o aumento de vagas de docentes. Ao fim do governo FHC, o Brasil possuía cerca de 45 universidades federais concentradas na região centro-sul. Doze anos depois tínhamos 63 universidades federais com campus espalhados também pelas regiões norte e nordeste.

Essas transformações produzidas por investimentos estatais trouxeram relativo otimismo para nós que estávamos cursando doutorado em escolas de todo o Brasil e,

nos primeiros anos do século XXI, sofriamos com as dúvidas em relação a um futuro emprego em que nossos diplomas fossem valorizados e as condições de trabalho que estimulassem as nossas capacidades de ensino, pesquisa e extensão. As expectativas eram alimentadas pelo aumento de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado; pelas possibilidades de bolsas “sanduíche”, que permitiram estadias em prestigiosas universidades da Europa Ocidental e dos Estados Unidos da América; pelos concursos públicos para o ingresso na carreira de professor efetivo. Em face do movimento de expansão das universidades federais pude prestar dois concursos, enquanto cursava o doutorado e antes do ingresso na UFU, para professor efetivo ainda em 2006. O primeiro no Campus Avançado de Catalão – UFG e o segundo no Campus do Pontal/Ituiutaba – UFU. Nos dois concursos fiz boas provas escritas. Mas, com um currículo frágil e aulas medianas não fui sequer classificado.

Nessa quadra, reencontrei alguma energia para encaminhar o processo de Exame de Qualificação no fim do primeiro semestre de 2007 (na UnB apresentamos um relatório de pesquisa e não uma prévia do trabalho final com capítulos organizados). Eu já estava atrasado em relação aos prazos regulamentares. Desde os primeiros dias de 2008 tive que me dedicar quase inteiramente a escrita da tese, dividindo meu tempo com as muitas aulas no curso de história e com as preocupações sobre a viabilidade do meu futuro como professor universitário. Em agosto de 2008, defendi a tese diante de uma banca formada pelas professoras Div do Couto Gontijo Muniz (orientadora) Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, Regma Maria dos Santos, Ione Fátima de Oliveira, e o professor Antônio José Barbosa.

Na tese, em meio às interrogações sobre a passagem da escravidão ao trabalho livre procurei problematizar as produções de representações sociais sobre trabalhador nacional por meio das quais as elites locais/regionais tentavam restabelecer, em consonância com as elites nacionais, a ordem social por intermédio de um conjunto variado de prescrições que instituíam esse “outro” trabalhador, que era instado a esquecer as violências do passado e apresentar-se como um sujeito moralizado, higienizado, medicalizado, civilizado. Capaz de produzir bons frutos para a nação sem reivindicar o estatuto de cidadão. Busquei compreender os processos de produção do “imaginário social do trabalho” e de reforma social. A pesquisa me levou a múltiplas

elaborações discursivas: jornalistas, médicos, políticos, religiosos, memorialistas e historiadores, que atacavam as expressões da ociosidade e vadiagem, com discursos abertamente racistas, ao mesmo tempo em que se esforçavam para redefinir os papéis de homens, mulheres e crianças (pobres) no interior de uma sociedade civilizada. Nesse conjunto as representações foram compreendidas como instituintes do mundo social, como efeitos das práticas discursivas e não-discursivas, que nos possibilitaram compreender as transformações no 'mundo da ordem' e as resistências interpostas a elas.

Eu fui diplomado em setembro de 2008 e em novembro tomei posse como professor efetivo no Instituto de História.

O Instituto de História: parcerias e desafios

No instante em que escrevo minhas memórias me dou conta de que estou completando 18 anos de trabalho docente no Instituto de História da UFU, lugar em que vivencio um processo de aprendizagem contínua. Em 2006 ingressei como docente por meio de um processo seletivo para professores substitutos. Nós erámos quatro ou cinco. Todos nós egressos do curso de graduação: Maria Andréia, Gilberto Pereira, Ivonilda Lemes e eu – havia também um colega do interior de São Paulo de quem não lembro o nome. Fomos todos sobrecarregados com uma carga horária que os docentes efetivos não admitiam para si próprios. Ênfase, no entanto, as oportunidades para aprender um pouco mais sobre a docência em nível universitário com destaque especial para a formação de professores da escola básica.

As professoras Josiane Cerasoli e Vera Puga foram generosas ao dividirem comigo os espaços da sala de aula. A presença delas me permitiu disfarçar, com alguma eficácia, a insegurança. Durante dois anos me dediquei às disciplinas de Prática de Ensino I e II (dedicadas aos estágios nas escolas) e a Oficina de Ensino de História. Ir às escolas para acompanhar os estágios dos licenciandos também foi muito importante para compreender melhor as dinâmicas das atividades, as fragilidades do curso de História, em particular, por nos aferrarmos à fórmula 3 + 1, exaustivamente criticada desde a década de 1990, até a reforma curricular de 2006. Nosso esforço, naquele momento, concentrou-se na tentativa de reestabelecer uma relação de confiança entre os/as professores/as das escolas, os estudantes de história (que não se constrangiam em fazer uma crítica superficial da experiência escolar, por vezes estimulados por nós mesmos, os/as supervisores/as desses estágios, e os professores da licenciatura. Era preciso orientar melhor os/as estudantes que iam às escolas e acompanhar presencialmente as próprias atividades do estágio, estimulando assim uma compreensão de que as disciplinas que focalizavam a formação dos professores e o ensino de história eram tão importantes quanto as “teóricas”.

Nesse trabalho, Josiane, por exemplo, trouxe de volta ao calendário acadêmico o Encontro de Professores de História do Triângulo Mineiro, numa parceria com o

CEMEPE (Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz) da Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia. Na abertura do evento, em 2006, recebemos a professora Maria Carolina Bovério Galzerani (2021) da Faculdade de Educação da Unicamp. Por outro lado, Vera e eu, em 2007, editamos um número da revista *Caderno de História* (2007) – publicação conjunta do Instituto de História e Eseba/UFU –, com as reflexões dos discentes que resultavam dos seus experimentos realizados nas atividades de estágio. Minha atuação nas disciplinas específicas das licenciaturas me aproximou de uma bibliografia que problematizava a história do ensino de história, suas metodologias, a produção e a utilização de materiais didáticos, além da relação conflituosa entre escola e universidade. Nos anos seguintes, os planos de ensino e as demais atividades foram mediadas pelo conceito de cultura escolar (JULIA, 2001; FARIA FILHO, 2004). Essa foi uma chave para compreender a relativa autonomia dos agentes escolares frente aos lugares de ciência simbolizados pelas universidades. Também as críticas aos currículos, a partir das formulações de Silva (1999), permitiram pensar a politização do espaço escolar e seu papel na configuração das identidades sociais e culturais.

Em 2008 fui lançado em um turbilhão. Eu tinha menos de seis meses para concluir a tese e meus colegas de departamento, na tentativa de “facilitar” as coisas para mim, me impuseram uma carga horária de 16 horas, em sala de aula, o que era o dobro do que os professores efetivos concediam a si próprios. Entre janeiro e julho eu só podia dormir em média três horas por dia. Para incrementar a situação, a UFU abriu o edital de concurso para docentes efetivos em que somente os/as doutores/as poderiam se inscrever. Era como se estivesse sendo punido pelo meu próprio atraso. Não havia alternativa a não ser lutar. Eu ajuizei uma ação argumentando o direito de me inscrever na medida em que a instituição que promovia o concurso não poderia exigir a comprovação da titulação na inscrição e tão somente na posse dos candidatos aprovados. Havia uma súmula vinculante sobre o tema emitida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ, 2002).

Enquanto esperava a célere justiça brasileira, interrompi a escrita da tese para estudar. Eu precisava me preparar para a situação mais favorável. No dia estabelecido para o fim do período de inscrições um juiz federal aceitou os meus argumentos, e

determinou que a UFU recebesse a minha inscrição mesmo que eu não cumprisse o requisito da titulação.

O concurso foi realizado entre abril e maio. Mas não pude sequer comemorar quando vi o meu nome na lista de aprovados. Recomeçava uma corrida contra o tempo. Eu precisava defender o doutorado e receber o diploma antes de ser convocado para a posse. Continuei dividindo o tempo entre as salas de aulas e a escrita da tese. Nesse momento, o apoio da orientadora foi crucial para suportar toda aquela pressão. Entreguei a tese em julho. Defendi em agosto e fui diplomado em setembro.

O período da defesa de tese coincidia com o fim do meu contrato de substituto. Mas, por uma demora da UFU no processamento das contratações, a professora Luciene me pediu que assumisse algumas aulas e providenciou a extensão do meu contrato. Defendi a tese numa quinta-feira. Voltei para casa, comemorei o feito com os amigos e familiares e na semana seguinte eu, que sonhara com um breve momento de descanso, estava de volta à sala de aula. Ainda hoje não consigo compreender como o meu corpo e mente suportaram tamanha carga de estresse.

O campus Santa Mônica fervilhava. As cerimônias de posse de docentes, naquele ano, eram concorridas e aconteciam, por vezes, no anfiteatro do Bloco 3Q, com capacidade para mais de 300 pessoas. Em novembro de 2008, o espaço ficou lotado com a presença dos novos/as docentes e de seus familiares. Erámos aproximadamente uma centena de novos/as professores/as. Eu tomava posse junto com a Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro e Ana Paula Spini, duas professoras com quem compartilho vários momentos da vida dentro e fora da universidade. Os primeiros atos foram a assinatura do termo de posse e filiação ao sindicato – Adufu-SS.

Nos 16 anos seguintes, o trabalho em sala de aula se concentrou em quatro componentes curriculares: Estágios Supervisionados II, III e IV (instante em que posso acompanhar as atividades no espaço escolar), História Local e Regional, Introdução a História da África e História Contemporânea II. As duas últimas exigiram um trabalho de pesquisa bibliográfica e bastante tempo de estudo e preparação. Busquei orientação nos planos de curso de professores/as de História da África – Marina de Melo e Sousa (2002; 2020), Maria Cristina Cortez Wissenbach (2015; 2020), Jaime Rodrigues (2005), Vanicléia Santos (2008), entre outros – me apoiei também em estudos clássicos – M’Bokolo (2009), Alberto da Costa e Silva (1992; 2002), Thornton (2004; 2012). O desenvolvimento do campo por historiadores/as brasileiros/as contribuiu muito para os meus estudos e um certo interesse pelas Áfricas Ocidental e Centro-Oeste. Creio que os trabalhos de Thiago Henrique Mota (2018) sobre a África islâmica; Mariana Bracks Fonseca (2018) sobre Nzinga Mbandi, as guerras angolanas e sua imagem na diáspora; Anderson Oliva (2007) sobre o ensino de história da África no Brasil se juntaram aos trabalhos de Lucilene Reginaldo (2005), Roquinaldo Ferreira (2012) e Mariana Pinho Cândido (2011), Patrícia Teixeira Santos (2013). Houve também uma aceleração das traduções acompanhadas a publicação, em edição revisada, dos oito volumes do História Geral da África que se tornaram materiais importantes para a compreensão e

divulgação da história e historiografia africanas⁴. Inicialmente as minhas preocupações se concentravam nas presenças das Áfricas no Brasil. Ou seja, me guiava por uma certa concepção de história do Brasil que orientava as minhas buscas por Áfricas. Logo notei que as traficâncias transformavam as culturas africanas que aportavam nas Américas e que olhar para África pelas lentes do Brasil reduzia a história daquele continente a uma fotografia 3x4 distorcida. Com o tempo, me esforcei para abordar as dinâmicas africanas sem tentar transformá-las em extensão da história do Brasil, ainda que os espaços escolhidos tivessem relação com as etnias que foram objeto da escravização atlântica. Afinal existiam povos e culturas no continente antes que a história da escravidão moderna, nas Américas, se configurasse como eixo da acumulação capitalista.

Em relação a história contemporânea tenho dedicado atenção especial aos regimes autoritários e totalitários, as inúmeras guerras do século XX, os imperialismos, a superação do Estado de bem-estar social, a crise das democracias ocidentais. No último, ano reservei algumas aulas para tratar os conflitos no Oriente Médio, em particular da Questão Palestina desde uma perspectiva crítica do sionismo, das semelhanças entre as ações de controle dos territórios e da exploração dos corpos desumanizados desenvolvidas pelos Estado de Israel e o regime de *apartheid* sul-africano.⁵

Para história local e regional (ou história e região, depois de mais uma mudança curricular), as minhas escolhas recaíram sobre a história e historiografia do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Nos planos de ensino, sempre procurei promover visitas aos arquivos e museus de Uberlândia e Uberaba. Transitei por esse caminho desde 1995 e, por força das pesquisas, vinha acompanhando a produção de dissertações e teses que se encaixavam nessa espacialidade. As exigências do trabalho eram semelhantes em todas as disciplinas. No entanto, em história local e regional e estágios supervisionados eu me sentia mais confortável, em razão de uma experiência de pesquisa e ensino, respectivamente.

⁴ Durante o primeiro governo Lula, o ministério da Educação promoveu a revisão e atualização do conteúdo da HGA e a disponibilizou a bibliotecas escolares e na versão digital completa. Mais recentemente foram publicados os volumes IX e X.

⁵ PAPPÉ, 2007; SANTOS, 2023; PACHECO, 2020; FINKELSTEIN, 2001; SAID, 2012.

Para os Estágios Supervisionados (por vezes o trabalho foi compartilhado com Josiane Cerasoli, Gilberto Noronha, Regina Ilka Vasconcelos, Martha Emisia Barbosa e Mara Nascimento), a despeito de uma relativa experiência com as temáticas que configuravam o campo da formação de professores e metodologias do ensino de história, procurei me aproximar de colegas das áreas afins. Em particular daqueles que se dedicavam a refletir sobre esses temas nos cursos de pedagogia e geografia. A obrigatoriedade de ensinar história da África e das culturas africanas e afrobrasileiras criou um terreno comum por onde transitamos e onde dialogávamos sobre os temas, a produção de materiais didáticos, o relacionamento escola-universidade. No campo da história, aproveitávamos a oportunidade para enfatizar os temas ligados a história do ensino de história. As redes constituídas com os/as docentes da escola básica também foram importantes para a elaboração dos planos de ensino a partir de ‘novos’ problemas e desejos experimentados no interior do espaço escolar. Pensar esse cosmos a partir do conceito de cultura juvenil desenvolvido por Fernando Seffner (2000; 2012) possibilitou tratar as questões trazidas pelos estagiários por uma outra perspectiva, menos hierarquizante, e propor alguns caminhos viáveis para compreendermos aqueles espaços peculiares e com demandas muito específicas que, por vezes, foram ignoradas por nós os/as docentes universitários/as, como se os espaços não estivessem intimamente conectados.

Ainda em 2009, Elizabeth, Mara e eu nos juntamos e elaboramos um projeto com o qual concorreremos a recursos financeiros destinados exclusivamente a reequipar os laboratórios das unidades acadêmicas. O Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História (LEAH) foi parte da minha formação e de tantos outros desde a graduação. Contudo, por uma dessas contradições que invadem a vida universitária, ele havia sido desativado e os seus acervos enviados para o CDHIS (Centro de Documentação e Pesquisa em História). Restara apenas uma pequena placa, toda rabiscada, indicando a sala onde outrora funcionou o LEAH. Nosso projeto foi bem-sucedido e conseguimos, de início, recursos financeiros para adquirir armários, computadores, máquinas fotográficas digitais, gravadores, filmadoras e datashow para uso dos estagiários e dos/as professores/as responsáveis pelos estágios. Conseguimos ainda doações de livros didáticos referenciados no PNLD. O espaço físico da sala 1H38b foi reestabelecido

como a sede do LEAH expressando uma mudança na condução dos estágios e se transformando num espaço institucional importante para a formação dos licenciados. Simbolicamente a 'reinauguração' do Laboratório representava o início de um longo processo de valorização dos estágios supervisionados, com os estudantes sendo instados a cumprir todas as exigências curriculares e docentes acompanhando em detalhes cada etapa de realização das atividades⁶.

Durantes esses 18 anos da minha passagem pela UFU como docente (02 anos como substituto), transitei por variados componentes curriculares além daqueles em que concentrei maior atenção. Observando mais vagarosamente, essas outras disciplinas me mantiveram próximo dos eixos explicitados acima: Cultura Afrobrasileira, História da América Latina, Tópicos Especiais em História do Brasil Império e República, História e Educação. Essas escolhas se repetiram quando ministrei por duas vezes disciplinas em cursos de especialização organizados pela Faculdade de Educação e pelo Instituto de Geografia.

Nas atividades de orientação nos cursos de graduação, não consegui construir um grupo temático coeso. Ainda assim, orientei TCCs sobre as religiões de matriz africana, outros tantos sobre a música brasileira, futebol, cinema. Os temas de 'história local e regional' passaram e passam por um período de desqualificação. Os/as estudantes não estão mais convencidos, como eu e outros estivemos, das potencialidades de pesquisa e de carreira docente construídas a partir dos arquivos locais. Por outro lado, minha escolha sempre foi acolher os objetos de pesquisa que estudantes me apresentavam, sem forçar uma mudança que fosse mais adequada aos meus interesses. Isso talvez explique a diversidade temática sob minha orientação e, ao meu tempo, um percentual pequeno de orientandos de graduação que conseguiram concluir seus TCCs.

Essas orientações, com temas muito diversificados não se repetiram durante a minha breve passagem pelo Programa de Pós-Graduação. Enquanto estive lá, entre 2012 e 2016, ministrei disciplina em parceria com o professor Marcelo Lapuente Mahl e orientei as dissertações de Julio Cesar de Souza (2013), Johnisson Xavier Silva (2014) e

⁶ Após 2010 esse trabalho recebeu a participação de outros colegas que vão investir nos projetos de PIBID e Residência Pedagógica.

Viviane Pereira Ribeiro Oliveira (2018). Desde 2022 cooriento, em parceria com a professora Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro, a dissertação de João Eurípedes de Araújo sobre as famílias escravas no Triângulo Mineiro (2024).

Em relação às minhas pesquisas elas representaram, durante um período, um esforço de perseguir questões que não tinham sido resolvidas na tese de doutoramento, talvez com um olhar um pouco mais atento, agora, em relação a questões da raça/racismo e de gênero. Em parte, revisei os temas nos artigos e capítulos de livros que vieram a público desde 2011. Sob o aspecto quantitativo, poderia considerar uma tese bem-sucedida. Não obstante essa acolhida, continuo gostando dos textos que escrevi – a tese e a dissertação. Isso não significa desconsiderar suas lacunas, inconsistências e mesmo erros que, identificados, foram corrigidos quando o trabalho foi transformado em artigo e em capítulos de livros⁷.

Continuo desenvolvendo o projeto “Cultura e Poder: gênero, trabalho, cidadania e violência em Minas Gerais no século XIX”, participando dos eventos acadêmicos onde apresentei resultados parciais dessa pesquisa, e, ainda que em número insuficiente para os parâmetros de avaliação, publiquei textos autorais ou em co-autoria em periódicos científicos e livros. Contribuíram para reforçar essas escolhas, as minhas estreitas vinculações ao Núcleo de Estudos de Gênero (NEGUEM) – onde pude retomar a pesquisa com os processos-criminais, inventariados sob a coordenação da professora Eliane Schmaltz (Instituto de Ciências Sociais) e estou em fase de redação de um texto que conta a história de João Batista da Luz, o João do Corte, homem negro, comerciante, envolvido em múltiplas ações violentas –, e ao Núcleo Estudos Afrobrasileiros (NEAB-UFU) que proporciona para nós apoio acadêmico e político decisivo se considerarmos que a UFU é uma instituição que tem resistido muito a adoção das políticas de *ação afirmativa*. Esses são dois espaços de aprendizagem que orientam as minhas ações como professor e pesquisador. Participei também (2013-2015), a convite da professora Luciene Lehmkuhl, do projeto, coordenado por ela, *Imagens de arte e ilustração publicadas na revista Ilustração Brasileira*, onde aprendi a pensar as imagens também

⁷ Ver RIBEIRO JÚNIOR, 2011a; 2011b; 2011c; 2015; 2016.

em seus atributos estéticos e nos recursos técnicos dos artistas, nos quadros da história da Arte e da história da imprensa ilustrada no Brasil.

Ao longo desses anos participei de atividades de extensão. Destaco os Cursos de Educação para Relações Étnico Raciais, organizados pelo NEAB-UFU e coordenador pela professora Vania Aparecida Bernardes; os Seminários de História Local e Regional: culturas, identidades, memórias, sob a coordenação da professora Mara Regina do Nascimento; e mais recentemente das atividades de Celebração dos 60 anos do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia, sob a coordenação da professora Iara Toscano Correia.

Em quase duas décadas de trabalho docente no Instituto de História me esforcei para realizar as atividades acadêmicas – ensino, pesquisa, extensão e gestão -, por meio de parcerias com docentes, técnicos administrativos e estudantes. Os textos autorais, por exemplo, em forma de artigos e capítulos de livros, podem produzir a impressão de isolamento ou individualismo e, na universidade, exista mesmo um culto a presunção, estou convencido de que o caráter público de uma universidade pública está fundado em relações horizontalizadas e no trabalho coletivo. Não acredito, e apreendi isso em parte da minha formação, que a qualidade de um curso universitário se restrinja à soma das qualidades individuais. Educar, ensinar história, resultam de práticas sociais de aprendizagem e ação democráticas.

Além da sala de aula: as funções administrativas e as necessidades políticas

A passagem de professor substituto a professor efetivo reservava surpresas. Diante de uma crise política na sucessão da professora Luciene Lehmkhul e com apoio dela, da professora Vera Puga e dos professores Wenceslau Gonçalves Neto e Antônio de Almeida fui alçado a função de diretor *pró-tempore* do Instituto de História em setembro de 2009. Essa nova atividade administrativa me trouxe uma sobrecarga de trabalho. Uma unidade acadêmica como o Instituto, em que as deliberações são exaustivamente discutidas, exige inúmeras reuniões, seja para resolver os problemas gerais dos cursos de graduação, seja em relação aos problemas específicos dos cursos de pós-graduação. Para tornar tudo ainda mais complexo, herdei da professora Luciene a oposição numericamente relevante e que, por vezes, tentava dificultar ao máximo os encaminhamentos e as construções de consensos.

Os/as diretores/as são representantes das unidades acadêmicas nos conselhos Diretor e Universitário, que se reúnem mensalmente com pautas diversificadas, e são convocados, por vezes, como relatores dos processos que chegam a essas instâncias. Há também as disputas políticas para determinar quem controla o presente e os futuros da UFU. As atribuições da direção do instituto me fizeram compreender mais rapidamente as configurações políticas no interior da universidade e aprender a solavancos a arte da negociação. Pude também compreender uma estrutura burocrática muito diferente e mais complexa do que aquela existente quando cursei a graduação. Fui obrigado a decorar todas as siglas que indicam os variados departamentos administrativos pois os/as servidores/as se comunicam exclusivamente por elas tornando tudo inacessível a um neófito.

Permaneci como diretor *pró-tempore* até o final de 2011 quando compreendi que havia condições para convocar uma eleição. O professor Marcelo Lapuente Mahl me sucedeu e, em razão dos acordos, nesse mandato fui escalado como substituto legal (uma espécie de vice-diretor). Em 2015, eu sucedi o professor Marcelo – o professor Jean Luíz Neves Abreu se tornou o substituto legal –, num segundo mandato que terminou em 2019, alguns meses antes do fim, quando eu convoquei eleições. Tínhamos

vividos crises no Programa de Pós-Graduação Acadêmico, que pareciam intermináveis e que resultaram na queda da avaliação e no desastre do descredenciamento do Curso de Doutorado. Tudo isso anunciado desde a avaliação de 2012, sem que os problemas apontados merecessem a nossa devida atenção. Entre os anos de 2013 e 2014, integrei o Colegiado do Programa e vivenciei, ao vivo e em cores, as dificuldades de construir um consenso acerca das mudanças que eram necessárias para recolocar o projeto em conformidade com os termos do “contrato” que havíamos assinado com Capes e MEC. Mesmo não sendo mais credenciado, como diretor meu papel era mediar as negociações para reconstruir o Programa. Nesse ínterim, a professora Ana Paula Spini assumiu a coordenação e liderou uma primeira etapa da reforma – a que muitos resistiam – cujo resultado palpável foi o reestabelecimento do doutorado em 2023.

Em meio à crise um grupo de professores/as se mobilizou para elaborar um projeto do mestrado profissional em história, um programa de Ensino de História em Rede Nacional (ProfHistória), destinado a formação de professores/as da Educação Básica que até agora apresentou ótimos resultados e, em 2025, abrirá sua primeira turma de doutorado profissional. Nessa proposta também atuei como um mediador, angariando apoio interno para o projeto e buscando garantias de que as instâncias administrativas da universidade tratariam o tema com a celeridade que merecia.

Durante esse segundo mandato, acumulei a função de integrante do Conselho Curador da Fundação de Apoio Universitário (FAU), como representante do Conselho Diretor da UFU. A Fundação não conseguia responder satisfatoriamente a uma crise provocada por reiterados déficits financeiros e a baixa capacidade de assessoramento dos projetos confiados a ela. Havia também as ingerências do Ministério Público que impôs a UFU a assinatura de um “acordo” em que essa se comprometia a sanear a instituição. “Sanear” significou a demissão de trabalhadores/as da Fundação e uma completa reestruturação organizacional. Mas nesses casos, os meus protestos e a minha oposição não sensibilizaram um conselheiro sequer. Os “cabeça de planilha” são sempre implacáveis. Ao Conselho Curador coube uma posição de absoluta vigilância sobre os relatórios de prestação de contas e o cumprimento de metas traçadas pela direção executiva, mesmo porque as ‘distorções’ financeiras tinham sido provocadas pela má gestão e por um uso inadequado dos recursos da fundação.

Não havia muito que pudesse alterar radicalmente a rotina cotidiana. Ainda assim, eu estava muito desgastado, adoecido e com uma sensação de que o apoio político se esvaía. Por isso, decidi sair antes do fim do mandato. Deixar a direção do Instituto provocou em mim uma sensação indescritível de alívio. Minha caixa de e-mails se esvaziou num passe de mágica, o telefone parou de tocar. Eu pude, desde então, retomar os estudos com alguma regularidade e plano, voltando aos arquivos com mais frequência. No entanto, não me isentei completamente das atividades administrativas. Durante a gestão da professora Maria Andréia Angelotti Carmo – minha sucessora – tenho participado de comissões permanentes (espaço físico; orçamento, diárias e passagens), de comissões provisórias (remoção de docentes, concursos públicos) e relatorias diversificadas.

Os/as docentes que se transformam temporariamente em gestores (coordenadores/as, diretores/as) são atingidos por um processo, acelerado a partir de 2009, de transferência de inúmeras atividades administrativas, que eram responsabilidade das pró-reitorias, onde se tem um número maior de servidores, para as secretarias das direções das unidades acadêmicas e coordenações dos cursos. Isso é um desalento pois representa uma sobrecarga de trabalho seguida da precarização, numa universidade que aderiu à terceirização do trabalho de técnicos-administrativos contando com o nosso silêncio constrangido. Afinal, a máquina da ciência não pode parar.

Por fim, em outubro de 2023, como participante da chapa vencedora da eleição, eu assumi a função de segundo tesoureiro da gestão *Florescer das Lutas*, sob a presidência da professora Jorgetânia Ferreira (2023-2025), na Associação de Docentes da Universidade Federal de Uberlândia – ADUFU-SS. Estou filiado ao sindicato desde novembro de 2008, quando tomei posse e sempre participei das atividades ainda que não fosse uma presença assídua nas assembleias gerais. Mas, nas greves estive nas mobilizações mesmo naquelas em que os salários não eram a reivindicação como em 2016 quando tentávamos resistir ao golpe do impedimento que atingiu Dilma Rouseff e às ‘reformas’ do governo Temer que só poderiam ser levadas a cabo por um tirano sanguessugas. Sobre essa experiência sindical, ainda não tenho todos os elementos de compreensão. É difícil avaliar um período tão curto ainda que intenso. Basta lembrarmos

das greves de 2024 em que a diretoria, atendendo um chamado da categoria ou de parte dela, produziu mobilizações por reivindicações que contrariavam o governo eleito em 2022 também com o nosso apoio. Nós ficamos apreensivos, pois uma parte da categoria docente se posicionou contrária a greve e acusou a diretoria de estar alimentando um novo golpe contra o governo Lula. Eu, como alguns outros, entendia que uma posição pacífica, de contrição, deixava o espaço aberto para outros interesses – nem todos legítimos – se acercarem do orçamento público, fragilizando e inviabilizando políticas públicas que caracterizaram os governos de 2003 a 2010.

Lutamos todos/as pela democracia. Mas, objetivamente, seguimos com salários defasados, as universidades públicas e a educação pública brasileira seguem enfraquecidas pelos seguidos contingenciamentos e cortes orçamentários. Essa situação tem exigido de nós um estado de mobilização incessante e disposição para o diálogo com as autoridades governamentais. Nem sempre e nem todas as nossas reivindicações são atendidas. Isso também é parte da luta política em defesa de uma universidade pública e gratuita, que mantenha sua vanguarda na produção de conhecimento científico com financiamento majoritariamente público-estatal, que ofereça condições dignas de trabalho aos servidores, que invista nos cursos de graduação formando profissionais qualificados. Esse é o sonho que a gente sonha juntos!

Concepções de futuro: os projetos alinhavados

No segundo semestre de 2022, fui convidado a participar do edital de credenciamento do Programa de Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Catalão – UFCAT (antigo Campus Avançado de Catalão-UFG). Passei a integrar a linha de pesquisa História, sociedade e práticas educativas e oriento dois mestrandos e, no primeiro semestre de 2024, ministrei, em conjunto com o professor Luiz Carlos do Carmo, a disciplina Teoria e Metodologia do Ensino de História. Na parte que me coube, procurei colocar em discussão a *história ensinada* localizando seus silenciamentos e exclusões, a partir de uma perspectiva crítica da colonialidade (Quijano, 2014; Gomes, 2020; Mbembe, 2023) e das interrogações provocadoras das feministas brasileiras, em particular, Lélia Gonzalez (2008) e Sueli Carneiro (2023).

Há uma mudança, ainda que lenta, nos meus interesses de pesquisa. Tenho me empenhado em pensar o mundo em seus problemas contemporâneos a partir dos territórios brasileiros com ênfase na questão racial- racismo, nos movimentos antirracistas e seus efeitos. Para isso tenho visitado os textos de Achille Mbembe e suas contundentes análises sobre a modernidade eurocêntrica, a violência colonial continuada e a inserção da natureza a partir do reestabelecimento, no político e teórico, das relações entre humanos e não-humanos, como um desafio à expectativa de fim do homem e do mundo. Para Mbembe, estamos mergulhados na Era da Combustão do Mundo. Nela experimentamos a urgência, a fragilidade e a vulnerabilidade, enquanto atravessamos numerosos desastres que marcam a nossa história: a dos extermínios, genocídios, massacres, despossessões. A Era da Combustão do Mundo é pós-histórica. A perspectiva do fim, esse acontecimento assombroso, reativou velhas corridas, começando pela corrida em direção a nova partição da Terra. Também ressuscitou velhos sonhos, começando pelo sonho de divisão do gênero humano em diferentes espécies e variedades, cada uma marcada por suas especificidades irreconhecíveis. É o relançamento, em escala planetária, das práticas de seleção e classificação semelhantes àquelas da história da escravidão e da colonização (MBEMBE, 2023; 2020; 2017). A problematização envolve pensar também como intelectuais diaspóricos delinearão o futuro, os limites de suas formulações e de como a colonialidade atacou e destruiu

projetos políticos emancipatórios e confinou os seus agentes ao esquecimento, em particular nos processos de descolonização e independência no continente africanos ao longo do século XX.

Nessa ampliação das áreas de interesse eu traduzi, inicialmente para o uso dos estudantes de graduação, um artigo da professora estadunidense Erika Denise Edwards (2018; 2022) – A formação de uma nação branca: o desaparecimento da população negra na Argentina –. No início de 2021, fiz um contato com a professora Erika que autorizou a publicação. A professora Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro fez a revisão técnica e publicamos na *Revista Caderno Espaço Feminino*, um periódico organizado pelo Núcleo de Estudos de Gênero – NEGUEM-INHIS-UFU.

A partir de outubro de 2024, a estudante Fernanda Vasconcelos e eu desenvolvemos um projeto de iniciação científica – Fapemig, em que analisamos a participação das mulheres no processo de construção da cidade de Brasília. Essa atividade terá duração mínima de um ano e minha expectativa é que Fernanda utilize esse tempo e experiência para preparar seu ingresso no mestrado em história.

Se tudo correr bem, como sempre, em 2025 me dedicarei à realização do estágio pós-doutoral. Serei supervisionado pelo professor Amailton Magno Azevedo - o mesmo que me acolheu em Sampa há 25 anos atrás -, no Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. O projeto, **Representações das mestiçagens: uma cartografia da raça no Brasil contemporâneo**, é um primeiro desdobramento do projeto em desenvolvimento – *Conhecimentos futuros e contemporaneidades afro-diaspóricas* –, em que questiono os usos políticos da mestiçagem, desde as décadas finais do século XX, que de um lado, pretendem enfraquecer as políticas de ação afirmativa e as demandas por igualdade e por outro, se esforçam para fazer desaparecer num passe de mágica essa característica da composição étnico-racial brasileira. Minha hipótese é de que esses dois esforços seguem ‘contaminados’ pela verdade da ciência biológica.

Em razão das mudanças nas regras de aposentadoria, a minha expectativa é de manter minhas atividades docentes por mais dez ou doze anos aproximadamente. Nesse período pretendo seguir o desenvolvimento de pesquisas a partir dos acervos

locais/regionais ao mesmo tempo em que mantenho meus esforços de compreender o mundo contemporâneo a partir das ações de resistência à colonialidade.

No segundo semestre de 2024, iniciei um projeto de extensão. Estudantes do curso de Direito e eu coordenamos o grupo de Estudos Esperança Garcia. Elas/es se moveram a partir da percepção de que há pouco interesse, no curso delas/es, em abordagens atravessadas pela raça e gênero. Nos reunimos periodicamente para discutirmos bibliografia que interpele essas questões a partir de temáticas ligadas ao judiciário brasileiro, às teorias do direito, e aos aplicadores do direito em geral. O projeto também prevê a realização de atividades como palestras, rodas de conversa, minicursos.

Em 2025 além de publicar um estudo sobre as famílias negras na região do Triângulo Mineiro, no século XIX, escrito em parceria com o João Eurípedes de Araújo, pretendo finalizar um texto sobre uma personagem local chamado João do Corte. Tenho me organizado para realizar ainda uma ampla revisão da tese de doutorado para transformá-la em um livro a ser publicado no primeiro semestre do ano de 2026.

Considerações Finais

Acreditava na vida
Na alegria de ser
Nas coisas do coração
Nas mãos um muito fazer
(...)
E hoje, depois de tantas batalhas
A lama dos sapatos, é a medalha
Que ele tem pra mostrar
Passado, é um pé no chão e um sabiá
Presente é a porta aberta e o futuro é o que virá
Mas, e daí?

Com a Perna no Mundo – Gonzaguinha

Tentei oferecer aos leitores/as desse memorial uma visão panorâmica das minhas experiências de formação e do trabalho nos espaços universitários por onde passei. Procurei destacar a minha convicção de que as relações afetuosas são centrais, embora os conflitos e tensões atravessem o cotidiano. Assim construo e vivo as encruzilhadas. O ponto onde os caminhos se abrem.

Narrei o que fiz e anunciei o que pretendo fazer por entender que o futuro é parte da memória. No geral, tenho grandes projetos fervilhando na mente. Em todos eles um único objetivo: aprender. Aprender com os/as estudantes que frequentam meus cursos; com aqueles/as que oriento; com os/as colegas docentes. Aprender com o mundo!

Prevejo que os próximos anos vão exigir de todos nós a intensificação de uma luta coletiva em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Está em curso no país, não é de hoje, um projeto político de destruição completa das instâncias científicas e de pensamento social crítico que se manifesta pela desqualificação dos/as cientistas, em particular, e da educação, no geral. As universidades públicas federais e estaduais estão sob ameaças; a autonomia vai desaparecendo na medida em que os

recursos do orçamento público para a educação não garantem as condições de funcionamento institucional.

Se o futuro é o que virá, o tempo presente é o instante em que podemos subverter o amanhã, tirá-lo das garras da completa e irreversível destruição, instituir outras concepções do humano.

Fontes e Bibliografia.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. São Paulo: Publicações Europa-América, s/d

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. In: **Revista de História**, v. 30, n. 62, 1965.

CANDIDO, Mariana Pinho. Fronteras de escravización: esclavitud, comercio e identidad en Benguela, 1780-1850. El Colegio de Mexico, 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo da racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1980

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CORBIN, Alain. Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA E SILVA, Alberto. **A enxada e a lança**: a África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **A manilha e o libambo**: a África e a escravidão, 1500-1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002

COSTA, Emilia Viotti da. **Da senzala a colônia**. São Paulo: Unesp, 1966.

DARTON, Robert. **O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DAVIS, David Brion. O problema da escravidão na cultura ocidental. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DECCA, Edgar S. de. **1930**: o silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

EDWARDS, Erika Denise. The making of a White nation: The disappearance of the Black population in Argentina. In: **History Compass**, nº 16 de 2018.

_____. **Hiding in Plain Sight**: Black Women, the Law, and the Making of a White Argentine Republic. Tuscaloosa: University of Alabama, 2020.

FARIA FILHO, L. M.; GONÇALVES, I. A.; VIDAL, D. G.; e PAULILO, A. L. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1989.

FELICE, Renisia Cristina Garcia. **Honra, sobrevivência e valentia**: um estudo dos modos de vida dos trabalhadores e populações pobres de Uberlândia envolvidos em processos criminais. Mestrado em História. Programa de Estudos Pós-graduados: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

FERREIRA, Adínia Santana. **A reclusão feminina no Convento da Soledade**: as diversas faces de uma experiência (Salvador-Século XVIII). Dissertação de Mestrado. Brasília: PPGH/Universidade de Brasília, 2006.

_____. **A história da África nos livros didáticos**: reflexões sobre PNLD 2018. Tese de Doutorado. Brasília: PPGH/Universidade de Brasília, 2021.

FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge University Press, 2012.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

FINKELSTEIN, Norman G. **A indústria do holocausto**: reflexões sobre a exploração do sofrimento dos judeus. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FLORENTINO, Manolo; GOÉS, José Roberto. **Paz nas senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico c. 1790 – c. 1850. São Paulo:Unesp, 2017 [1997].

FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FONSECA, Mariana Bracks. *Ginga de Angola: memórias e representações da rainha guerreira na diáspora*. FFLCH-USP: São Paulo, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998 [1933]

GENOVESE, Eugene D. **A terra prometida**: o mundo que os escravos criaram. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GINZBURG, Carlo. **Queijos e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006 [1976]

GOMES, Nilma Lino. O movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: MALDONADO-TORRES, Nelson, e outros. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020, pp. 223-246.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2008

HOBBSBAWM, Eric. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOLLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 1, 2001

KOYAMA, Adriana Carvalho; GALZERANI, José Cláudio; PRADO, Guilherme do Val Toledo (org) **Imagens que lampejam**: ensaios sobre memória, história e educação das sensibilidades. Campinas, SP: FE/Unicamp, 2021.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LANGLOIS, CH. V.; SEIGNOBOS. **Introdução aos Estudos Históricos**. Trad. Laerte de Almeida Moraes. São Paulo: Editora Renascença, 1946.

LARA, Silvia Hunold. Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In: **Projeto História**, v. 12, 1995, pp. 43-56.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1990

LENHARO, Alcir. **Cantores do rádio**: a trajetória de Nora Ney e Jorge Goulart e o meio artístico de seu tempo. Campinas: Ed. Unicamp, 1995.

MACHADO, Maria Helena P. T. **Crime e escravidão**: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2014 [1993]

MATTOS, Ilmar Roloff. **Tempo Saquarema**: formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

MBEMBE, Achille. **Descolonizar la universidad**. Medellín: Ennegativo Ediciones, 2023.

_____. **La comunidad terrestre**: reflexiones sobre la última utopia. Ned Ediciones, 2024 [2023].

_____. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona, 2017 [2016]

_____. **Brutalismo**. São Paulo: N1-Edições, 2020

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra**: histórias e civilizações. Tomo I e II. São Paulo/Salvador: Edufba/Casa das Áfricas, 2009.

MEIRELES, Marinelma Costa. **Tráfico Transatlântico e procedências africanas no Maranhão Setecentista**. Dissertação de Mestrado. Brasília: PPGH/Universidade de Brasília, 2006.

_____. **Por meio da justiça e das leis**: escravos e libertos nos tribunais do Maranhão (1750-1822). Belém: PPGH/Universidade Federal do Pará, 2018

MELLO E SOUZA, Laura de. **O diabo na Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

MELLO E SOUZA, Marina. **Além do visível**: poder, catolicismo e comércio no Congo e Angola (séculos XVI e XVII). São Paulo: Edusp, 2020

_____. **Reis Negros no Brasil escravista**: história da festa de coroação do Rei Congo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002

MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1985.

MOTA, Thiago Henrique. **História Atlântica da Islamização na África Ocidental: Senegâmbia, séculos XVI e XVII**. Tese de doutoramento. PPGH-UFGM, 2018

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial (séculos XVI-XVIII)**. São Paulo: Hucitec, 1978.

NOVAIS, Fernando A. Prefácio. In: ____; MELO E SOUSA, Laura. **A história da vida privada no Brasil**: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **Lições sobre a África**: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no Mundo Atlântico. Tese de doutoramento. PPGH-UnB: Brasília, 2007.

OLIVEIRA, Julio César de. **Ontem ao luar**: o cotidiano boêmio na cidade de Uberlândia nas décadas de 1940 a 1960. Uberlândia, MG: Edufu, 2012.

OLIVEIRA, Larissa Gabarra. **Reinado do Congo no Império do Brasil**. Doutorado em História Social da Cultura. Pontifícia Universidade Católica, RJ, 2009.

- OLIVEIRA, Viviane Pereira Ribeiro. **O ensino de história e a cultura escolar: a lei 10.639 e suas práticas entre 1994-2012 – Ituiutaba/MG**”. Dissertação de Mestrado. PPGHI/INHIS: Uberlândia 2018.
- PACHECO, Arturo Benito Hartmann. **A reformulação globalizada do espaço e da violência na Palestina: o mecanismo político global-local dos Acordos de Oslo**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2020.
- PAPPE, Ilan. **História da Palestina Moderna**. Lisboa: Editora Caminho, 2007.
- PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2000 [1942].
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: _____. **Cuestiones y Horizontes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014, pp. 777-832
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- REGINALDO, Lucilene. Os rosários dos angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia Setecentista. Tese de Doutorado. IFCH/Unicamp: Campinas, 2005
- RÉMOND, René. O contemporâneo do contemporâneo. In: ____ e outros. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa: Edições 70, 1987, pp. 287- 341.
- REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês – 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo. Tríade do Mal: a civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. In: **Projeto História**, n. 39, 2009, p. 179-208
- _____. **O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional**. Minas Gerais, 1888-1928. Tese doutorado. Programa de Pós-graduação em História/PPGHIS/UnB: Brasília, 2008.
- _____. Tríade do Mal: civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. In: **Projeto História**, v. 39, p. 179-208, 2011a.
- _____. Trabalho, progresso e a sociedade civilizada: as práticas médicas e as figurações do sertão mineiro na Primeira República. In: **Fronteira**, v. 13, p. 97-126, 2011b.
- _____. Figurações do feminino na fabricação do mundo do trabalho, Minas Gerais, 1889-1930. In: **Opsis**, v. 11, p. 31-56, 2011c.
- _____. **Aprisionando corpos, conformando espaços. Minas Gerais, 1880-1930**. MUNIZ, Diva do Couto; CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro (orgs.) **Tempos de civilização e outros tempos**. Uberlândia: EDUFU, 2016.
- _____. Um menino é o que d’elle faz sua mãe: trabalho, ordem e progresso no Brasil republicano. PUGA, Vera; MAIA, Cláudia (org) **História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2015.
- RODRIGUES, Jaime. **De Costa a Costa: escravos, marinheiros e intermediários no tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro, 1780-1860**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAID, Edward W. **A questão palestina**. São Paulo: Unesp, 2012.

- SANTOS, Isabela Agostinelli dos. **Morte e vida palestina: a reorientação tática do colonialismo israelense na Faixa de Gaza**. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2023.
- SANTOS, Patrícia Teixeira. **Fé, guerra e escravidão: uma história da conquista colonial do Sudão, 1881-1898**. São Paulo: Unifesp, 2013
- SANTOS, Regma Maria. **Os meios de comunicação na memória e no discurso político em Uberlândia, 1958-1961**. Mestrado em História. Programa de Estudos Pós-graduados: Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1993.
- SANTOS, Vanicléia Silva. **Bolsas de Mandinga no espaço Atlântico – séculos XV-XVIII**. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2008.
- SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões de gênero e sexualidade. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.14, n. 28, p. 75-90, jan/abril. 2000.
- _____. Comparar a aula de história com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa). In: **Historiae**, n. 3, 2012.
- SILVA, Johnisson Xavier. **Os reis dos Cacetes: práticas e representações das comunidades ribeirinhas na segunda metade do século XX**. Dissertação de Mestrado. PPGHI/INHIS: Uberlândia 2014
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2012 [1999]
- SOIHET, Raquel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Julio Cesar. **As crianças cativas no Triângulo Mineiro, 1871-1888**. Dissertação de Mestrado. PPGHI/INHIS: Uberlândia, 2013.
- SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - **Súmula 266** – STJ – “O diploma ou habilitação legal para o exercício do cargo deve ser exigido na posse e não na inscrição para o concurso público”. (DJ – 29/05/2002, p. 135)
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- THORNTON, John. **África e africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- _____. **A Cultural History of the Atlantic World, 1250-1820**. Cambridge University Press, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil, 1989**
- VESENTINI, Carlos; DECCA, Edgar S. de. A revolução do vencedor. In: **Revista Ciência e Cultura**, v. 29, n. 1, p. 25-32, 1977
- VESENTINI, Carlos. **A teia do fato: uma proposta de estudo sobre a memória histórica**. São Paulo: Hucitec/História Social-USP, 1997
- VEYNE, Paul. **O inventário das diferenças**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**. Lisboa: Fragmentos, 1988.
- VIRILIO, Paul. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1985

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

WISSENBACH, Maria Cristina. **Saberes, práticas e escravidão nos circuitos e nas narrativas do Atlântico Sul** (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Intermeios, 2020.

_____. Dinâmicas históricas de um porto Centro-Africano: Ambriz e Baixo Congo nos finais do tráfico atlântico de escravos, 1840-1870. In: **Revista História**, n. 172, 2015, pp. 163-195.

Segunda Parte

Reencontrei a parteira Madame Durocher nos acervos digitais da Biblioteca Brasileira Gita e José Midlin. Eu já a conhecia por intermédio de um artigo escrito pela historiadora Maria Lúcia Mott. No entanto, aquele pequeno texto de 1871 em que a autora elabora propostas de reforma social e do trabalho necessárias, na visão dela, para ordenar o processo de extinção da escravidão, parecia uma novidade. Havia, na historiografia, poucas alusões à sua existência. Achei, então, que o documento exigia uma análise mais detalhada. Em 2016 passei a me dedicar mais ao tema a partir de uma perspectiva política o que me levou a examinar mais detidamente a vida de Durocher e sua atuação profissional. Somente em 2022 decidi publicá-lo.

As famílias negras na região do Triângulo Mineiro despertaram meu interesse há 25 anos atrás e sobre elas dediquei um capítulo da dissertação de mestrado. Essas reflexões ficaram guardadas até que as pesquisas de João Araújo a partir dos acervos que examinei me fizeram retornar o texto e propor a ele que escrevêssemos juntos um artigo em que analisássemos novas evidências, que as pesquisas dele trouxeram à tona, desde uma revisitação ampliada da historiografia sobre tema. O segundo texto dessa segunda parte, ainda inédito, é resultado de uma pesquisa e escrita a quatro mãos acontecendo em momentos diferentes da nossa formação.

No terceiro texto professora Ivete e eu procuramos pensar os atos de derrubada das estátuas de colonizadores e traficantes de africanos que tem lugar na Europa e nas Américas. Um modo diferente dos movimentos antirracistas de questionarem a história e memória da violência colonial e os seus símbolos orgulhosamente expostos em via pública. Imaginamos que seja possível contar uma outra história dos feitos imperialista e colonialistas a partir das ações e imagens de contestação à esse ato memorial de reiteração das violências do passado e presente. Eu tenho em mente propor à professora Ivete uma reescrita do texto para que possamos incluir os acontecidos na África do Sul – o movimento Rhodes Must Fall – iniciados em 2015 por estudantes universitários na cidade do Cabo e as reflexões de Marcio Seligman-Silva publicadas no livro *Virada Testemunhal e Decolonial do Saber Histórico* de 2022.

Minha expectativa é de que a composição que propus seja agradável a vocês leitores/as!

O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro.

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Instituto de História - UFU

Uma mulher em seu tempo.

A vida de Mme. Durocher, especialmente em sua atuação como parteira no Rio de Janeiro do século XIX, foi bastante examinada. Os detalhes aparecem em relatos autobiográficos, em biografia escrita por Ernesto Senna (SENNA, 1895) e abordagens historiográficas no campo dos estudos de gênero e história das mulheres (WINDLER, 2007). Também nos estudos da história da saúde com ênfase na obstetrícia e na mestria dos partos e dos cuidados relacionados a eles, domínio em que Durocher certamente foi uma das mais prestigiadas e longevas profissionais no Oitocentos (BARBOSA & PIMENTA, 2016).

O trabalho mais alentado sobre a vida e atuação de Mme. Durocher veio à luz há aproximadamente duas décadas. Pelas mãos da historiadora Maria Lucia Mott, em uma “biografia temática”, acompanhamos o percurso profissional dela e de outras parteiras, mulheres do seu tempo. Para Mott,

por detrás da imagem de excepcionalidade sua vida se aproximava das outras mulheres do Brasil urbano do século XIX, que sobreviveram do mesmo ofício de parteira, como também costureiras e modistas que cruzaram o Atlântico ‘para fazer a América’, e ainda das escritoras que, em pleno regime escravista chegaram a expor suas ideias contra a escravidão (MELO SOUZA, 1998, p. 13).

Diante disso, minha pretensão é examinar um momento específico da atuação política de Mme. Durocher. Refiro-me a um documento com o qual ela ingressou no debate candente sobre a *questão servil* que monopolizava as energias da esfera pública

no parlamento, nos clubes, associações, teatros, palácios e ruas na segunda metade do século XIX.

Ideias por coordenar a respeito da emancipação é um pequeno impresso, um opúsculo, ainda pouco examinado (AZEVEDO, 1987, p. 53; ALBERTI, 2007; SCHUMAHER, 2000, p. 399; ALONSO, 2015, p. 70-71). O seu conteúdo esboça um “projeto” para a emancipação dos escravos. De início observo que Mme. Durocher preocupou-se em projetar novas formas de trabalho coercitivo e com a manutenção da ordem social, não obstante argumentasse em favor da emancipação como seu título sugere. Conforme assinala Célia Azevedo, os emancipacionistas, agentes políticos muito presentes na exígua cena pública na década de 1860, enfatizaram em suas propostas o desejo de moralizar os escravos limitando os significados da liberdade a essa expectativa (AZEVEDO, 1987, p. 53).

O historiador Luiz Felipe de Alencastro assinalou que a conformação do Estado Imperial reconstruiu a escravidão livrando-a das marcas coloniais e inscrevendo-a nos quadros do direito moderno (ALENCASTRO, 1997, p. 11-93). Nesse ínterim, a despeito das pressões antiescravistas, a produção agrícola brasileira se notabilizou pela capacidade de suprir as demandas dos mercados mundiais e, rapidamente, ao longo da primeira metade do século XIX se transformou no maior produtor mundial de café superando os concorrentes caribenhos e asiáticos. As terras férteis e livres do Vale do Paraíba absorveram intensamente os africanos escravizados. Houve, de fato, um investimento prioritário na consecução do tráfico ilegal a partir de 1835 – imbricando *plantation* escravista e classe senhorial, que implicou numa massiva produção de café e na constituição de um consumo de massa nos mercados importadores. Instaurou-se assim, uma “produção em massa, consumo em massa, escravização em massa, destruição em massa: tais foram os signos da modernidade que conformaram a paisagem histórica do Vale do Paraíba” (MARQUESE e TOMICH, 2014, p. 374).

Entre os efeitos das novas exigências da produção agrícola em escala mundial e a massiva presença de mão-de-obra cativa nas fazendas de café, está o aparecimento de manuais versando sobre agronomia e administração do trabalho escravo. Esses textos recomendam procedimentos mais adequados no tratamento da escravaria que

resultariam em maior produtividade, longevidade e natalidade dos cativos. Além de justificarem a escravização dos africanos, devido à sua inferioridade, eles prescrevem a gestão do trabalho, disciplina, dieta alimentar, cuidados sanitários com as senzalas e educação religiosa. Tudo isso visando o aumento da produtividade e a preservação da mão-de-obra (MARQUESE, 2004; VIANNA, 2016).

Nesse sentido, suponho que o discurso político de Mme. Durocher se inscreve mimetizando os interesses e as práticas senhoriais, assentindo com outras vozes que também se mostraram preocupadas com os encaminhamentos da questão servil. Na possibilidade de a escravidão chegar a termo, homens e mulheres livres explicitam em discursos políticos seus horizontes de expectativas em meio ao debate sobre a emancipação. Gonçalves e Nascimento (2019) analisam os “livretos e manuais” elaborados por quatro autores entre os anos de 1866 e 1871 – Antônio da Silva Neto, Adolpho Bezerra de Meneses, Luiz Barbosa da Silva e Madame Durocher. Os quais explicitavam preocupações comuns sobre o lugar do liberto nessa sociedade, o destino da propriedade privada e da produção agrícola e a regeneração moral da raça escravizada. Nota-se então, haver pouco espaço, nesse momento, para a abordagem de questões relativas às liberdades civis e políticas e a própria cidadania dos emancipados. Temas que somente entraram no debate público quando na década seguinte emerge uma fração mais radical do movimento abolicionista.

Maria Josephina Mathilde Durocher ou Mme. Durocher, nasceu em Paris em 1809 chegou ao Brasil ainda criança trazida por sua mãe, a francesa Ana Nicolli Colette Durocher, por volta de 1816 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893. Viveu todo o seu tempo na Corte onde obteve destaque profissional por desempenhar as funções de parteira, sendo para isso habilitada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1834, após ser a primeira aluna a matricular-se no recém criado curso de Partos. A partir de 1871, tornou-se membro titular da Academia Imperial de Medicina, título que conferia distinção aos profissionais ligados à medicina. E seguiu partejando por todo o século XIX, sempre atenciosa com aquelas de poucos recursos, mas também trazendo à luz os rebentos das ilustres famílias da Corte e da família Imperial. Mme. Durocher tornou-se popular como parteira e por trajar vestimentas masculinas expressando uma virilidade fora da ordem. Era também reconhecida pela sua participação no

desenvolvimento das práticas médico–científicas expressas na publicação de algumas obras importantes no campo da obstetrícia (MELO SOUZA, 1998).

Um anônimo prestou-lhe homenagem quando de seu falecimento e estabeleceu os traços essenciais pelos quais ela passou a ser lembrada desde então:

Quem é vivo no Rio de Janeiro nestes últimos 50 anos, e não a conheceu? Conheceram-na uns pela profissão que ela exercia com tanta proficiência e tanta dedicação; outros pelo modo de vestir-se, quase como um homem; outros pela singular fealdade, que forma tão notável contraste com a beleza e elevação de seus dotes de coração e espírito (Gazeta do Rio de Janeiro – 07/01/1894 apud MELO SOUZA, 1998, p. 6).

Embora ela tenha realizado algo em torno de 5.500 partos e tê-los registrados em notas que nos permitiram conhecer a excelência de seu trabalho e ainda tenha escrito um importante trabalho na área de obstetrícia, ciência que os médicos pouco dominavam, foram muitas as tentativas de diminuir toda a sua competência com imagens depreciativas sobre a sua beleza e sexualidade.

Esclavidão *versus* Liberdade.

Num Império como o brasileiro estruturado e sustentado pela esclavidão (MATTOS, 1986; SALLES, 2008; PARRON, 2011), a década de 1860 parecia aprofundar contradições socioeconômicas singulares e acelerar seus efeitos em direção à extinção do cativeiro. A estabilidade política construída a partir da década de 1840, quase duas décadas depois, parecia se esvaír (IGLESIAS, 2004, p. 17-139; CARVALHO, 1996) A guerra civil norte-americana, a Guerra do Paraguai, os avanços do movimento abolicionista e do republicanismo permitiram confrontar a política da esclavidão (PARRON, 2011) que conectara o Brasil a outras sociedades escravistas americanas e trouxeram à pauta política e parlamentar a questão da liberdade e o fim do cativeiro (ANDREWS, 2007, p. 83-116; SCOTT & HÉBRARD, 2014; SCOTT, 1994; PARRON, 2015).

O censo populacional de 1872 que seria consolidado apenas em 1876-7 expressou uma condição demográfica singular, se comparada com outros territórios americanos, nacionais e colônias - onde a esclavidão foi cultivada durante o século XIX

ou parte dele. Tal comparação tornava-se um componente decisivo para que os agentes públicos e a sociedade refletissem sobre suas práticas e discursos políticos elaborados e destinados a encaminhar soluções para o problema do “elemento servil” que se anunciavam desde o final da década de 1820, quando então fora enfrentado com silêncios, dissimulações, protelações e outras manobras e manipulações (BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010; RODRIGUES, 2000; CHALHOUB, 2012).

A população do Império se aproximava em 1872, perto dos 10 milhões de habitantes com 15,2% de escravos. Pretos e pardos, livres e escravos somavam 5.756.234 (57,9%) ou seja, se excluirmos os cativos encontraremos uma população de homens e mulheres livres de cor no percentual de 42,7%. Em cada dez indivíduos pretos e pardos, quase 7,5 eram livres. Vê-se, assim, que, a despeito da precariedade da vida e das relações de trabalho (CHALHOUB, 2012, p. 227-276), a liberdade pautava as experiências sociais de homens e mulheres negros, crioulos e africanos.

Certamente esse quadro demográfico acrescido da evidente crise da hegemonia Saquarema (SALLES, 2009; MATTOS, 1986) e das incertezas quanto à capacidade da dominação senhorial não apenas de obstar as demandas emancipacionistas e abolicionistas, mas de manter o controle e ordem social e mesmo o ritmo das reformas consensualmente reconhecidas como necessárias, representa a chave de leitura dos documentos que trataram direta e indiretamente deste momento político singular da história monárquica.

Desde 1865, quando o Imperador provocou Pimenta Bueno, integrante do Conselho de Estado, para que formulasse uma proposta legislativa que emancipasse os cativos, tem-se a impressão que o tema da escravidão fora condenado à esfera pública, o que não significou solução efetiva no sentido da extinção da escravidão. Como observou ironicamente Sidney Chalhoub, de

meados do século XIX, e ao menos até a crise que resultou na lei de 1871, o Brasil imperial oferecia ao mundo o curioso espetáculo de um país no qual todos condenavam a escravidão, mas quase ninguém queria dar um passo para viver sem ela (CHALHOUB, 2003, p. 141).

Esse ambiente foi marcado por guinadas surpreendentes como a de Perdigão Malheiros que, em 1871 foi à tribuna da Câmara dos Deputados para esgrimir contra a proposta de libertação do ventre capitaneada por Rio Branco e em defesa da propriedade escrava. Teve que se defender do estigma de *escravagista* que lhe foi impingido com precisão. E o fez com os argumentos dos chamados emperrados. Para ele, os adeptos da liberdade do ventre colocavam em risco não apenas a instituição tão longeva, mas a segurança e o futuro do Império. As atividades agrícolas seriam abaladas e certamente a crise econômica não se faria tardar¹. Cabe observar que esses argumentos se fizeram presentes quando o projeto de Pimenta Bueno entrou em discussão no Conselho de Estado em 1867 (SALLES, 2008). Malheiros, reiterando representações que atravessaram o século XIX, não se furtou a ressaltar a docilidade cristã da escravidão no Brasil em contraste com outras sociedades escravistas. Assegurava o jurista, “(...) não há paiz no mundo em que os escravos sejam tão bem tratados como no Brazil; a nossa índole é extremamente dócil, benfazeja, humana, caritativa; não se tratão os escravos como em outro tempo, apenas como instrumento de trabalho” [sic] (PERDIGÃO MALHEIROS, 1871, p. 42). Os esforços daqueles que se opunham a projetos emancipacionistas foram estabelecidos pela defesa da propriedade escrava, das prerrogativas da dominação senhorial dela derivada, (PENNA, 2001; CHALHOUB, 1990) pela expectativa do branqueamento da nação e no sonho do apagamento da negritude afro-brasileira (SANTOS, 2002; AZEVEDO, 2012).

Mesmo em face da interdição à participação das mulheres na vida política do país não surpreende, seja pelas energias em circulação, seja pela ebulição política que a abordagem da *questão servil* provocava, que uma mulher - e além dela outras tantas que a historiografia brasileira durante longo período tornou invisíveis (MUNIZ e MACENA, 2012), cidadã brasileira de origem francesa, se apresentasse habilitada a participar do debate público. Com efeito Mme. Durocher abordou o tema da escravidão e emancipação redigindo e publicando um opúsculo de pouco mais de 25 páginas em que formula, com tintas fortes e argumentos seguros, em diálogo com as discussões de intelectuais e parlamentares daquele momento, um projeto, ou conjunto de ideias visando a extinção gradual e ordenada da escravidão.

Conforme procuro discutir nas próximas páginas, a leitura deste documento nos permite seguir refletindo acerca do declínio do escravismo no Brasil, o recrudescimento das lutas abolicionistas e dos processos e projetos de libertação dos escravos que entraram em cena e configuraram os espaços públicos e o imaginário brasileiro a partir do final da década de 1860. Ainda assim, antecipando o juízo, é preciso salientar que, não obstante a emancipação enunciada no título, o projeto de Mme. Durocher trata objetivamente da produção de novas formas de subordinação e dependência que teriam na dominação senhorial renovada e travestida de moderna o centro doutrinário da preparação dos negros para a vida feliz, ordeira e distante dos direitos civis e políticos.

Se adotarmos imaginariamente as perspectivas dos escravos e homens negros libertos e livres parece certo que não classificaríamos Mme. Durocher com uma cidadã trabalhando a favor da emancipação dos cativos e questionaríamos, sem titubeio, os seus significados de liberdade. Essas noções de “despreparo” para a liberdade atribuídas aos negros e tão caras a alguns intérpretes do Brasil dos séculos XIX e XX, não encontravam amparo nos mundos simbólico e material (REIS, 2008; FARIA, 2012; MATTOS, 1998; MACHADO, 1994).

No exame do texto escrito por Mme. Durocher aproximando-o de outros escritos, como o projeto de Pimenta Bueno de 1866 (TRABALHO SOBRE A EXTINÇÃO DA ESCRAVATURA NO BRASIL - PROJECTO, 1868, p. 3-18), os discursos parlamentares, os debates no interior do Conselho de Estado e a legislação aprovada, poderíamos, provocativamente, argumentar que uma fração da classe senhorial foi bem sucedida em articular a condenação da escravidão, ainda que dissimulada, com a manutenção do *status quo*. Segundo observou Ricardo Salles,

No dia-a-dia, a escravidão continuava em toda a parte, movia a economia e estava presente no cotidiano de todos. Assim, consciente ou inconscientemente, a aceitação verbal da condenação moral da escravidão era um meio, talvez o melhor, porque velado, de manutenção do *status quo* escravista (SALLES, 2008, p. 89).

Ao seu modo, setembro de 1871 semeou a incerteza, os perigos e a indeterminação quanto à extinção do cativo, mesmo que durante todo o debate se

deixasse transparecer a inevitabilidade em seu horizonte. As evidências e proximidade da abolição – e consequente libertação dos cativos – só puderam ser construídas e percebidas na década seguinte, quando o movimento abolicionista invadiu as ruas, parlamentos e salões (ALONSO, 2015). Mesmo porque se olharmos para a *plantation* escravista do Vale do Paraíba na década de 1860, nota-se que os proprietários das fazendas de café, comerciantes e outros agentes envolvidos nessa empresa pareciam alheios aos perigos que supostamente se avizinhavam com a extinção do tráfico atlântico ilegal de africanos escravizados. Ao contrário, investia-se em equipamentos e novos modelos gerenciais para a maior eficiência da produção agrícola, no tráfico interprovincial, no crescimento vegetativo do plantel de cativos como se não houvesse amanhã (MARQUESE, 2019; MARQUESE, 2004; MARQUESE & TOMICH, 2009; CONRAD, 1978).

A classe senhorial demonstrou uma capacidade de se reorganizar e se rearticular em torno de seus interesses, não obstante as rebeliões escravas e o envolvimento direto deles nos movimentos abolicionistas, que não pode ser negligenciada e de que todo o debate sobre a “lei do Ventre Livre”, que durou ao menos cinco anos, é uma forte evidência. Ainda que, como observou Maria Helena Machado, o governo da casa saísse fragilizado pois a “lei retirava da esfera senhorial o princípio norteador das relações escravistas, qual seja, o poder absoluto do senhor sobre a vida de seus escravos” (MACHADO, 2009, p. 374).

Outras formas de coerção.

No ano de 1871 a Corte fervilhava face aos debates parlamentares e públicos sobre as propostas de liberdade do ventre. Eis que Mme. Durocher faz publicar *Ideias por coordenar a respeito da emancipação* – dirigido ao barão de Cotegipe (DUROCHER, 1871). Documento razoavelmente curto, filho de suas boas intenções, se pensarmos o problema que abarca o discurso de Durocher, apresenta uma exposição de motivos e uma proposta de encaminhamentos que evitem a abolição nos termos propostos pelos *exaltados* ou radicais. Em consonância com o que observara Pimenta Bueno, o seu objetivo é preservar a saúde do corpo social: leia-se *conservar* os interesses da lavoura

e a ordem social (CHALHOUB, 2012, p. 142) que no fim e ao cabo são fatores interdependentes. Certamente fazendo uso dos seus conhecimentos em anatomia e evidenciando certa concepção organicista da sociedade, em voga no século XIX, (BARBERIS, 2004) Durocher assinala que,

Se considerarmos bem as enfermidades da sociedade, veremos que são como a mor parte do corpo ao qual para o bom êxito do tratamento e da cura radical é indispensável predispor para o tratamento que se quer instituir ou a operação que se quer praticar; assim há certos tratamentos ou operações indispensáveis à salvação do doente, que matão [sic], se não tiverem sido precedidos ou acompanhados de certas indicações preventivas ou preparatórias (DUROCHER, 1871, p. 16).

Neste sentido a escravidão é a doença nacional ou do Império. É o *cancro social* que precisa ser extirpado. Sobre isso haverá pouquíssimas objeções. Contudo, o comedimento evitaria que os remédios fizessem o doente, no caso, a sociedade, sucumbir. Essas observações iniciais são suficientes para nos alertar quanto ao significado emancipacionista da manifestação pública, formulada e dirigida ao parlamento por Mme. Durocher. Parece não haver dúvidas de que ela se faz porta-voz. Mesmo que o faça inadvertidamente dos interesses de uma fração da classe senhorial que enfrenta a “questão servil”, adere ao reformismo social, enumerando uma série de condições para que a solução do problema pudesse ser encaminhada com segurança, sem abalos. Neste aspecto o seu antiescravismo (MELO SOUZA, 1998, p. 24) transforma-se em pretexto e condição para a defesa da ordem escravista com argumentos semelhantes àqueles esgrimidos pelos representantes da lavoura, seja no parlamento, seja no Conselho de Estado.

À capa Mme. Durocher apresenta suas credenciais evocando autoridade e títulos que conferiam elementos de distinção na sociedade imperial:

Parteira pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro, parteira da Casa Imperial, ex-parteira de Sua Alteza a finada princesa D. Leopoldina, Duquesa de Saxas Coburgo e Gotha, e membro honorário da academia imperial de medicina do Rio de Janeiro (DUROCHER, 1871, s/n).

Cidadã brasileira, naturalizada provavelmente na década de 1820, a parteira assinala àqueles, a quem chama de precipitados, que advogam pela abolição imediata teoricamente sedutora e de consequências funestíssimas, ser ela

quasi [sic] inexecuível na prática e suficientes experiências tem mostrado que o melhor e mais morigerado dos escravos se torna uma vez liberto, preguiçoso ou ladrão, ébrio, assassino-, traduz liberdade por licença, executar sua vontade é seu fim... (DUROCHER, 1871, p. 5).

E questiona: sem educação moral, que uso poderá fazer o emancipado de sua liberdade, a não ser desacatos e ofensas contínuas à sociedade? As experiências de Mme. Durocher foram importantes na conformação dessas representações de teor racista sobre a incapacidade dos negros de usufruir das liberdades. Entre o fim do século XVIII e o século XIX, o Rio de Janeiro transformou-se em uma cidade escravista, uma urbe afro-atlântica, com intensa movimentação de negros africanos e crioulos, escravos, libertos e livres (SANTOS, 2012; SILVA, 1988). Seus habitantes experimentavam cotidianamente a massiva presença negra na urbe (FARIAS, 2006; SILVA, 2003; KARASCH, 2000; SOARES, 2004).

A liberdade, na concepção de Durocher, dá vazão a patologias recônditas entre os negros, (PORTO, 2006) em seu inato despreparo para um viver livre. É a escravidão - ou semelhante forma de coerção - que impede que elas se manifestem. Observa-se, assim, os fundamentos racistas que sustentam as exigências de preparativos para a extinção da escravidão e de conformação da nação que se podem ouvir nos discursos de escravistas, emancipacionistas, imigrantistas e abolicionistas (AZEVEDO, 1987). Mme. Durocher considera que se esta constatação não é suficiente para alertar sobre os riscos que a sociedade brasileira corre, ao menos que se tenha atenção com outros fatores. Para ela,

Uma emancipação repentina trará a queda completa da lavoura, esta fonte de riqueza do paiz, trará assassinatos por vingança contra seus antigos senhores, em resumo crimes para as quaes não haverá tribunaes sufficientes, nem polícia bastante numerosa e enérgica para conter as desordens (DUROCHER, 1871, p. 5).

Enunciando relativo consenso contra a escravidão, fundamentado nas almas religiosas e nos direitos das gentes, Durocher sustenta, mobilizando o medo², que não se deve mais discutir a pertinência da emancipação, mas o modo mais conveniente de fazê-la. Caso contrário, ela antevê um futuro desastroso para o Brasil.

Segundo Durocher, deixando escapar um traço de antilusitanismo, o processo de Independência, graças à influência, ganância e vaidade dos portugueses, perdeu a oportunidade de tratar a questão da libertação dos escravos nascidos no Brasil. A sanha dos lusos, para ela, introduziu no corpo dos costumes brasileiros a representação do escravo como coisa. Isso explica as razões pelas quais a Independência limitou a extensão da liberdade.

Fica pois claro que a independência foi parcial e seus benéficos efeitos não se estenderão a todos os brasileiros e só tocarão á aquelles brasileiros que por um acaso feliz da sorte se achavão livres e aos filhos dos portuguezes, ficando um número muito mais avultado de brasileiros no olvido e por conseqüência na escravidão [sic] (DUROCHER, 1871, p. 6).

Formulando um diagnóstico incompleto e embebido dos dispositivos racistas e preconceituosos correntes nos discursos da época, na medida em que não reconhece ou oculta o papel que a escravidão exerceu na fabricação de uma unidade nacional e na própria configuração do Império do Brasil, (MATTOS, 2005; RODRIGUES, 2000, CHALHOUB, 2012) Durocher, uma mulher branca, submete “a intelligencias mais esclarecidas, um projeto de emancipação gradual e de melhoramento na sorte dos escravos existentes [sic]” (DUROCHER, 1871, p. 9). *Melhoramento na sorte*, há que se ressaltar, não significa, mesmo com todos os malabarismos retóricos possíveis, libertação, liberdade ou mesmo emancipação. Ao contrário, ouve-se ali os alaridos de uma política de raça em construção (AZEVEDO, 2012) que tentará, ainda que silenciosamente no corpo do aparato legal, submeter os negros e as negras à condição servil e excluí-los dos estatutos da cidadania (MATTOS, 2018; CHALHOUB, 2006). Pouco a pouco e na medida em que as demandas por liberdade se intensificam e os negros instituem seus próprios significados a elas, as evidências explicitam uma rearticulação das classes senhoriais, apoiadas pelas camadas médias da população e por uma fração da intelectualidade emergente desde a década de 1870 (ALONSO, 2002), que diante do

que lhes parece inevitável, a extinção da escravidão, arquitetam, com mais ou menos alarde, uma política racial em que negros e negras são irremediavelmente excluídos sociais, corpos expostos a todas as violências estatais e privadas. Neles a cidadania não se inscreve.

O passo seguinte, na prescrição de Durocher, refere-se à apresentação das “medidas que prepararão os escravos, a lavoura e o país para a emancipação”. É necessário, segundo ela, que se instaure um código disciplinar – *regimento de disciplina* – pelo qual os escravos hão de aprender seus deveres e direitos e os senhores compreenderão os limites de sua autoridade. Entre as propostas, inclusive uma que a venda de escravos tenha o nome substituído para *traspasse de inferior*, sob a alegação de que a mudança findaria com o aviltamento da venda de carne humana sem lesar os interesses pecuniários (DUROCHER, 1871, p. 19), encontra-se aquela que altera a denominação de escravo para *subordinado* e a de senhor por *superior*. Educada pela mãe na estrita observância dos fundamentos religiosos e liberais, Mme. Durocher formula como que uma “teoria” da subordinação, aqui, sensivelmente, se aproximando das teorias de administração dos escravos produzidas no século XIX e analisadas por Marquese (2004). Deus, superior, fez o mundo que lhe é subordinado. Essa gênese se espalhou pelas criações divinas, emprestando forma binária às experiências sociais e reafirmando a hierarquização das relações sociais. Portanto,

O homem é subordinado á Deos e á lei; os filhos são subordinados á seus pais; os meninos aos mestres; os collegiaes ao director, os estudantes das academias ao regulamento dellas, o militar aos seus superiores; os caixeiros aos negociantes, os artistas e officiaes de officios aos mestres das officinas; todos são subordinados á seus interesses ou conveniências, á sua reputação e todos á religião em que foram creados [sic] (DUROCHER, 1871, p. 11).

Esta distinção será construída, reforçada e mediada pela observância da lei, ou do regimento disciplinar, de modo que a sorte de escravos/subordinados não seria tão desumana como querem fazer parecer os abolicionistas radicais, estigmatizados por ela como *exaltados*. Ato falho à parte, o gradualismo no projeto político de Durocher tem início com a simples alteração das denominações de escravos a subordinados; de senhores a superiores. Não sem antes estabelecer os significados da liberdade no

interior de uma sociedade escravista, lançando-os ao futuro. Em seu código idealizado, os escravizados tornar-se-ão livres para amar o trabalho disciplinado e Deus sobre todas as coisas. Desse modo,

será declarado a razão e gênero de comida e vestuário de verão e de inverno, os dias e horas de trabalho no verão ou no inverno, as horas de refeição, o tempo concedido para ellas, as horas do recolher e do despertar para o trabalho no inverno como no verão, os castigos infringidos a tal ou tal falta em seus deveres, á falta de subordinação ou falta de respeito á seu superior ou á seu delegado ou representante; as permissões de sahida, a observância do descanso nos domingos e a obrigação de ouvir missa e uma pratica religiosa e moral do capelão, a confissão annual [sic] (DUROCHER, 1871, p. 10).

Seu propósito é então reiterado: “gradualmente os subordinados [escravos] aprenderão á ser livres e respeitosos [sic]” (DUROCHER, 1871, p. 10 – grifos meus). Portanto, a nação se transformaria num imenso campo de trabalho forçado no qual o significado de liberdade, longe das concepções filosóficas da “Era das Revoluções”, expressaria os termos convenientes aos interesses da lavoura e da ordem social.

Essas experiências de aprendizagem foram comuns às sociedades escravistas no continente americano e projetaram trabalhadores morigerados e consumidores diligentes frutos de um processo de emancipação dos escravos controlada. Os fracassos dos programas de aprendizagem que conflitaram com significações e práticas de liberdade elaboradas pelos escravos e libertos precipitou, nessas sociedades, “um racismo cruel que comprometeu os esforços também das futuras gerações” (HOLT, 2005, p. 129).

Ao código disciplinar, seguiria a criação de um imposto filantrópico pago por “pessoa livre” de todas as classes, visando resgatar “subordinados” a sete de setembro de cada ano. Essa proposta acompanhada de uma tabela de preços dos cativos, organizada por faixa etária e recomendando resgatar preferencialmente os adultos com profissão e casados, certamente provocou comichões na classe senhorial, ávida por emplacar nos projetos de extinção da escravidão a exigência de indenizações aos proprietários, como assinalou Eusébio de Queiroz em seu voto na reunião do Conselho de Estado de 1867, que discutiu o projeto de Pimenta Bueno (SALLES, 2008, p. 100).

Para Mme. Durocher,

os contrários á emancipação não poderão dizer que o meio é inconstitucional e que é attentar á propriedade do cidadão; ao que diremos que inconstitucional é nascer brasileiros escravos, e é ser anti-liberal o não coadjuvar a emancipação, *feita com toda a prudência, que o caso exige* (DUROCHER, 1871, p. 12 – grifos meus).

Visando a emancipação, com respeito à propriedade, o código disciplinar que organiza o gradualismo de Durocher se destina a quatro classes de subordinados: escravos domésticos, de luxo, oficiais e jornaleiros (de ganho). Estes deveriam submeter-se a uma educação religiosa e moral, além de tratamentos médicos. Tudo custeado pelos fazendeiros cujas expectativas eram de indenização pela propriedade perdida.

O caminho para a emancipação era educar para a liberdade. Desse modo, madame acreditava

que um código especial cujo fim seria melhorar a sorte actual do escravo, e dispol-o gradualmente á liberdade, estabelecer bem suas garantias, seus deveres bem como os do senhor, evitaria nem só a confusão, mas traria um bem estar geral e faria com que a passagem rápida da escravidão á liberdade fosse mais gradual a respeito da moralidade do libertado; para disso se convencer, basta lembrar-se (pequenas excepções á parte) o uso que costumão fazer de sua liberdade as libertadas [sic] (DUROCHER, 1871, p. 13).

Por um lado, de passagem, Durocher reitera as representações acerca da vida imoral das mulheres negras, particularmente as escravas e libertas, produzidas ao longo do século XIX pelos viajantes, médicos, literatos e juristas. Por outro lado, notamos que os cuidados e precauções no encaminhamento da liberdade se justificam, evidenciando racismo sem fazer uso de uma gramática racista. Como assinala Wlamyra Albuquerque, as últimas décadas do século XIX se caracterizam também pela transformação social e política dos significados da liberdade e cidadania e, “geralmente de maneira velada, práticas baseadas na ideia de raça foram se fazendo notar nos debates jurídicos, nas decisões políticas, na construção de memórias e símbolos da escravidão, nos prognósticos e planos para o futuro da nação” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 34). Assim, Durocher nos remete à *índole do negro*, para afirmar que ele

é indolente e preguiçoso, só o receio do castigo o faz cumprir seus deveres; ingrato por natureza, e analfabeto, ignorando tudo quanto poderia dirigir seu moral, traduz liberdade por licença e pela faculdade de fazer tudo quanto pela cabeça lhe passa; emancipados todos de repente não haveria, como já fizemos ver, policia capaz de os conter (DUROCHER, 1871, p. 13).

Por um lado, não apenas naquele momento histórico, é possível observar o desejo de controle e a violência em operação no discurso sugerindo que uma sociedade civilizada não poderia permitir aos subordinados estabelecerem, eles mesmos, os significados às suas liberdades. Neste sentido, não se deveria perder de vista as ameaças à ordem social representadas por uma liberdade indefinida e sem limites cujos exemplos de insucesso, do ponto de vista daquele controle político, eram fartos na América (SCOTT, 1994; MATTOS, 1998). Por outro, essas representações sobre homens e mulheres negros e negras, produzidas e reiteradas em meio a mobilizações pela abolição da escravidão, serão evocadas mais tarde em um contexto republicano para justificar a exclusão social e política dessas populações.

Sem referir-se diretamente à liberdade do ventre em discussão no legislativo, Mme. Durocher assinala que um decreto deve estabelecer a liberdade para todos os “nascidos no Brasil a contar da data do decreto” (DUROCHER, 1871, p. 13). Sugere que o senhor (superior) seja o tutor natural destes “brasileiros”, filhos de “suas subordinadas”. Esses naturais tutores seriam indenizados nas despesas de preparação desses ingênuos para a vida em liberdade. Daí a maioria deveria se dar aos 25 anos (AZEVEDO, 1987, p. 39), pois nesta

idade em que já o tutor se acha mais do que indenizado de suas despesas, e em que o maior tem nem só as forças precisas para entregar-se por sua conta ao trabalho, ao gênero de indústria em que fôr creado e tem já bastante experiência e conhecimento para guiar sua moralidade, sua conducta e modo de proceder na sociedade; habituado á obedecer á um regulamento de disciplina imposto nem só á todo menor como a todo estabelecimento, nada lhe custará á obedecer á lei [sic] (DUROCHER, 1871, p. 14).

Não há dúvidas sobre as prioridades que orientam a elaboração da proposta. Proteger a lavoura, indenizar os proprietários e preparar os subordinados para o prosseguimento da exploração a que seriam submetidos evitando sobressaltos. Assim

os menores devem ser enviados à escola ou às fazendas onde teriam que dedicar tempo e espaço para a educação, aprendendo a “doutrina christã, portuguez, arithimetica, história pátria e noções de geografia, isto é, rudimentos indispensáveis para ter a ideia do que é esta máquina chamada mundo [sic]” (DUROCHER, 1871, p. 14).

Transformados em “subordinados”, esses escravos conheceriam a libertação por obra da educação moral e do imposto filantrópico, cuja arrecadação seria ampliada com a maioria dos ingênuos que, pelos idos de 1896, passariam a contribuir para a caixa de emancipação. Ato preparatório que também contribuiria para a dissipação do ódio dos escravos para com os senhores, ficando estabelecido que seu estágio resultava de uma herança colonial e da manifestação do desejo da sociedade contemporânea de “tornar a liberdade geral” e que a liberdade de seus filhos era devida a legislação atual, quanto mais um regulamento que melhorava pouco a pouco a sorte dos escravos remanescentes.

Uma política racial ganha corpo.

Mme. Durocher era uma cidadã prestigiada. Na década de 1830, ela deixa o *marchandes de modes*, passando a frequentar o curso de formação de parteiras oferecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Dedicando-se exclusivamente à nova profissão obteve fama e reconhecimento, passando a integrar em 1871, a Academia Imperial de Medicina na condição de membro adjunta, não sem antes tornar-se a parteira oficial da imperatriz Teresa Cristina.

A historiadora Maria Lucia Mott lembra que a “escolha da profissão de parteira por Mme. Durocher foi acompanhada no mesmo período de outras duas decisões extremamente significativas: a da opção pela nacionalidade brasileira e a adoção de roupas de estilo masculino” (MOTT, 1995, p. 115). O estilo incomum de vestir-se lhe rendeu maledicências. É o que se depreende de duas notas “humorísticas” publicadas na *Revista Illustrada*. Em 1878, relatando os “ciúmes” e “amuos” provocados na classe

médica pela visita do Sr. Dépaul, médico francês, o colunista destaca que os problemas foram superados, mas que “apenas Mme. (?) (sic) Durocher continua a ter ciúmes do seu collega Dépaul. O ciúme, porém, é bem de raiz do sexo fraco... Restando saber se com efeito ella pertence realmente ao batalhão feminino” (REVISTA ILLTRADA, 1878). A beleza ou a ausência dela, o vestir-se, a sexualidade, impressa no “sexo fraco”, a piada, todo um conjunto de representações da inferioridade do feminino, tudo colocado em destaque (PIRES, 2009; DE LUCA, 2018, p. 7-96).

Na mesma revista, três anos mais tarde, a coluna *Gazetilha* fez outra piada de péssimo gosto envolvendo Durocher, seu jeito de vestir, sua sexualidade e feminilidade. Dizia a chalaça: “Correu há dias, e com fundamento, o boato de que Mme. Durocher ia casar-se; mas nada está definitivamente decidido, a clássica parteira impondo como condição que há de ser o seu marido que dará à luz os filhos” (REVISTA ILLUSTRADA, 1881, p. 3).

Esses registros parecem tardios se consideramos que na década de 1830 Mme. Durocher já se pronunciara sobre suas escolhas quanto a vestir-se. Talvez o exercício do papel materno tenha inibido as piadas. Entre 1830 e 1831, Durocher dera à luz aos meninos Vicente Joao Francisco do Rocher e Pedro Amado Humberto David. Seguindo a trilha da transgressão da ordem paternalista, Durocher concebe os filhos sem casar-se formalmente e agravando ainda mais a situação, aos olhos moralizantes, o companheiro com quem vivia – Pedro David um comerciante francês – não reconhece o primeiro filho e depois de breve temporada na França quando retorna ao Rio de Janeiro é assassinado (MOTT, 1994).

Como se pode observar, os caminhos e as escolhas assumidos por Mme. Durocher não impediram que ela construísse sólida rede de sociabilidades no campo profissional, afetivo, religioso e político. Lembremos que o opúsculo em questão foi dirigido ao Barão de Cotegipe – liderança Saquarema, conservador e escravista de boa cepa – e que o Jornal do Comércio do Rio de Janeiro – que não primava pela defesa da liberdade dos escravos, destacou em 1871: “acaba de publicar-se um opúsculo com o título Ideias por coordenar a respeito da emancipação: é escripto pela Sra. M. J. M. Durocher” (JORNAL DO COMERCIO – 11/07/1871).

Neste sentido, a Academia Imperial de Medicina também registrou em suas atas de reunião, que fez publicar no Jornal do Comércio, o recebimento da publicação: “um folheto da parteira Maria Josephina Mathildes Durocher, da classe dos membros adjuntos, intitulado *Ideias a coordenar a respeito do elemento servil*, oferecido pela autora – *é recebido com agrado*” (JORNAL DO COMMERCIO – 30/07/1871 – grifos meus).

Como destacou Maria Lucia Mott, Mme. Durocher não era uma mulher fora do seu tempo. Como assinala a historiadora, ela era contrária a que mulheres assumissem o ofício de parteiras e outros afazeres, pois a natureza não lhes provera as condições físicas e morais impostas pelo exercício profissional abrindo exceção apenas às mulheres varonis (MELO SOUZA, 1998, p. 73). Se nos restam algumas perguntas ainda difíceis de responder, tais como: quais as razões que levaram Mme. Durocher a produzir um opúsculo, mandando-o publicar, integrando-se aos debates públicos e parlamentares acerca dos destinos da *questão servil*?; qual a repercussão destas *Ideias*?; e os fundamentos de um discurso tão afinado com as posições da classe senhorial, não obstante o emancipacionismo em voga, no trato da escravidão, e de sua abolição?

Podemos assegurar que os agentes políticos envolvidos no debate sobre os destinos da escravidão tomaram conhecimento da existência de suas propostas. Contudo, eles não a levaram em consideração pois, por um lado, as ideias de Mme. Durocher não eram originais. Por outro lado, no Parlamento e entre seus interlocutores existiam propostas que atraíam mais atenção dos pragmáticos proprietários de escravizados. E por óbvio, uma sociedade escravista, machista e misógina jamais permitiria o protagonismo feminino em assuntos políticos. Mesmo a uma mulher de prestígio no mundo do trabalho, como Durocher, restará a invisibilidade e o estigma aparentemente contraditórios.

Há evidências que nos permitem ensaiar algumas *considerações*. Por ora, vale ressaltar que, ao usar no título de sua criação a expressão *a respeito* ao invés de *em defesa* da emancipação, a autora enunciou aos seus leitores a forma e o conteúdo de seu ingresso no debate emancipacionista/abolicionista e, por meio de uma locução prepositiva, evitou qualquer suspeita sobre a sua posição. A emancipação consequente não poderia abalar os poderes senhoriais, tirar-lhes o controle do processo, nem

representar uma chave para a porta da revolução. Transformação sem revolução é um lema que se pode ouvir também nos discursos de escravistas e alguns abolicionistas.

Portanto, mais do que expor uma contradição, ao fazer combinar como tentou Durocher, emancipação com subordinação, o que se observa é o âmago de uma luta social para determinar os significados futuros da liberdade e da igualdade – que parecem vincadas por uma larga margem não negociada de desigualdade –, desde o presente, estabelecendo as suas extensões sempre mediadas e estruturadas pelo racismo moderno (SCHWARCZ, 1993). A história não ensina lições, mas ela expõe expectativas (DARTON, 2005). Assim, o escrito de Durocher joga uma luz interessante sobre o século XIX brasileiro, indiciando o processo de enraizamento do racismo e, portanto, de apoio à “institucionalização” de uma política racial como uma das soluções para a “questão servil” – a mediar novas formas de coerção social –, em construção também nas camadas sociais médias (GONÇALVES & NASCIMENTO, 2019). Demonstra, ainda, que os homens da política e da lavoura não tinham exclusividade e absoluto controle da palavra nos debates sobre o tema, mesmo que parecessem controlar o tempo e seu ritmo.

Considerações finais

Maria Josefina Matilde Durocher faleceu em 1893 no Rio de Janeiro aos oitenta e quatro anos de idade. Por seis décadas ela atuou diuturnamente, circulando pela cidade, realizando partos e sendo reconhecida como uma exímia profissional. No entanto, operando em uma sociedade controlada pelos homens com mentalidade machista e misógina, os padrões estéticos, usados para aprisionar os corpos femininos, foram mobilizados para desqualificar a parteira e produzir silenciamentos acerca de suas atividades profissionais e das suas contribuições para o desenvolvimento da obstetrícia.

O médico Alfredo Nascimento prestou-lhe homenagens fúnebres na Academia de Medicina que transparecem apenas o aproveitamento de uma oportunidade para desqualificá-la e demarcar os principais traços de sua memória:

foi a única mulher que penetrou nesse recinto, mas seu caráter másculo e seu talento viril patentearam nestas bancadas que tantas vezes ocupou, o real merecimento justificativo dessa bem merecida distinção (...) Mas, o que concorreu para a popularidade de Mme. Durocher não foi somente o seu mérito profissional: foi ainda sua excentricidade de seu físico, minimamente descurado pela natureza que satisfeita de lhe haver formado um belo coração, privou totalmente de estética o invólucro em que o enclausurou. A singular fealdade, ainda realçada pela original maneira de trajar, onde em desarmônica combinação, entravam as vestes masculinas entre a roupagem própria do seu sexo (SILVA, 1893-94 – apud – MELO SOUZA, 1998, p. 8).

Observa-se então, que a liberdade que Mme. Durocher negava aos escravos por pretender transformá-los em subordinados, uma espécie de não-cidadãos, também lhe era negada e suas qualidades profissionais eram arremessadas ao campo da invisibilidade. Na medida em que seu corpo e sua presença na vida pública se distanciaram dos papéis femininos prescritos, ela foi, por vários mecanismos, inferiorizada e silenciada.

Sua participação política no debate sobre a extinção da escravidão, proporcionada por uma ampliação do espaço público, evidencia o enraizamento de uma gramática racial nas camadas médias e populares na Corte Imperial, apropriada do discurso político da classe senhorial e dos intelectuais e letrados que a orbitavam e que mimetiza a desconfiança, o medo e certo pessimismo relativos às suas próprias capacidades em conservar o “mundo” – tal como ele estava –, a partir das soluções políticas e sociais apresentadas no desenrolar da crise do escravismo. O que se deveria preservar era a *plantation* escravista, a partir do qual os Saquaremas controlavam o mercado cafeeiro internacional e dominavam Império do Brasil.

Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (orgs.) *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

ALBUQUERQUE, Wlamira R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de Alencastro. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: NOVAIS, Antonio F. & ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.) *História da Vida Privada no Brasil Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 11-93.

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANDREWS, George Reid. *América Afro-Latina, 1800 – 2000*. São Carlos, SP: Edufscar, 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Dois estudos sobre Imigração e Racismo*. São Paulo: Anablume, 2012.

BARBERIS, Daniela S. O organismo como modelo para a sociedade: a emergência e a queda da sociologia organicista na França *Fin-de-Siècle*. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.) *Filosofia e História da Ciência no Cone Sul*. 3º Encontro. Campinas: AFHIC, 2004.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2010.

BARBOSA, Gisele Machado; PIMENTA, Tânia Salgado. O ofício de parteira no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista de História Regional*, n. 21 (2), 2016, pp. 485-510.

CARVALHO, José Murilo de. *Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. The politics of silence: race and citizenship in nineteenth century. In: *Slavery and Abolition*, 27: 1, pp. 73-87.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

DARTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington: um guia não convencional para o século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DE LUCA, Tania Regina. *A Ilustração – 1884 – 1892: circulação de textos e imagens entre Paris, Lisboa e Rio de Janeiro*. São Paulo: Unesp, 2018.

FARIAS, Juliana Barreto. *Mercados Minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890)*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

FARIAS, Juliana Barreto e outros. *Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

FERRER, Ada. Haiti, free soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic. In: *American Historical Review*. 2012, p. 41-65.

FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. (Prefácio de Maria Conceição Lima Alves; notas de Maria Helena de Almeida Freitas e Mônica Almeida Rizzo Soares) Brasília: Senado Federal, 2019.

GOMES, Flávio Santos; FERREIRA, Roquinaldo. A miragem da miscigenação. In: *Novos Estudos*, nº 80, 2008, pp. 141-161.

GONÇALVES, Aline Najara da Silva; NASCIMENTO, Alvaro Pereira do. Como pensar o elemento servil: o lugar dos libertos nas expectativas das elites após a emancipação. In: *Afro-Ásia*, n. 60, 2019, pp. 81- 104.

HOLT, Thomas C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 89-130.

IGLESIAS, Francisco. Vida Política, 1848-1868. In: *História Geral da Civilização Brasileira* (Reações e Transações), t. II, v. V, pp. 17–139.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MACHADO, Maria Helena P. T. “Teremos grandes desastres, se não houver providências enérgicas e imediatas”: a rebeldia dos escravos e a abolição da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil Imperial, – 1870-1889*, v. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro: Edufrj; São Paulo: Edusp, 1994.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Visibilidade e administração do trabalho escravos nas fazendas de café e engenho de açúcar de Brasil e Cuba, c. 1840-1880. In: *Estudos Históricos*, v. 32, n. 66, 2019, pp. 143-170.

MARQUESE, Rafael de Bivar.; TOMICH, Dale. O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 339-384.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe; GRINBERG, Keila; FISCHER, Brodwyn. Direito, silêncio e racialização das desigualdades na história afro-brasileira. Ciudad Autonoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, pp. 163-218.

MATTOS, Ilmar Roloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Ilmar Roloff. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. In: *Almanack Braziliense*, n. 01, 2005, pp. 8-26.

MELO SOUZA, Maria L. de Barros Mott de. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. (Tese Doutorado). São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

MELO SOUZA, Maria L. de Barros Mott de. Madame Durocher: modista e parteira. In: *Estudos Feministas*, nº 1, 1994, pp. 101-116.

MELO SOUZA, Maria L. de Barros Mott de. Une sage-femme franco-bresiliene à Rio de Janeiro au XIX^e siècle. In: *Clio: histoire, femmes et sociétés (Femmes et Images)*, França, n. 19, 2004, pp. 223-232.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo & MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. In: *Revista Mosaico*, v. 5, nº 1, 2012, pp. 45-54

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão na Era da Liberdade: Estados Unidos, Brasil e Cuba, 1787-1846*. (Tese de Doutorado) São Paulo: FFLCH/USP, 2015.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da Casa Imperial*. Campinas/SP: Unicamp, 2001.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. O eclipse do Império sob a “pena da galhofa”: crítica política de Ângelo Agostini em *A Revista Illustrada* e em *Mosquito*. In: SOIHET, Rachel et al. (orgs.) *Mito, projetos e práticas políticas: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 125-140.

PÔRTO, Angela. O sistema de saúde do escravo no Brasil do século XIX: doenças, instituições e práticas terapêuticas. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 1019-27, 2006.

REIS, Maria Firmina dos. *Ursula e outras obras*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil*. Campinas: Edunicamp, 2000.

SALLES, Ricardo. As águas do Niágara, 1871: crise da escravidão e o ocaso saquarema. In: SALLES, Ricardo e GRINBERG, Keila. *O Brasil Imperial: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SANTOS, Gislene A. dos Santos. *A invenção de ser negro: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. “Irmãos do Atlântico: escravidão e espaço urbano no Rio de Janeiro e Havana, 1763-1844. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHUMACHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. (orgs.) *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCOTT, Rebecca. Defining the boundaries of freedom in the world of cane: Cuba, Brazil and Louisiana after emancipation. In: *American Historical Review*, 1994.

SCOTT, Rebecca J. & HÉBRARD, Jean M. *Provas de Liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação*. Campinas, SP: Unicamp, 2014.

SENNA, Ernesto. *Notas de um repórter*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1895.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas/SP: Unicamp, 2004.

VIANA, Iamara da Silva. *Corpos escravizados e saber médico: proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert, 1830-1850*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGHI/UERJ, 2016.

WINDLER, Erica M. Madame Durocher’s Performance: cross-dressing, midwifery and authority in nineteenth century, Rio de Janeiro, Brazil. In: FRENCH, William E. & BLISS, Katherine E. (ed) *Gender, sexuality, and power in Latin America since Independence*. Rowman E. Littlefield Publishers, 2007, pp. 52-70.

Fontes Primárias

DUROCHER, Maria Josephina Mathilde. *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*. Rio de Janeiro: Typographia do Diário do Rio de Janeiro, 1871. (Brasília – USP)

JORNAL DO COMMERCIO – 11 de julho de 1871. (Hemeroteca Digital BN)

JORNAL DO COMMERCIO – 30 de julho de 1871. (Hemeroteca Digital BN)

PERDIGÃO MALHEIRO, A. M. Discurso proferido na sessão da Câmara em 12 de julho de 1871 sobre a proposta do governo para a Reforma do Estado Servil. Rio de Janeiro: Typ. Imp e Const. De J. Villeneuve E. C.; 1871. (Brasília – USP)

Revista Ilustrada– 19 de janeiro de 1878, nº 99. (Hemeroteca Digital BN)

Revista Ilustrada - 1881, nº 252. (Hemeroteca Digital BN)

Trabalho sobre a Extinção da Escravatura no Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868. (Biblioteca do Senado Federal)

AS FAMÍLIAS NEGRAS E AS EXPERIÊNCIAS NO CATIVEIRO: ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO TRIÂNGULO MINEIRO

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior
Instituto de História-UFU
João Eurípedes de Araújo
Arquivo Público de Uberaba

Às nossas mães,
Maria Helena de Oliveira Ribeiro e
Mãe Marlene de Ogum Já.

Introdução

Desde meados da década de 1990, as pesquisas desenvolvidas a partir dos arquivos regionais, no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, explicitaram a presença e a participação de africanos e afrodescendentes escravizados, na conformação das sociabilidades públicas e privadas, nesses locais, assinalando também a relevância numérica da população de cativos em progressão, ao longo do século XIX (RIBEIRO JÚNIOR, 2001; GOMES, 2008; DA COSTA, 2016; MUNIS, 2017; CHICORSKI, 2019). O tamanho dos planteis variou durante esse período, entretanto, prevaleceram, na região, os padrões de propriedade pequenos e médios observados nas áreas economicamente mais dinâmicas da província das Minas Gerais (LIBBY, 1988; PAIVA, 1996). Dessa perspectiva, nossa proposta é interrogar indícios preservados nos centros de documentação que nos permitem reconstruir traços de histórias familiares entre os negros e negras escravizados e os libertos e livres, no Triângulo Mineiro, nesse período.

Laços de parentesco caracterizaram as experiências de mulheres e homens escravizados por todas as Américas. O exame das fontes cartoriais nos permite uma aproximação dos modos de vida –a extensão dessas famílias, as diversas sociabilidades e as violências cotidianas das quais sempre foram alvos – das populações escravizadas, na região do Triângulo Mineiro à Oeste das Minas Gerais, ao longo do século XIX. Nesses

espaços, as uniões conjugais foram experimentadas em senzalas de todos os tamanhos e modelos, inseridas em dinâmicas produtivas e econômicas diversas, típicas dos recursos de subsistência em curso, no centro-sul do Império brasileiro. Emolduradas pelas peculiaridades sociais e sistemas financeiros regionais, as categorias escravas foram chefiadas, majoritariamente, pelas mães – o que não significa a ausência paterna – e foi possível identificar, em certos casos, a existência de, ao menos, três gerações em consanguinidade. Emergem dessas experiências núcleos de sociabilidades e solidariedades entre homens e mulheres escravizados, libertos e livres, enraizando práticas culturais e afirmação de identidades afrodescendentes – de matriz bantu (SOUZA, 2020; SOUZA, 2002; REGINALDO, 2011) –, desde as senzalas, para se inscreverem nas histórias regionais de que foram excluídos. Muitos observadores, cronistas e viajantes (BURMEISTER, 1980; RUGENDAS, 1949) assinalaram que, na sociedade escravista brasileira do século XIX, a família cativa era uma impossibilidade. Como asseverou o mineiro Cristiano Ottoni, o olhar branco, desvelado por Robert Slenes (1999), assinalou que na dinâmica do sistema de *plantation*, as “negras pejadas” eram impelidas ao “desmazelo pelo tratamento dos filhos” (A emancipação dos escravos *apud* NABUCO, 2000, p. 72), acolhendo imagens preconceituosas que atravessaram a América. A escravidão, por sua própria natureza e característica inerentemente violenta, teria deixado como principal legado a degeneração dos negros. Não nos surpreende que essas justificativas racializadas tenham frequentado a pena de escravistas e de abolicionistas (AZEVEDO, 2004). Joaquim Nabuco (1870) destacava que “a população negra, nós o confessamos, não se reproduz como a branca; uma série longa de causas deprimem-na, aviltão-na, sufocão-na, demasiado para que ella tenha o poder de crescer em sua posteridade” (NABUCO, 1949, p. 105 *apud* CONRAD, 1987, p. 36).

Otoni, ao tentar explicar os motivos de tão pouco investimento na reprodução natural, justificava a inviabilidade da vida familiar entre escravizados com um argumento circular: os senhores não dispensavam as escravas grávidas do trabalho duro da lavoura e estas, por sua vez, debilitavam-se fisicamente, emprestando esse estado aos fetos e aos recém-nascidos. Tal situação resultaria em desmazelo das mães para com seus rebentos, identificando-se, então, uma das motivações para as altas taxas de mortalidade de crianças cativas (SLENES, 1988; LUNA; CANO, 1982; VENÂNCIO, 1991; PAIVA; LIBBY, 1993; GRAÇA FILHO, PINTO, MALAQUIAS, 2007). Essas explicações

denunciam a dureza da vida cotidiana sem se aproximarem da raiz do problema. Além disso, fomentam representações racializadas, reproduzidas e reiteradas, sobre as mães negras, desde a primeira metade do século XIX, principalmente, sob a responsabilidade de médicos, viajantes e intelectuais (SCHWARCZ, 1992; ENGEL, 1988).

Ao examinarmos algumas fontes documentais sobre a história da cidade de Uberaba, representativa do Triângulo Mineiro, no século XIX, cuja economia pode ser inscrita nas atividades de subsistência mercantilizadas, (LENHARO, 1993; RIBEIRO JÚNIOR, 2001; LOURENÇO, 2010) conectada à região agroexportadora paulista e fluminense, notamos que são fortes as evidências da existência de organização familiar entre os escravos ali residentes, representando um dos fatores importantes na elaboração de sociabilidades e de articulação de suas vidas como cativos. Além disso, tal condição funcionava também como meio de construção de identidades entre os escravos, libertos e negros livres, fornecendo-lhes instrumentos de luta, calcados em suas experiências no cativeiro que fragilizavam a política de domínio senhorial e operavam como um esteio para a vida em liberdade, na escravidão ou no pós-abolição.

Uma parte da historiografia social da escravidão brasileira dedicou especial atenção à família cativa. Mediante estudos empíricos, sobretudo, de base demográfica, referidos a espaços geográficos bem localizados, procurou destacar sua existência e sua importância, na conformação da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que efetuou a revisão de persistentes mitos, alguns dos quais, até muito recentemente, davam conta da inaptidão dos escravos e negros brasileiros para a organização da vida em família, seja por força da própria perversidade degenerativa inerente à escravidão, ou pela inferioridade racial e cultural inata aos negros africanos escravizados e transmitidas aos seus descendentes crioulos.

Não há entre esses historiadores um consenso quanto ao papel desempenhado pela família escrava no desenvolvimento e na crise do sistema escravista brasileiro (MATTOS, 1998; SLENES, 1999; DIAS, 1995; LEWKOWICZ, 1984; ALANIZ, 1997; PIROLA, 2011). As motivações para as divergências podem ser localizadas nos materiais e referenciais teórico-conceituais mobilizados por uns e outros para fundamentarem suas proposições. Todavia, eles parecem se opor, frontalmente, às formulações que expunham as famílias cativas como uma extensão do modelo patriarcal de parentesco (FREYRE, 1992); ou que apresentaram essas famílias como ausência resultante de uma

completa dominação senhorial sobre os negros, impedindo-os de atender às novas exigências do mundo em transformação (FERNANDES, 1965, p. 152). Há ainda historiadores cuja crença é de que uma intensa e suposta promiscuidade sexual entre os escravos, fomentada pela escassez de mulheres nas fazendas, explicaria a instabilidade da vida familiar entre os cativos (COSTA, 1998).

Apoiando-se principalmente nos censos demográficos, na reinterpretação dos relatos de viagem, nos inventários, nos processos criminais e na ampliação da noção de família, entre outros, a historiografia brasileira tem procurado dar relevo à organização familiar cativa como eixo articulador, na construção de singulares visões da liberdade, (MATTOS, 1998) como evidência da participação dos escravos na elaboração de sua própria cultura, ou ainda, como campo de batalha no interior do sistema escravista e, ao mesmo tempo, fonte da construção de identidades, principalmente, a partir da evocação de padrões culturais trazidos da região centroafricana e aqui traduzidos (SLENES, 1999).

Experiências Singulares nos sertões das Gerais

Em Uberaba e na região do Triângulo Mineiro, onde prevaleceram os pequenos e médios plantéis de cativos, os padrões de propriedade escravizada reforçam as possibilidades de existência de vida familiar entre os escravos. As formas de expressão da dominação senhorial, da disciplina e vigilância sobre os escravizados se fizeram diferentes em relação às experiências das grandes senzalas, nas regiões agroexportadoras do Vale do Paraíba e do Oeste da Província de São Paulo.

Segundo dados impressos no *Recenseamento do Império*, de 1872, a região do Triângulo Mineiro tinha uma população total de 69.320 habitantes, dos quais 10.459 eram escravos, ou seja, 15% da população estava sob o cativo. Nas freguesias da região, o percentual de escravos oscilava entre 15 e 20% e Santa Maria (21,28%), São Francisco de Sales (19,46%), São José do Tejuco (18,86%), Rio Verde (18,71%), Uberaba (17,59%) se destacaram como os percentuais mais altos (LIBBY, 1988; RIBEIRO JUNIOR, 2001; LOURENÇO, 2010).

Na documentação, não são raros os registros, especialmente nas cartas de liberdade consultadas, nas quais se visualizam as evidências da presença de famílias

escravas. O material pesquisado apresenta desde indícios esparsos, até referências concretas à existência dessas famílias e de sua participação decisiva nos processos de libertação de escravos. Além de nos oferecer sinais do modo como essa experiência interfere na operação da instituição escravista, os núcleos parentais surgem como ponto de partida de sociabilidades que possibilitam e asseguram, aos escravos uberabenses, condições diferenciadas e relativamente autônomas de sobrevivência, em vista do padrão de vida que a dominação senhorial tentava impor.

Em que pese as alforrias condicionais terem se transformado num padrão da dissimulada caridade escravista, no Triângulo Mineiro (RIBEIRO JÚNIOR, 2001; GOMES, 2008), na década de 1830, encontramos pelo menos quatro registros de cartas de liberdade em que se observam indícios da existência de conjugalidades entre os escravizados e, por consequência, a constituição de complexos laços familiares, no interior das senzalas. Em junho de 1835, a proprietária Joanna Roza da Conceição, dizendo amar a seus escravos, tendo-os criado e educado, no que eles retribuíram com fidelidade, decidiu libertar a escrava Zeferina e seus três filhos, Maria, Antônio e Jerônimo (CARTA DE LIBERDADE, 1835), com a única condição de que a família permanecesse ao seu lado, enquanto ela vivesse. Na mesma linha de raciocínio, um pouco antes, em 1833, Ignácio Teixeira de Carvalho, proprietário dos escravos Lázaro Crioulo, Lourença Crioula e seus filhos Jeronima, Rita e Domingos, libertou-os, recebendo por eles uma parte em dinheiro e outra em serviços a serem executados até a sua morte (CARTA DE LIBERDADE, 1833). A nova condição a que foram submetidos, a de libertos transitórios, era marcada pela manutenção de seus laços familiares, acenando com consequências importantes para a configuração de redes de sociabilidades e no enfrentamento das estratégias senhoriais, visando a manutenção das relações de dependência. Por um lado, os *ex-proprietários* poderiam submeter seus *ex-escravizados* a uma situação de exploração continuada do trabalho, de maneira a mantê-los muito próximos da condição que desejavam e, ao mesmo tempo, da que pensavam ter conseguido se livrar. Por outro lado, ela pode ser interpretada como uma ampliação formal da relativa autonomia anteriormente conquistada, pois os libertos poderiam cumprir acordos mediante tarefas diárias, de maneira a não inviabilizarem a execução das atividades que lhes garantissem a subsistência, demarcando espaços e

registrando significados próprios para a experiência da liberdade (MATTOS, 1998; CHALHOUB, 1990).

Em 1849, Manoel Rodrigues da Cunha resolveu libertar três de suas escravas: Juliana, Mafalda e Leocádia (CARTA DE LIBERDADE, 1840) e, no texto da carta de liberdade, fica evidenciado que todas eram suas filhas com outras escravas. Aliás, como na carta não se define exatamente se são várias mães ou apenas uma, exceto pelo falecimento dessa, ou dessas mães, sabe-se que a libertação apenas dos filhos, ou mesmo de um dos cônjuges, em separado, não seria suficiente para a quebra dos laços de solidariedade e consanguinidade construídos na experiência do cativo. Ao contrário, muitas vezes, eles se apresentavam reforçados, principalmente, em torno das táticas para libertar familiares mantidos aprisionados, ou ainda, recuperar o convívio interrompido pelos negócios da escravidão (CHALHOUB, 1990, p. 48-49; DIAS, 1995, p. 167). Nesse sentido, dois documentos ilustram bem como a vida em diferentes senzalas e em distintos domínios privados não foi suficiente para o rompimento dos laços de parentesco: no primeiro caso, o pai liberto José Mina pagou oitocentos mil réis - 800\$000 (CARTA DE LIBERDADE, 1870) pela liberdade do filho Sebastião Crioulo, com idade presumível entre 26 e 28 anos, propriedade de José Bento do Valle, em 1870; no segundo, Justa Crioula, escrava de Maximo Machado Valadão, de 60 anos de idade mais ou menos, testemunhou, em março de 1853, seu filho Adão, escravo de João Dias da Silva, acertar a sua liberdade, por duzentos mil réis - 200\$000 (CARTA DE LIBERDADE, 1853).

No que diz respeito às crianças cativas, os registros demonstram que elas eram, de certa forma, beneficiadas quando o tema do diálogo entre seus familiares cativos, libertos e livres e seus senhores era a liberdade. Uma carta de 1845 informa que Anna Roza, mãe de Franciso Crioulo, de dois anos e nove meses, comprou a liberdade do filho pelo valor de seis vacas paridas (CARTA DE LIBERDADE, 1845). O texto da carta não nos permite saber ao certo se Anna era livre ou liberta e como não há referência alguma a respeito de cláusula de prestação de serviço – fato que se tornaria aparentemente comum na libertação das crianças cativas, a partir de 1871 – pode-se inferir que, os dois reconstituíram formalmente, o convívio familiar. Entretanto, não se pode descartar também que tal situação pudesse se tratar da formalização de uma condição já usufruída pelo escravo.

Há casos em que os pais conseguiram, no momento da negociação de sua liberdade, incluir, nos acordos, os seus filhos: - João Mulato, um escravo de mais de quarenta anos, ao negociar com seus donos, Francelina Maria de Assis e seu marido Manoel Barbosa de Oliveira, obteve a liberdade para sua filha Flausina, de dez anos de idade (CARTA DE LIBERDADE, 1862). Mesmo que o acordo propusesse a servidão de João até a morte de Francelina e a de Flausina ao filho do casal até este completar 30 anos, os laços de solidariedade baseados na consanguinidade e parentesco, mas não restritos a eles, tendiam a se consolidar e serem decisivos no momento da luta específica pela liberdade; - em novembro de 1836, Tristão e Izabel, ambos de propriedade de Manoel Simões de Souza e D. Maria Angélica de São José, conseguiram libertar seu filho José Crioulo, de mais ou menos um ano de idade, e, onze meses depois, a filha, Maria Crioula, de seis meses de idade. Quem efetuou o pagamento dos valores de cem mil réis (100\$000) e cinquenta mil réis (50\$000), respectivamente, foi o padrinho das crianças, José Rodrigues Ferreira que, no, registro da carta de liberdade de seus afilhados, (1841) interpunha uma condição: “(...) nos acompanhar enquanto vivermos para bem de ser acabada de criar, educar e ensinar-lhe a doutrina cristã e boa moral e aprender qualquer ofício próprio de seu sexo para ter de que subsistir por nosso falecimento” (CARTA DE LIBERDADE, 1841).

O arrazoado dos proprietários – antecedendo, em muito, os argumentos parlamentares em defesa e contrários ao ventre livre – não esconde um preconceito que atinge duplamente os negros, quando esses proprietários, intitulado-se como os únicos capazes de educar as crianças recém-libertas, negam sub-repticiamente que seus pais negros conseguissem-lhes inculcar uma boa formação moral. De outro lado, podemos observar, conforme assinala Regina Xavier (1996), a persistência de três objetivos correlatos quando se trata da libertação das crianças e que emergem também como recomendações: “a preocupação em garantir os lucros com o trabalho dos crioulos durante a menoridade, em educá-los para o trabalho e a preocupação em controlá-los para que não se tornassem perigosos” (XAVIER, 1996, p. 65).

O motivo evidente do apadrinhamento consistia na proteção das crianças em tenra idade de sua própria fragilidade física e do ambiente hostil a que estavam submetidas. Dessa forma, mantendo os recém-nascidos e libertos junto aos seus pais, principalmente, à mãe, os proprietários locais levaram em conta, no universo de

preocupações com a mão de obra cativa, o respeito ao período de gestação e o posterior período de amamentação das crianças até que elas pudessem suportar o retorno de suas mães às atividades diárias do eito. Tal suposição não significa considerar os proprietários uberabenses mais benevolentes que seus congêneres, em outras partes do Brasil, mas apenas constatar uma conduta específica em relação aos rendimentos de seus investimentos, atentos à ameaça de perdê-los totalmente, em virtude dos maus tratos, ou de procedimento inadequado com uma escrava gestante, o que também não parece uma atitude original (KARASCH, 2000, p. 390).

Estudando a região Metalúrgica-Mantiqueira do século XIX, o historiador Renato Pinto Venâncio relata que, ao se preocuparem com as crianças cativas “(...) alguns senhores davam mostra que estavam interessados em ampliar a escravaria sem depender exclusivamente do tráfico internacional” (VENÂNCIO, 1991, p. 102). Nesse sentido, observamos que as vidas dessas crianças nem sempre transcorreram em direção a finais felizes, como podem nos fazer crer os exemplos de José e Maria e a ação de seus pais, na defesa de suas liberdades. Antônio Pardo, filho de Clara, escrava de Joaquim Antônio Roza e Domingas do Espírito Santo e Silva, foi libertado em 1857, quando tinha quatro anos de idade. Porém, apenas treze anos depois, sua carta de liberdade foi levada ao cartório para registro e formalização de sua nova condição (CARTA DE LIBERDADE, 1870b). A demora no registro nos permite supor que Antônio tenha permanecido junto à sua mãe, não se afastando efetivamente da condição de submisso, durante o período entre a concessão da carta e sua inscrição formal e, certamente, se fez um cativo menos arredio diante das ‘promessas’ de liberdade com a qual seus senhores o assediavam. O mesmo pode ter ocorrido com Eugenia Mulata, escrava de quatro anos de idade mais ou menos, cuja liberdade foi comprada pelo valor de quinhentos mil réis - 500\$000, em dezembro de 1864, entretanto com pouco efeito, pois sua mãe, uma escrava chamada Esmeria, continuou, ao que tudo indica, vivendo tal situação (CARTA DE LIBERDADE, 1864).

Houve situações de libertação de crianças em que a preservação da dependência existente entre senhores e escravos se efetivou, não se diferenciando, nesse aspecto, das demais alforrias. Em 1877 e 1881, o capitão José Bento do Valle libertou, sob condição, algumas crianças nascidas em suas próprias senzalas: David Mulato e José Crioulo, filhos de Rita; Delminda Crioula, filha de Francisca, e Evaristo Pardo, filho dos

escravos Desiderio e Clementina, em julho de 1877 (CARTA DE LIBERDADE, 1877). Em 1881, ao libertar Maria Parda, viúva, de 35 anos de idade; Rita Preta, 30 anos de idade, casada com Venâncio; Rita Preta, 45 anos, viúva, e Balbino Crioulo, de 25 anos, do Valle declarou abrir mão de quaisquer direitos futuros sobre os ingênuos Altino, Martinho e Martinha, filhos de Deziderio e Clementina e o mesmo ocorreu com Serafim, filho dos libertos Joaquim e Francisca. Ao concluir a carta, o capitão – deixando transparecer as expectativas senhoriais a respeito do significado da liberdade, sob a sua ótica, baseado na reciprocidade e em uma proteção que implicava uma contrapartida e a consequente manutenção da dominação – formulou uma frase emblemática para o período e as condições a que podiam estar submetidas as crianças libertas, um claro enunciado de manutenção dos vínculos e também de deferência: “Poderão seus pais receber ou dirigir como lhes aprouver, prometendo nós todos sempre em nossa proteção se seus pais ou eles preferirem” (CARTA DE LIBERDADE, 1881).

Ao mesmo tempo em que se evidenciou, sobretudo, a partir de 1871, com a lei do Ventre Livre, uma estratégia deliberadamente construída para deter a mãe, ou ainda, o pai, no cativeiro, libertando os seus filhos não atingidos pela lei, muitas vezes, condicionalmente, o sentimento de gratidão para com seu senhor foi largamente alimentado. Ao mesmo tempo, a permanência ao lado dos pais e essa proteção oferecida pelos donos podia aumentar, para as crianças, a possibilidade de sobrevivência em uma cidade onde as condições de salubridade eram precárias e elas alvos fáceis, diante das intempéries, no mundo da violência institucionalizada. (RIBEIRO JÚNIOR, 2001)

Borges Sampaio, morador da cidade de Uberaba, em texto de sete de julho de 1889, publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, deixou pistas acerca da mortalidade entre as crianças, ao observar que,

[...] a mortalidade das crianças diminuiu neste trimestre [abril/junho], mas muito pouco, o que quer dizer que este facto ainda precisa de observação e attento estudo da parte de nossos facultativos médicos formados que há nesta cidade. Dos sessenta óbitos, continuava Sampaio, forão 27 os das crianças que morrerão de dous anos de idade para menos – quase metade da mortalidade total (BORGES SAMPAIO, 1889).

Os dados apresentados por Sampaio foram coletados nos livros paroquiais da cidade, investigando os registros de batizados, casamentos e óbitos. Entretanto, vê-se, pelas próprias informações apresentadas que, nos sessenta óbitos anotados, 36, e não 27, foram de crianças menores de dois anos. De fato, a situação parece-nos um pouco mais grave do que a assinalada pelo correspondente.

Óbitos 60, sendo do sexo masculino 30 e do feminino 30; solteiros 40, casados 14, viúvos 6; no dormitório 58, em viagem 1, em caçada 1; todos de nacionalidade brasileira; até um anno de idade 18, de um anno até dous 18, de 4 annos 1, de seis annos, 1 de 7, 1 de 9, 1 de 13, 2 de 20, 1 de 21, 2 de 22, 1 de 28, 3 de 30, 1 de 31, 2 de 35, 2 de 40, 1 de 42, 4 de 50, 1 de 55, 2 de 56, 2 de 60, 3 de 70 e 1 de 80 (BORGES SAMPAIO, 1889).

Esses números não são suficientes para compreendermos a dimensão do impacto desses falecimentos de crianças com menos de dois anos no conjunto da população, já que não possuímos os dados relativos aos nascimentos, na mesma faixa etária, mas podemos afirmar: a morte dessas crianças revela a precariedade do padrão de vida da população urbana e também das fazendas e senzalas, no período final do Império (KARASCH, 2000; DIAS, 1995), pois, a partir do elenco de doenças que as vitimaram, não há indícios de surto epidêmico sobre a cidade.⁸

Se, por um lado, os senhores libertavam condicionalmente seus escravos ainda crianças, e muitas não resistiam, durante muito tempo, diante das condições de vida oferecidas, por outro, houve aqueles *escravinhos* de pior sorte, bruscamente separados de suas famílias pelo artifício da venda e isso nos permite pensar em duas situações: as uniões estavam também sujeitas a um fim súbito, por força do arbítrio senhorial e a instabilidade evidenciada reforça a ideia de que as famílias cativas eram regidas pelas

⁸ As enfermidades elencadas são: *bronchite capillar, tetano dos recém nascidos, lesão cardiaca, tuberculos pulmonares, congestão cerebral, queimaduras, febre pernicioso, febre remittente, febre biliosa, hydropesia, syphilis, enterite crhonica, suspensão, aneurisma, inflamação do figado, enterite aguda, gastro peritonite, intoxicação, laringite catharhal, cachexia escruphulosa, congestão hepatica, fraqueza congenial, sufocação involuntaria, repentinamente, estreitamento, pneumonia, homicidio involuntario, angina, inanição, convulsões, febre typhoide, febre verminosa, antherepsia, hemoptsia, peritonite e colica espasmodica*. De acordo com as aferições, que constam nos inventários, feitas pelos avaliadores, um escravizado valia mais, ao atingir a maior idade e era considerado adulto quando tinha entre 12 e 30 anos. Ao analisarmos, nos inventários post-mortem, no período de 1815 a 1888, avaliando o tamanho dos plantéis de cativos no município, nós os classificamos da seguinte maneira: pequeno de (1 a 5); médio de (6 a 10); grande de (11 a 20) e muito grande de (21 a 100...). Nesse estudo, categorizamos as crianças na faixa etária de 10 a 11 anos e, até o presente momento, identificamos 647, do sexo masculino, e 659, feminino, totalizando 1.306 crianças.

condições do mercado de escravos, aquecido pelo tráfico interprovincial, até 1881. Certamente, a maneira dos contemporâneos de justificar a violência da intervenção sobre um grupo familiar escravo era construir um discurso em que se ressaltasse a ausência da noção de família nesse grupo, em razão do seu estado 'selvagem' e, por fim, caso necessário, o direito de dispor da propriedade, conforme a conveniência.

Limites ao domínio senhorial

Todavia não são poucos os registros de compra e venda de escravos nos quais a composição familiar, seja ela determinada pela relação pais e filhos, ou marido e esposa, parece ter sido respeitada pelos negociantes:

1867 - Maria Magdalena Maia vendeu, a José Maria do Nascimento, seus escravos: João da Nação, de 25 anos, e sua mulher, Josefa Crioula, também de 25 anos (ESCRITURA, 1867).

1870 - Antônio de Paula Silva transferiu em troca de valor monetário, a Custódio Dias Leite, seus escravos Joaquim Crioulo, de 27 anos, Claudiana sua esposa, de 23 anos, e seus quatro filhos: João, Sebastião e Messias, com sete, quatro e três anos, respectivamente, e Honorato, com quatro meses (ESCRITURA, 1870).

1874 - O capitão José Bento do Valle negociou, com o major Francisco Rodrigues Barcellos, os seus escravos Luis Crioulo, de 32 anos de idade, sua esposa, a escrava Anna Crioula, e Florencio, provavelmente filho do casal, com idade de três anos (ESCRITURA, 1874).

1876 - Marcelina Maria da Conceição comercializou, junto a Manoel Alves Caldeira, os escravos: Manoel, 48 anos, sua esposa Mariana Parda, 44 anos, Ritta Preta, 26 anos, que se presume ser filha do casal, e, ainda, Placida Parda, de 21 anos, viúva, acompanhada dos filhos, Antônio e João (ESCRITURA, 1876).

Existe, na documentação coletada, outras diversas evidências da participação direta das famílias escravas no sentido de garantir a permanência dos laços estabelecidos e os proprietários, apesar de terem sempre em mente a lucratividade,

fosse na exploração direta do trabalho, fosse nas negociações para comprar e vender, viam as suas ações limitadas pelas relações que foram se consolidando entre os cativos. As sociabilidades das senzalas amalgamaram solidariedades em grupos comunitários, a partir dos vínculos familiares construídos (SLENES, 1998). As transações de compra e venda, que tinham como objeto as crianças cativas, adiaram as expectativas de lucro dos proprietários com seus novos escravos, além de constituírem um enorme risco para o negócio, pois, como vimos anteriormente, os pequenos, de um modo geral, livres, libertos e escravos ressentiam-se muito das difíceis condições de sobrevivência, nas freguesias da região. Considerando isso e o ponto de vista da lógica financeira que movimentaria o sistema, não seria uma decisão muito sábia adquirir escravos nesse contexto. Então por qual motivo adquiri-los, se, supostamente, como mercadorias, o comprador poderia impor, ao vendedor, a composição de escravos que melhor lhe aprouvesse?

Como afirma Venâncio, havia um certo cuidado dos senhores para com as crianças pela possibilidade de utilizá-los, muito cedo, em afazeres domésticos e na lavoura, como demonstram os registros cartoriais, a partir de 1871 (INVENTÁRIOS, 1871 a 1879) e visando não perder o investimento e aumentar o grupo de escravos aptos ao trabalho. Essa utilização precoce contribuiria também para a manutenção do controle e da disciplina, pois restringiria a mobilidade dessas crianças.

Comparados aos preços dos escravos adultos, os valores de mercado para essa faixa etária eram bem mais baixos e por isso, facilitavam o acesso de potenciais investidores de pequenas posses (VENÂNCIO, 1991). Ainda assim, deve ser levado em conta que as vontades, as expectativas, os valores, enfim, os modos de vida, interpostos por pai e mães cativos – por força da reciprocidade das relações de dependência, entre senhores e escravos – diante de uma suposta racionalidade mercadológica, configuravam-se em agência dos escravos, dentro de um microcosmo bastante específico, mas restringiam os aparentes ilimitados poderes dos proprietários, para o desfecho da crise do escravismo brasileiro iniciada, mais efetivamente, em meados do século XIX (CHALHOUB, 1990).

Examinando o inventário de Lourenço Antônio da Silva e Feliciano Maria de Jesus, elaborado em 1871, verificamos ter havido, no momento da partilha, o cuidado em garantir a manutenção das ligações familiares estabelecidas entre os escravos de sua

propriedade, possivelmente abonadas pelo inventariado. As inventariantes e herdeiras, Maria Francelina de Jesus e Ponciana Maria de Jesus, dividiram, assim, os 14 escravos oriundos da propriedade de seus pais: “Maria Francelina de Jesus ficou com Vicente 30 anos, Maria 20 anos, Silvestre 21 anos, Lourenço 4 anos, Antônio 3 meses, Sebastião 9 anos e João 3 anos” (INVENTÁRIO, 1871) e Ponciana com: “Francisco 46 anos, Rosa 25 anos, Vicente 18 anos, José 12 anos, Francisco 2 meses e Maria 6 anos”.

O exame das idades dos escravos inventariados e o equilíbrio na destinação do grupo de cativos compartilhados entre as herdeiras reforçam os indícios de estarmos tratando, nesse caso, de dois núcleos familiares distintos de um mesmo proprietário, ou de um ramo familiar que se separou, naquele momento, sem um distanciamento espacial correspondente a uma ruptura dos laços. Por outro lado, quando observamos os valores pelos quais os escravos foram avaliados, notamos que a lógica de uma equalização financeira entre os herdeiros foi seguida, independente de ter havido uma coincidência nos valores atribuídos aos escravos, ou uma equiparação forçada pelos próprios senhores, evitando a fragmentação das famílias e abrindo um novo campo de tensão juntos aos legatários e seus novos escravos. Nesse caso, os cativos foram avaliados em onze contos e quinhentos mil réis - 11:500.000 e, somados os valores individuais, cada herdeira recebeu um total de cinco contos e setecentos e cinquenta mil réis - 5:750.000, em escravos. Como eram apenas duas, poderíamos argumentar sobre as condições de respeito às formações familiares dos cativos estarem mais facilmente determinadas, entretanto, em outro inventário de 1870, podemos apontar outros indícios da existência de grupos de parentes escravos, constituindo-se no interior de uma mesma propriedade. Nesse sentido, citamos a morte de Antônio de Araújo Rosa, a partir da qual os seus quatro herdeiros dividiram, assim, o grupo de 19 escravos a ele pertencentes:

- a) “Horácio Theophilo de Miranda ficou com os escravos: João 33 anos, Izidora 25 anos, Marcella 26 anos, Benedicto 12 anos, Marianna 50 anos, Camillo 1 ano, Luís 7 anos”, (INVENTÁRIO, 1870) sendo que este, segundo consta o inventário, encontrava-se à beira da morte. Os escravos que passaram à propriedade de Horácio totalizaram quatro contos e trezentos e cinquenta mil réis - 4:350.000;
- b) Paulino Antônio de Araújo Rosa herdou: Anna (sem referência de idade, mas, comparando o valor de sua avaliação, no mesmo inventário, deveria estar com

aproximadamente 25 anos), Maria (8 anos), Balbina (4 anos), Joanna (aproximadamente 4 anos), Catharina (40 anos). O valor total foi de dois contos e quatrocentos mil réis - 2:400.000;

- c) Virgílio Antônio de Araújo Rosa recebeu os escravos: Marcolino (14 anos), Antônio (12 anos) e Silveria (2 anos), perfazendo dois contos de réis - 2:000.000;
- d) Amélia Amália de Araújo, tornou-se dona de: Umbelina (28 anos), Eugenia (1 ano e doente), Ritta, (10 anos) e Olegario (8 anos), atingindo um conto e novecentos e oitenta mil réis - 1:980.000 reis.

Levando em conta que as partilhas indicam um acordo prévio entre os herdeiros, o que vemos, então, é uma divisão dos escravos na qual se identifica um esforço para manter estáveis os grupos familiares constituídos, ainda que os escravos destinados a Virgílio leve-nos a supor, e com razão, sobre a quebra da regra. Entretanto, é também pertinente inferir que os três escravos herdados por ele fossem órfãos e irmãos.

A presença das crianças nos processos de inventário e partilha nos possibilita compreender a constituição das famílias escravas e as tensões por elas provocadas. Contudo, quando se observam os inventários do final dos anos de 1870 e dos anos de 1880, percebe-se uma rarefação dessa presença, explicada, talvez, por força dos efeitos da lei do Ventre Livre, pela qual os ingênuos não poderiam mais ser elencados como propriedade, ou pelo fato de que, a partir de determinado momento, as idades dos cativos passaram a ser informadas com precisão, a fim de evitar contestações quanto à condição e possíveis prejuízos, durante a necessária avaliação.

Ainda que houvesse a possibilidade de negociação, visando a melhoria nas condições de sobrevivência, os escravos estavam expostos à realização das vontades e necessidades de seus senhores, um conflito de interesses que incidia diretamente sobre as famílias cativas, considerando o risco de separação, pela compra e venda, considerada ilegal em 1869, (CONRAD, 1975, p. 45) se não houvesse acordo e eles fossem destinados a diferentes herdeiros. No caso do inventário de Ritta Maria de Oliveira, em 1880, herdeira, junto à sua irmã, de Joaquim Antônio de Resende, do elenco de 15 escravos, os mais novos, João Crioulo e Pedro Crioulo, de 13 anos são descritos como solteiros, porém observamos que a maioria deles se encontravam nessa condição, diferente de Manoel Crioulo de 43, caracterizado como viúvo, e de Bonifacio Pardo, 32

anos, e Custodia, 28 anos, casados entre si. No momento da partilha entre as herdeiras, Maria Ritta ficou com os escravos casados (INVENTÁRIO, 1880).

Considerando que um grupo de escravos sempre estaria sujeito às mais variadas destinações, de acordo com os interesses de seus novos senhores, temos a situação descrita no inventário de Francisco José de Macedo, providenciado pela esposa Delminda Luiza de Macedo. Nele, encontram-se: Antônio de Nação (52 anos), Simão Crioulo (19 anos), Francisca de Nação (37 anos), Luiza Crioula (18 anos), Thereza Crioula (37 anos) e Rosanna Crioula (12 anos), avaliados em 4\$600 reis. Apesar de Delminda não ser a única herdeira – o casal tinha cinco filhos, provavelmente, menores de idade – não houve partilha, pois, ao final do inventário, ela entregou todos os bens aos credores do espólio (INVENTÁRIO, 1879). Tal situação dificultaria, para os escravos arrolados, caso fossem uma família, manterem essa estrutura, pois, provavelmente, seriam distribuídos a diferentes donos. Na mesma linha, em 1868, inventariando os bens de Maria Ferraz de Almeida, seus herdeiros chegaram à seguinte partilha dos escravos: os filhos José e Galdino receberam, respectivamente, as cativas Joanna Mulata (28 anos) e Silveria Parda (15 anos), a filha Isaura herdou Francisca Parda (4 anos) e Maria Parda (2 anos) e José Francisco da Silva e Oliveira, o marido, ficaria com Leão (16 anos), Florinda (35 anos), Evaristo (2 anos) e Rogerio (6 anos). Ainda que levemos em conta a possibilidade de serem os filhos de José Francisco seus agregados, isso não implicaria em um distanciamento espacial relevante entre os membros da mesma família de escravos e tal situação, juntamente com as outras narradas acima, nos dá a percepção do quão instável foi a vida dos escravos que conseguiram constituir família, por força de sua própria condição e não pela falta de virtudes inatas capazes de mantê-los ligados e afeitos a essa instituição singular.

Essa instabilidade e a permanente possibilidade de efetiva separação foram geradoras de tensões e conflitos entre os senhores e seus cativos. Em um caso, os afetos fraternais explicam a indisciplina: Apolinário, escravo de Joaquim Heitor da Silveira, foi vítima de excessivos castigos, aplicados por seu senhor, e faleceu. Uma das justificativas para o espancamento foi a ausência de Apolinário, da propriedade onde morava, por um período de aproximadamente três dias. Segundo consta, seria a terceira vez em que ele desaparecia, para estar com o irmão, morador em uma fazenda próxima (PROCESSO-CRIMINAL, 1871). Em outros casos, ironicamente, a libertação de um dos cônjuges

poderia também representar uma possibilidade concreta de separação, pois o proprietário teria a prerrogativa de controlar e até mesmo proibir a entrada e a saída de homens e mulheres de suas terras, independentemente de sua condição, dificultando ou rompendo as relações entre os casais, por força desse artifício. Entretanto, há situações nas quais a libertação se destinava, claramente, a respeitar as uniões entre escravos, ainda que algumas tivessem uma motivação inusitada. No episódio com uma escrava chamada Delfina, por exemplo, aqueles que a herdaram (Antônio Rufino de Abreu, Maria Leonor de Abreu, Francisco Rufino de Abreu e Delminda Luisa de Macedo, a mesma que cinco anos antes havia entregado todo o espólio do marido em pagamento dos credores), filhos de Concordia Leonor de Abreu, decidiram libertá-la motivados pelo fato de que a escrava havia perdido a visão. Seu marido, Adão Crioulo, de 63 anos, na partilha, tornou-se propriedade de Antônio Rufino e mesmo que a libertação de Delfina revelasse, francamente, os limites da exploração do trabalho escravo – os incapacitados fisicamente são indesejáveis –, é difícil imaginá-la longe de Adão. Podemos também inferir que a libertação da escrava tenha ocorrido justamente para tentar equacionar o problema: como não se poderia exigir tudo de uma velha cega, liberá-la para juntar-se ao esposo transferia a ele a responsabilidade pelos cuidados. Era o preço que os negros deveriam pagar pela conquista da liberdade (MENDONÇA, 2008). Ainda assim, a constituição de famílias entre os escravos, por união consensual ou formal, poderia representar a possibilidade de melhoria nas condições materiais de vida, o gozo de algum privilégio e a conseqüente diferenciação do restante dos cativos pertencentes àquela propriedade, ou mesmo em relação à sua comunidade (SLENES, 1999, p. 114 e 201).

Diante dos registros de casamentos de escravos encontrados, observa-se que as uniões formais e consensuais, entre eles, compunham o universo das experiências vividas no cativo. No caso do escravo Sabino, casado com Joana desde 1870, conforme os livros de assentamentos da Freguesia de São Pedro de Uberabinha, alguns indícios chamam a atenção: no processo criminal, instaurado em 1871, para apurar seu suicídio, o escravo teria, durante uma madrugada de fevereiro do mesmo ano, invadido o quarto de sua senhora, rompendo a parede de um cômodo lateral ao dormitório, com o intuito de violentá-la, segundo os testemunhos encontrados nos autos. Oferecida a denúncia ao inspetor de quarteirão, este munuiu-se de uma escolta e foi à captura de

Sabino que se encontrava em casa, com sua esposa (PROCESSO-CRIMINAL, 1871b). Pelos registros, podemos observar evidências de uma melhoria nas condições de vida dessa família e também de um anseio de diferenciação em relação à comunidade cativa, pois as informações são de que: “O escravo morto encontrava-se vestido da seguinte forma: lenço atado ao queixo, camisa de americano, calça de americano cor preta e sapatos brancos de couro” (PROCESSO-CRIMINAL, 1871b). A permissão, aos escravos unidos por meio do casamento formal e informal ou às famílias constituídas e reconhecidas, no interior da propriedade, para trajarem vestimentas mais elaboradas, ou usufruírem de terras de cultivo e de criação de animais de pequeno porte podia resultar em aumento das possibilidades de acesso à liberdade (SLENES, 1999), uma distinção que gerava uma tensão entre os homens pobres livres e também entre os escravos, resultando, quase sempre, em violência. Observando a história de vida do escravo Sabino e sua esposa Joana, principalmente, nos seus últimos meses, muito nos intriga que ele, menos de um ano após a formalização de seu casamento, tenha cometido atos aparentemente insanos contra a esposa de seu senhor e contra si mesmo. Nas referências encontradas no processo criminal, são claras as evidências de uma melhoria de vida para esse casal, o que não significa distanciamento dos seus contextos de escravos, ou uma efetiva ascensão social (DIAS, 1995; KARASCH, 2000). Além disso, manterem-se expostos às vontades de seus senhores e ao convívio com a instabilidade provocada por tal situação representa um conjunto de forças capaz de interferir, ameaçar e dificultar a manutenção dos laços do casal e também suas posições, na condição de diferentes, perante a comunidade escravizada. A partir dessa inferência, a suposta insanidade pode ser entendida como um ato de vingança, ou de desespero.

Confirmando mais uma vez a ideia da violência, outro processo revela a história das amigas Maria da Conceição e Maria Justina: por conta de uma “coincidência”, as filhas de ambas acertaram casamento com Martinho de Tal. Inconformada, Maria Justina se aliou a duas companheiras (Joaquina e uma mulatinha filha de José Antônio) e, na tarde do dia quatorze de maio de 1858, invadiu a casa de Conceição, armada de facas e porretes, espancando a amiga, sua irmã e sua filha (PROCESSO-CRIMINAL, 1858).

Analisando os levantamentos feitos pelo historiador Antônio Pereira da Silva, nos livros de assentamentos da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião de Uberabinha, ligadas ao município de Uberaba, observamos dados bastante

interessantes. Entre 1855 e 1887, foram encontrados 59 registros de casamentos entre escravos e libertos e entre libertos e pessoas livres. O ano de 1871 reserva, no total, 10 uniões desse tipo e, em 1888, entre junho e dezembro, foram encontradas 32 anotações de enlace, nas mesmas condições. Podemos notar, considerando a quantidade de escravos presentes nesta cidade e suas freguesias, que o acesso ao casamento formalmente lavrado nos livros eclesiásticos, portanto, com autorização prévia dos senhores, era vedado à maioria dos cativos, configurando-se em privilégio a ser alcançado pelo trabalho continuado e pela fidelidade. Talvez isso denote também a fragilidade financeira dos proprietários, ou mesmo sua recusa em arcar com as despesas exigidas para a cerimônia.

Contudo, examinando apenas os apontamentos efetivados no ano de 1888, no pós-abolição, notamos uma forte presença das uniões consensuais e estáveis, revelando uma regularização da condição civil anteriormente contraída, quando os cônjuges ainda viviam em cativo, e explicitando a influência da moralidade cristã entre os escravizados. Destacamos também a razoável referência a matrimônios entre cativos de proprietários diferentes, considerando que, até 1871, as certidões atestavam, quase sempre, relacionamentos de pertencentes a um mesmo senhor e um outro dado observado que diz respeito aos casamentos e sua frequência em algumas propriedades, expressando a inclinação de alguns senhores em autorizá-los, formalmente. Ilustrando a situação, João Alves Ferreira permitiu a união de escravos de sua posse, por duas vezes: Urias Africano e Rita Crioula, em 1860, e Secundino Crioulo e Emerenciana Crioula, em 1863 (SILVA, s/d, p. 4). Outras possibilidades de recomposição da formação familiar, no interior dos grupos de escravos, mediante novos casamentos, por motivo de falecimento de um dos cônjuges, também são sinalizadas nos registros como o casamento, em 1862, de Sebastiana (viúva de Sebastião de Nação) com Fabiano de Nação, ambos escravos de Luiz Alves Pereira.

A partir de 1871, começaram a surgir os casamentos entre cativos de senhores diferentes, indicando um alargamento no campo das possibilidades de uniões formais e também consensuais. Foi o caso de Joaquim Crioulo, escravo de Antônio Maximiliano Ferreira, que contraiu núpcias com Januária Crioula, propriedade de Cirillo Antônio de Oliveira (SILVA, s/d). Ao mesmo tempo em que se ampliava a chance de bodas estáveis, pois a escravaria teria acesso a um número maior de pretendentes, criava-se, de

imediatamente, um empecilho: em caso de acerto entre dois escravos de proprietários distintos, seria necessário convencê-los da pertinência dessa união formal, sobretudo a partir de 1869, quando vender casais separadamente foi proibido, ampliando, consideravelmente, a probabilidade de os senhores, ou um deles, não autorizar o casamento. Além disso, havia outro problema a ser solucionado, após o casamento, relativo à residência do casal, e, ainda que possamos somente especular, vale tentar responder à questão: se ambos os donos fossem residentes nas zonas urbanas de um mesmo município ou freguesia, aparentemente, a solução seria fácil. Por outro lado, se eles morassem na área rural, dependendo da distância entre uma e outra propriedade, os encontros diários tornar-se-iam quase impossíveis. Não seria demais supor, entretanto, que escravos e amos encontrassem saídas para essa nova situação, já que as evidências mostram que casamentos entre cativos de diferentes propriedades continuaram acontecendo.

É preciso, mais uma vez, ressaltar o baixo padrão de propriedade escrava por unidade produtiva, fator característico da região, no século XIX, e aspecto que dificultaria o casório de cativos da mesma propriedade, mesmo considerando esse padrão de união entre escravos o único encontrado em registro, para a Freguesia de S. Pedro de Uberabinha. Em contrapartida, concebendo as uniões consensuais e formais no meio escravizado como possibilidade concreta, podemos inferir que, por força dos modelos e intensidade de exploração da mão de obra escrava aplicada na cidade, os casamentos entre escravos de diferentes planteis e entre eles e os libertos e livres tornavam-se potenciais.

Violências, resistências e afetos conjugais

Em 1872, o escravo Custodio esfaqueou e matou seu proprietário, Manoel Alves Rabelo, motivado por um castigo aplicado, a mando de Manoel, em escravos que, na noite anterior, haviam tentado invadir o quarto, na senzala, onde todas as mulheres dormiam (PROCESSO-CRIMINAL, 1872). Consultando o inventário de bens do falecido e o processo de partilha amigável entre seus herdeiros, constatamos que ele era

proprietário de seis escravos: Joaquina Crioula, de 41 anos, José de Nação, de 40 anos, Matheos de Nação, de 31 anos, João Crioulo, de 37 anos, e Custodio, de 38 anos, todos, claramente, referenciados como solteiros, ou sem as possíveis uniões estáveis reconhecidas por seu senhor (INVENTÁRIO, 1873). Esse desequilíbrio entre o número de mulheres e homens na senzala⁹ não nos permite definir se Custodio é quem teria tentado a invasão. Por outro lado, ele pode ter atacado o senhorio em razão de uma punição injusta, em sua opinião. Do episódio, o que se pode constatar, com alguma exatidão, é a separação física entre mulheres e homens cativos, ao menos nesse momento e naquela propriedade, e a existência de barreiras físicas para impedir a concretização das relações afetivas e conjugais, fossem elas estáveis ou passageiras, mas que significassem a materialização de um jeito próprio de passar a vida, com estima e realizando desejos.

Há registro também de uniões entre mulheres escravas e homens livres, quase sempre, seus próprios senhores. Esse modelo de ligação abriria para as cativas uma nova possibilidade de melhoria de vida, ainda que não muito acentuada e instável, por característica da própria ligação. São citáveis os reconhecimentos de paternidade, revelando que, para além dos encontros fortuitos com seus senhores ou homens remediados, havia a possibilidade da família escrava usufruir de alguma segurança e estabilidade. Em 1852, Rafael Carneiro Leão reconheceu a paternidade de três filhos – Joaquim Carneiro Leão, Maria de Jesus e Candida Maria de Jesus – que nasceram de sua escrava Maria da Nação, quando ele estava viúvo de Ritta Maria de Jesus. Mais que isso, ele fez questão de declarar seus filhos mais novos herdeiros, com os mesmos direitos de Domingos, primogênito de seu casamento anterior com Ritta (RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE, 1852).

⁹ Nos espaços do Triângulo Mineiro, as senzalas eram diversas, correspondendo aos padrões de propriedade cativa e os modos de vida experimentados na escravidão. Slenes (1999) assinalou a relação entre as arquiteturas e os espaços distintos e as experiências de casados e solteiros e, durante a pesquisa, encontramos as “casas de morada” habitadas por casais; as senzalas-pavilhão, que reservavam espaços separados para homens e mulheres e destinavam-se aos maiores planteis, conforme Lourenço (2002), e registramos ainda as senzalas-porão, aderentes às casas senhoriais, tanto na cidade, quanto na fazenda. Os inventários examinados se referem, quase sempre, a senzalas – no plural – evidenciando uma distinção nas habitações usadas pelos escravizados (INVENTÁRIO - Secretaria da 1ª Vara Civil. Local: Fazenda Badajó, Distrito e Termo de Santo Antônio de Uberaba. Caixa: 101; INVENTÁRIO - Secretaria da 2ª Vara Civil. Local: Fazenda da Bagagem, Freguesia de Dores do Campo Formoso, Termo da Cidade de Uberaba. Data: 25 de abril de 1884. Caixa: 302; INVENTÁRIO - Secretaria da 2ª Vara Civil. Local: Fazenda Boa Esperança, Distrito e Freguesia da Cidade de Uberaba. Data: 21 de julho de 1857. Caixa: 280).

Entretanto, essas situações geravam conflitos que envolviam senhores, escravos e a igreja, muitas vezes, impulsionados por esposas senhoriais negligenciadas. Nesse sentido, temos o episódio em que Maria Felizarda, em 1847, ajustou com Domingos, cativo de Antônio Lopes dos Santos, o assassinato de seu marido Fortunato Nogueira da Cruz. Quando o crime ocorreu, Claudiana, propriedade de Fortunato, estava deitada ao lado dele e foi testemunha ocular. Soma-se a essa informação a de que os cônjuges dormiam em camas separadas, levando-nos a supor que Maria Felizarda, desejosa de vingança, contasse, então, com a ajuda do escravo de um terceiro para realizar seu intento. Em outra situação semelhante, o desfecho se deu quando Salvador matou seu senhor Antônio José Muniz (PROCESSO-CRIMINAL, 1870), um crime cujas motivações estão muito obscurecidas, no processo. Uma possibilidade seria de que tanto o réu, quanto a vítima, estivessem solicitando os amores de Severina, esposa de José, e, ao mesmo tempo, agregada e sobrinha de Antônio. No litígio, há uma rápida alusão a uma suposta debilidade da saúde mental do marido de Severina, que talvez facilitasse as investidas dos dois envolvidos. Surge, no depoimento de Serino José (sic), sob forma de questionamento, a mais forte evidência quanto à existência de um relacionamento afetivo entre a escrava e um dos implicados no episódio, senão os dois, considerando que ele afirmou ter perguntado a Severina se ela teria negócio particular com Muniz ou com Salvador e foi informado de que ambos a requisitavam, porém negou qualquer contato e disse acreditar, no fato de os dois se espiarem, mutuamente. Ora, qual poderia ser o motivo da vigilância senão o temor de Severina proporcionar a um o que negava a outro, ou mesmo de estarem compartilhando afetividades imaginadas como exclusivas? A razão do conflito nos parece clara: a ideia da suposta invasão de um espaço que o réu pensava ser privilégio apenas seu. Ao longo da investigação do homicídio, levantou-se a suspeita de que Severina teria participado, espontaneamente, do crime, mas, ao final, apenas o escravo, apesar do casal de agregados ter ajudado a enterrar o corpo, foi condenado à pena de galés perpétua.

Não são raras as situações em que as próprias esposas eram violentamente agredidas, sobretudo, quando seus maridos desconfiavam de alguma traição. Chalhoub (1986) chama a atenção para o caráter simétrico das relações afetivas entre homens e mulheres pobres, enfatizando: “a violência do homem surge antes como demonstração

de fraqueza e impotência do que como demonstração da força e poder”¹⁰ (CHALHOUB, 1986, p. 146-154). Em 1877, Manoel Antônio, conhecido como Manoel Crioulinho, foi preso em flagrante pelo espancamento de sua esposa Maria Candida, “pelo simples motivo de ter sido ela presenteada com um corte de vestido” (PROCESSO-CRIMINAL, 1877). A agressão resultou em “um ferimento na região frontal, uma contusão por baixo do olho esquerdo, uma forte contusão no braço esquerdo, e uma queimadura debaixo do queixo inferior produzida por [arma] de fogo (PROCESSO-CRIMINAL, 1877). Esse episódio mostra como as mulheres negras (o auto do corpo de delito a descreve como uma mulher morena), fossem elas escravas ou não, estavam sujeitas às mais diferentes modalidades de interferência não consentida, e violentamente executada, sobre os seus corpos. Essa violência poderia advir de seu senhor, de seus maridos ou mesmo do companheiro de senzala.¹¹

Há registros de casamentos entre libertos que foram escravos, em uma mesma propriedade, indicando elos conjugais fortalecidos, num ambiente de violência material e simbólica generalizada. É o caso de Gabriel Crioulo e Rozalina Crioula, cujo enlace se deu em 1868 (SILVA, s/d, p. 5). Já no caso de Matheus Crioulo e Maria Crioula, em 1873, durante o tempo em que foram cativos, pertenceram a senhores diferentes e não existe indício de relacionamento quando ainda eram escravos. Contudo, deve-se ressaltar a disposição em registrar, formalmente, o acontecimento, expressando a incorporação relativa de valores morais marcantes para a sociedade. Formalizar os casamentos possibilitava proteção, mesmo que frágil, às esposas, aos filhos e aos pecúlios acumulados pelos escravos, libertos e livres, recursos remediadores de situações limites, para a família e a comunidade, na ausência do provedor. Tal comportamento expressava também uma sabedoria em relação a como funcionava o sistema escravista e como proceder para, ao mesmo tempo, tornar palpável uma vida melhor, tentando minimizar

¹⁰Para Chalhoub, a despeito da insubmissão das mulheres pobres, elas se mantinham o alvo preferencial nas desavenças conjugais e isso se deve a alguns fatores: 1º) uma parcial internalização, pelos homens pobres, dos estereótipos que procuram universalizar o papel a ser desempenhado pela mulher; 2º) a dificuldade, para os homens, em construir novos laços amorosos, considerando as condições materiais de sua sobrevivência, pois desfeita uma relação amorosa, rompia-se com ela toda uma rede de sociedade que os expunha a dificuldades maiores do que aquelas enfrentadas pelas mulheres. (CHALHOUB, 1986)

¹¹ Em 1878, Maria Nery filha de Joaquina de Jesus foi “deflorada” pelo escravo Joaquim Cabeça, acompanhado de Joaquim Bernardes Ferreira. O escravo foi condenado a seis anos de prisão (PROCESSO-CRIMINAL, 1878).

as ações de exclusão que incidiram sobre esses sujeitos (KARASCH, 2000, p. 118). Nesse levantamento citado, é possível encontrar também registros de casamento entre libertos e mulheres livres, como é o caso de Antônio Bernardes Machado (que, depois de conseguir a liberdade, tornou-se homônimo de seu ex-senhor) e de Antônia Maria da Silva, filha de Joaquim Pereira de Sant'Anna e Maria Josefa de Silva, em 1868. O pesquisador Antônio Pereira intuiu ser a esposa de Antônio uma mulher branca, porém pode-se afirmar, com alguma segurança, tratar-se de uma mulher nascida livre.

Considerações finais

As uniões conjugais e a constituição de família faziam parte do repertório cultural dos negros escravos, libertos ou livres, como instrumento de enfrentamento e de melhoria das difíceis condições de vida em cativeiro e também como evidência da absorção e reinterpretação, por estes, de traços da cultura senhorial, alinhavados com as tradições africanas. Nesse processo de resistência, as mulheres escravizadas e libertas desempenhavam um papel fundamental e foi na luta que os escravos conseguiram se organizar em comunidade, cujo princípio aglutinador consistia em grupos familiares dos quais emergiam uma continuada oposição e a acomodação de aparência individualizada, que contribuíram para a produção de uma cultura própria (FREIRE, 2009). Como observa a historiadora Maria Odila, “As mulheres escravas exerceram um papel de importância vital nesse processo, simultâneo, de aculturação e de resistência: a família de mulheres só facilitava a substituição e a renovação dos cultos ancestrais, que por sua vez, lançava as bases de um novo convívio social entre escravos” (DIAS, 1995, p. 157). A experiência forjada no cativeiro permitiu, a homens e mulheres escravizados, construir e estender seus significados de liberdade, seus desejos, seus sonhos e afetividades, em relação ao mundo livre que se anunciava.

Pois bem, é possível uma aproximação das evidências dessas identidades concebidas no cativeiro que se explicitam também nas práticas religiosas dos africanos e afrodescendentes, em Uberaba, em especial, na festa de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, ou no terreiro de Pai Domingos e sua *mesa das almas*, eventos nos quais as participações centro-africanas deixaram e deixam marcas inscritas nas memórias negras locais.¹² Em todos esses espaços, as famílias negras estruturam as sociabilidades e instituem resistências, esperanças e recordações. Suas vidas são reescritas no presente, sob as lideranças primordiais das mulheres.

¹² Em um processo criminal de 8 de dezembro de 1858, foram arrolados os escravos Domingos de Nação Monjolo, de 60 anos, Rita Crioula, Pedro Nação Angola, solteiro, de 40 anos, e Reginaldo Crioulo, de 40 e poucos anos, acusados por prática de feitiçarias conhecida como “*Mesa das Almas*”. O escravizado, alcunhado Pai Domingos, casado com Rita Crioula, era o responsável pelos trabalhos que aconteciam nas noites de quinta para sexta-feira, na senzala da Fazenda do Barreiro, e, antes do galo cantar enceravam os trabalhos: “sempre acabava antes da cantada do galo” (PROCESSO-CRIMINAL, 1858b). Ver ainda MANZAN, 2001. Pai Domingos residia na citada fazenda há mais de seis anos. Consta no processo que eles “eram sócios na Irmandade das Almas, em que Pai Domingos era o mestre”.

Referências

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição, 1871-1895*. Campinas-SP: CMU/UNICAMP, 1997.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*. São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES SAMPAIO. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, s/d [1889]. *Documentos Avulsos*. Registro em: s/d [1889]. APU. Uberaba, Minas Gerais.

BRASILEIRO, Jeremias. *O ressoar dos tambores do Congado entre a tradição e a contemporaneidade: cotidiano, memórias, disputas – 1955-2011- Mestrado – Uberlândia: PPGHI/INHIS/UFU, 2012*

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia; Edusp, 1980.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

CHICORSKI, Ana Carolina Coelho. *Leva, que a mim te deixo furtar: roubo de escravos em Uberaba – MG na segunda metade do século XIX*. Monografia - Uberlândia: INHIS/UFU, 2019.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.

DA COSTA, Layane Cristina Vieira. *Escravidão e criminalidade: o cotidiano dos escravos nos processos criminais de Uberaba na segunda metade do século XIX*. Monografia - Uberlândia: INHIS/UFU, 2016

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição no Rio de Janeiro*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERNANDES, Florestan. *Integração do Negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus, 1965.

FREIRE, Jonis. *Escravidão e família escrava na Zona da Mata mineira Oitocentista*. Tese de Doutorado: IFCH/Unicamp: Campinas, 2009.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: Formação da família brasileira sob o regime patriarcal*. 28ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1992.

GOMES, Alessandra Caetano. *Em busca da liberdade: as alforrias em duas regiões do sudeste escravista, 1825-1888*. Mestrado – São Paulo: FFLCH/USP, 2008.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fabio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento: o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. In: *Varia História*, v. 23, n. 37, p. 184-207, 2007.

GRAHAM, Sandra L. *Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. Rio de Janeiro: SMC, 1993.

LEWKOWICZ, Ida. Herança e relações familiares: os pretos forros nas Minas Gerais do século XVIII. In: *Revista Brasileira de História*, v. 9, nº 17, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1984.

LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais, século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LOURENÇO, Luís A. B. *O Triângulo Mineiro do Império à República: o extremo oeste de Minas Gerais na transição para a ordem capitalista*. Uberlândia: Eduf, 2010.

LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. *Economia Escravista em Minas Gerais*. 1. ed. Campinas: Cadernos IFCH-UNICAMP, 1983. v. 1.

MANZAN, Maria Aparecida. *Curandeirismo e feitiçaria: marcas da escravidão no sertão da Farinha Podre, Uberaba 1854-1864*. Dissertação de Mestrado Unesp: Franca, SP, 2001.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: Os significados da liberdade no sudeste escravista, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENDONÇA, Joseli M. Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2008.

MUNIZ, Flávio Junio Neres. *Três quartos de légua: caminhos da emancipação possível de negros escravos e libertos em Uberaba de 1871 a 1888*. Monografia – Uberlândia: INHIS/UFU, 2017.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. Doutorado. FFLCH: USP, 1996.

PAIVA, Clotilde; LIBBY, Douglas Cole. A middle path: slavery and natural increase in nineteenth-century Minas Gerais. In: *Latin American Population History Bulletin*, nº 23, Spring, p. 2-15, 1993.

PIROLA, Ricardo F. *Senzala insurgente: malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas, 1832*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas: irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo P. *De batuques e trabalhos: resistência negra e a experiência do cativo – Uberaba, 1856 -1901 – Mestrado em História - PEPGH/PUC - SP, 2001*.

RUGENDAS, Johann Moritz. *Viagem pitoresca através do Brasil*. São Paulo: Martins, 1949.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Antônio Pereira da. *Casamentos de negros registrados nos livros de assentamento da freguesia de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião de Uberabinha*. Mimeo, s/d.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil-Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. Senhores e Subalterno no Oeste Paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe. *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 233-290.

_____. Os múltiplos de porcos de diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. V. 18, nº 3, 1988. p. 449-495.

SOUZA, Marina de Mello. *Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola - séculos XVI e XVII*. São Paulo: Edusp, 2020.

_____. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: junho de 1833.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: junho de 1835.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: março de 1840.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: novembro de 1841.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: janeiro de 1845.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: março de 1853.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: maio de 1862.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: dezembro de 1864.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: junho de 1870.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. *Carta de Liberdade*. Registro em: junho de 1870b.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. Livro 09. ArPU/Arquivo Público de Uberaba, Minas Gerais. *Carta de Liberdade*. Registro em: julho de 1877.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. Livro 09. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Carta de Liberdade*. Registro em: fevereiro de 1881.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Escritura de Compra e Venda*. Registro em: 1867.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Escritura de Compra e Venda*. Registro em: 1870.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Escritura de Compra e Venda*. Registro em: 1874.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Escritura de Compra e Venda*. Registro em: 1876.

UBERABA (MG). Secretaria 1ª Vara Civil de Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1871 a 1879.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1870, caixa 01.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1871, caixa 01.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1873, caixa 01.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1879, caixa 16.

UBERABA (MG). Secretaria da 1ª Vara Civil. Fazenda Badajó, Distrito e Termo de Santo Antônio de Uberaba-MG. *Inventário*. Registro em: s/d, caixa 101.

UBERABA (MG). Secretaria da 2ª Vara Civil. Fazenda da Bagagem, Freguesia de Dores do Campo Formoso, Termo da Cidade de Uberaba-MG. *Inventário*. Registro em: 1884, caixa 302.

UBERABA (MG). Secretaria da 2ª Vara Civil - Fazenda Boa Esperança, Distrito e Freguesia da Cidade de Uberaba-MG. *Inventário*. Registro em: 1857, caixa 280.

UBERABA (MG). Cartório 2º Ofício. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Inventário*. Registro em: 1880, caixa 46.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1858, nº 22.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1858b, nº 41.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1870, nº 086.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1871, nº 083.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1871b, nº 089.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1872, nº 095.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1877, nº 093.

UBERABA (MG). 1ª Vara Civil. ArPU/Uberaba, Minas Gerais. *Processo Criminal*. Registro em 1878, nº 13.

UBERABA (MG). Cartório 1º Ofício. Uberaba, Minas Gerais. *Reconhecimento de paternidade*. Registro em: 1852.

_____. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. In: *Estudos Afro-asiáticos*, nº 21, 1991. p. 97-108

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas-SP: CMU/UNICAMP, 1996.

**Quando as estátuas caem do pedestal: o presente ensinando o passado aos
nossos filhos.**

Ivete Batista da Silva Almeida

Instituto de História - UFU

Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Instituto de História – UFU

I

O olhar angelical ilumina a modernidade. O que nos faz ver é tão somente a catástrofe que se amontoa aos nossos pés em meio à perene tempestade. Eventos encadeados evidenciam o progresso enquanto o anjo de olhos esbugalhados deseja despertar os mortos condenados à repetição infernal. (BENJAMIN, 1987) As narrativas sobre a inevitável vitória do moderno. A *razão* esconde-se em pote no fim do arco-íris. Essa colorida parábola nos possibilita deslizar por sobre as muitas tecnologias de genocídio de que o avanço civilizacional dispôs para realizar suas tarefas. A escravidão africana moderna precedida pelos “descobrimientos”, o colonialismo preparatório para o holocausto, as hecatombes atômicas, o monstruoso consumo da natureza. Pavimentando a nova ordem com os corpos e o sangue dos ‘redundantes’, os súditos de Vitória se notabilizaram por destroçar as culturas indianas e africanas usando a fome e a violência militar para eliminá-los. (DAVIS, 2002) Surpreende que a extensa lista de morticínios, alimentada pela filosofia da história iluminista e pela estruturação da economia de mercado em escala mundial, seja, ainda, timidamente conectada à modernidade. Em movimento simultâneo, o esgotamento desse mundo explicitou a

necessidade de descolonizar a biblioteca ocidental ao que nós acrescentaríamos a obrigatoriedade de descolonizar a mente dos leitores. (MUNDIMBE, 2013)

Os movimentos sociais, de dimensões globais, desenvolvem táticas de contestação em que se conectam agência política, crítica teórica, demandas por uma outra historiografia, a legitimidade de uma memória dos “silenciados”. Tentam desarticular uma perspectiva do distanciamento e da neutralidade – fundamentos de uma antropologia a serviço do colonialismo, de uma historiografia legitimadora da ‘nação’, de uma sociologia da ordem industrial – esse olhar frio e laboratorial das ciências humanas saturados de intencionalidades.

As histórias que compõem os espaços públicos pluridimensionais estão sob contestações. É exatamente esse instante e os eventos contemporâneos de reivindicação (...) que nos propomos examinar aqui, de modo provocativo em relação à composição do ensino de história. Nossa hipótese é de que uma abordagem descolonizadora da investigação histórica e do ensino de história poderiam basear-se nos movimentos sociais contemporâneos que demandam outras narrativas nos vestígios patrimoniais a representar os espaços urbanos com suas caudalosas memórias que naturalizam a destruição e extermínio das diferenças e dos diferentes. O século XXI foi inaugurado pelo mais dramático ataque aos símbolos da supremacia ocidental. Contudo, os acontecimentos que analisamos não guardam relação com aquela tragédia, mas reivindicam a universalização da humanidade.

II

Heather Heyes uma mulher branca norte-americana, de 32 anos, morreu, num sábado ensolarado de agosto de 2017, atropelada em Charlottesville por um supremacista branco. Na sexta-feira, supremacistas brancos foram às ruas da pequena cidade do Estado da Virginia portando tochas acesas e em meio a saudações nazistas gritavam palavras de ordem contra negros, judeus, imigrantes e homossexuais.

Um outro fator impulsionava o ódio dessa fração dos ultranacionalistas norte-americanos. Eles protestavam contra a retirada da estátua equestre de Robert Lee, um general confederado. (GELEDES, 2020) Desde a década de 1960 havia um movimento que atuava na remoção das homenagens públicas aos confederados em território americano. Não sem controvérsia, parece óbvio. Enquanto os confederados redivivos acusavam os antirracistas de querer reescrever a história, estes acusavam aqueles de promover uma mensagem racista subliminar. Em 2019, as autoridades judiciárias locais proibiram a retirada da estátua sob a alegação de que ela integrava o memorial da guerra civil,¹³ o que significou uma intensificação das reivindicações pela destruição desses monumentos. Contrariados, os movimentos antirracistas realizaram uma intervenção na estátua equestre de Robert Lee de Charlottesville anotando nela as frases ‘impeach Trump’ e ‘This is Racist’.

Não obstante a trágica morte de Heyes e do insucesso do movimento de remoção da estátua, o desejo de reescrever a história, rompendo o silêncio dos colonizados e escravizados, foi replicado em dimensões atlânticas. (GILROY, 2001)¹⁴ Suas “origens míticas” podem ser encontradas na inaugural Revolução do Haiti. (FERRER, 2012)

Em Bristol, Inglaterra, a estátua do traficante de escravos do século XVII Edward Colston, em junho de 2020, foi arrastada e atirada nas águas do porto da cidade em que o nome deste “comerciante” era onipresente e se via inscrito em estradas, escolas, edifícios. A estátua em bronze, foi substituída num relampejar por uma escultura do artista britânico Marc Quinn que homenageava a ativista Jen Reid que posou para uma foto, modelo para o novo monumento, mimetizando o gesto dos Panteras Negras: braço direito elevado e punho cerrado. Um cartaz completava a nova e provisória escultura com a frase “black lives still matter”. (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020) Ressalte-se aqui duas importantes características dos movimentos negros atlânticos contemporâneos: a perene evocação das muitas ancestralidades e a consciência da hibridez.

George Floyd fora brutalmente assassinado pelas forças policiais e Quinn explicava assim sua “obra”: “Meus pensamentos foram para as pessoas escravizadas que morreram nas mãos de Colston, e para lhe dar poder. Eu queria dar poder a George Floyd, queria dar poder a negros como eu, que sofreram injustiças e desigualdades”. (FOLHA DE PERNAMBUCO, 2020)

Em Richmond, junho de 2020, foram derrubadas as estátuas de Cristóvão Colombo e de Jefferson Davis – presidente do exército confederado. A deputada Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes do Estados Unidos determinou a retirada de 11 estátuas de confederados que “decoravam” a entrada do Capitólio. Para ela, “Os monumentos de homens que defenderam a crueldade e barbárie para alcançar um fim puramente racista são uma afronta grotesca aos ideais americanos de democracia e liberdade”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020) Vê-se que ela não perdeu tempo em reposicionar a narrativa fundadora da sociedade americana propositadamente esquecendo-se de que a “liberdade” primitiva se fez à custa da escravidão dos africanos.

As demandas dos movimentos sociais antirracistas, nas bordas do Atlântico Negro, abordam também a reescrita da história ou a escrita de uma outra história em perspectiva decolonial. Não se trata, como muitos querem fazer crer, de um revisionismo. Como assinalou Walter Mignolo, um traço fundamental da modernidade ocidental foi dissimulado. Para ele a retórica da modernidade escondia que “as práticas econômicas dispensavam vidas humanas, e o conhecimento justificava o racismo e a inferioridade de vidas humanas, que eram naturalmente consideradas dispensáveis”. (MIGNOLO, 2017, p. 4)

Na toada desta proposta de uma leitura de cabeça-para-baixo da história da modernidade e da dominação imperial conduzida pelas forças ocidentais essas homenagens às lideranças imperiais aparecem aos contemporâneos como um desdobramento e uma projeção da violência dessa dominação. Expressão de uma nostalgia imperial, esforço de legitimação de um passado que se move e conforma memória e história.(SAID, 2011)

Nossa sensação é de que o ensino de história, ao adotar uma perspectiva crítica, pode se nutrir de toda essa movimentação, de suas histórias e suas narrativas problematizando as representações instituídas e lançadas aos rios conectando-as aos movimentos antirracistas e suas demandas. Analisando as disputas políticas e suas tradições inventadas é possível questionar o sonho de universalidade e a violência inscrita na modernidade colocando em tela que essa não é a única opção disponível - portanto, abaixo dessa superfície existe uma diversidade de narrativas quase todas silenciadas em benefício do progresso e da civilização -, jogando luz na emergência de outros futuros plurais como potencial e efetiva resistência à unidade imposta pela ideologia da globalização.

É possível ensinar uma história que seja potencialmente transformadora das estruturas de dominação estejam elas inscritas em imagens nos espaços públicos, nos livros didáticos ou nas propostas curriculares? É viável se apropriar de uma perspectiva decolonial para aprender outra história com colonizados? Essas são as questões que nos motivam e que foram inspiradas pela força criativa dos movimentos antirracistas atlânticos e seus questionamentos acerca das narrativas imperiais sacralizadas que legitimam, por intermédios de suas representações, as projeções do passado no futuro e com elas a reiteração das injustiças, desigualdades, violências, fundamentais para o projeto da modernidade ocidental.

III

O sangue indígena, o sangue de pessoas africanas escravizadas e de afrodescendentes nascidos na América constituem o combustível que moveu e ainda move as engrenagens do capitalismo, que com sua natureza predatória, fundamenta e legitima uma sociedade morbidamente excludente e desigual.

Amparados pelo racismo estrutural e pelas falácias do neoliberalismo, os grupos conservadores, em diferentes momentos dos enfrentamentos sociais, se veem diante

da ação e da reação daqueles que não se sentem representados pelo discurso da colonialidade e muito menos se veem satisfeitos com o lugar social de subalternidade que lhes foi legado.

Embora aquelas pessoas que lutam por uma sociedade com igualdade e equidade não controlem a produção de representações sociais hegemônicas, por não concordarem com a narrativa do discurso oficial, constroem representações marginais que disputam espaços e que, ao conquistarem visibilidade, são apropriadas por mais e mais pessoas que as utilizam como novas chaves de interpretação do presente, destronando os velhos discursos colonialistas e reconstruindo leituras mais inclusivas e mais críticas sobre o presente e sobre o passado.

IV

O movimento presenciado pelos olhos atentos de pessoas do mundo todo, quando monumentos foram derrubados por representarem, hoje, aquilo que consideramos uma agressão aos princípios civilizatórios da igualdade e do respeito à todos os povos e etnias, demonstra que Moscovici (2007) estava certo ao afirmar que as representações mudam “(são) modificadas ao mesmo tempo em que as estruturas ou problemas da sociedade com os quais as pessoas se confrontam também mudam” (MOSCOVICI, 2007, p. 202). Ao mudarem as novas representações que assumem o papel de representante social, nos mostram que a relação coletiva entre significante e significado, não é fixa, demonstrando como os antigos signos, percam sua conexão com representação do real.

Ao construir sua teoria sobre a relação entre signo linguístico e significado, Saussure (1916), afirmava que o signo linguístico se forma a partir da junção do significante com o significado. Esses dois elementos são considerados faces de uma mesma moeda: o significante é o representante, a imagem acústica, e o significado, o conceito inerente ao signo.

Nessa perspectiva poderíamos dizer que um signo icônico seria aquele cuja forma se assemelha ao seu significado de alguma maneira. Enquanto uma imagem mantém essa relação entre ‘a forma da imagem’ e a ideia que ela representa, considera-se que está mantida a sua iconicidade, pois, segundo Luesch-Reis (1991) o grau de iconicidade corresponde à semelhança entre a imagem apresentada e o ícone que a evoca.

Portanto, enquanto as imagens dos representantes de ideais e projetos do passado ainda estiverem correspondendo à ideais e projetos sustentados como legítimos no presente, essas representações permanecerão icônicas.

Cultura

Quando as estátuas caem do pedestal

Revisão de monumentos nos EUA como parte da onda antirracista acende o debate sobre a conveniência de julgar o passado com os olhos do presente



Imagem de Harriet Tubman projetada sobre uma estátua do general confederado Robert E. Lee em Richmond, na Virgínia, em 20 de Junho. JAY PAUL (REUTERS)

Fonte: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-07-01/quando-as-estatuas-caem-do-pedestal.html>

Se por um lado a permanência de uma representação indica que os valores e ideias que a sustentam ainda estão fortemente presentes numa sociedade, a revolta

contra antigos símbolos indica o fortalecimento de discursos que até então, permaneciam à margem da sociedade. Discursos dissidentes que ganharam força e que passam a ocupar espaços de visibilidade, respondendo à dinâmica do tempo presente, de maneira mais efetiva que os antigos representantes.

Não se trata de “julgar” o passado, todavia, como vimos, uma imagem perde sua iconicidade à medida que não consegue mais atender à propriedade de representar/apresentar o significado daquilo que representa, em outras palavras, se já não acreditamos mais nos valores ovacionados por ideais do passado, os ícones erigidos no passado não nos fazem mais sentido.

Isso, porque nossos valores sociais mudam – o que é muito bom! Se no passado escravizar era justo, assassinar a esposa para lavar a honra, era justo, hoje, nós, como sociedade, não pensamos mais assim.

Dessa forma, não se trata de julgar o passado com olhos do presente, mas reconhecer que ícones do passado que eram utilizados para nos lembrar dos valores sociais que nos são preciosos, não correspondem mais àquilo em que, como sociedade, que deseja a igualdade, a equidade e o fim da exploração, do racismo e dos preconceitos, acreditamos.

As representações do presente e do passado, precisam sim, ser observados, sempre, com um olhar crítico e atento, posto que, como nos explica Moscovici (2007), as representações não são isentas de intenção.

Em sua teoria, Moscovici reelabora o conceito de representações, que anteriormente havia sido largamente discutido pela filosofia de Arthur Schopenhauer e pela sociologia de Émile Durkheim.

Segundo Moscovici, no processo de atribuição de sentido às coisas, os sujeitos ou grupos conectam imagens reais, retiradas de seu cotidiano, aos novos esquemas conceituais adquiridos, em um exercício de classificação, comparação e associação, produzindo assim sua representação do mundo – elaborada a partir da relação entre o

antigo repertório socialmente compartilhado e os novos objetos com os quais se manteve contato. Segundo Jodelet:

Conteúdos e estrutura são flexionados por outro processo: a ancoragem que intervém de duas maneiras na formação das representações, assegurando sua incorporação no social. De um lado, a ancoragem enraíza a representação e seu objeto em uma rede de significações que permite situá-las face aos valores sociais e dar-lhes coerência (JODELET, 1993, p. 48).

A teoria de Moscovici, recupera e renova o antigo conceito de representações coletivas de Durkheim, que as via como “formas estáveis de compreensão coletiva” (DUVEEN, 2007, p. 15), ou seja, praticamente imutáveis em uma sociedade; enquanto que para Moscovici, elas seriam um sistema de valores, ideias e práticas, que teriam tanto a função de ordenar e mediar a relação entre as pessoas e o mundo material quanto possibilitar que ideias mais complexas sejam apresentadas, comunicadas e compreendidas, por sujeitos de uma mesma comunidade e de um mesmo tempo. Por isso, entende-as como construções em sociedade; elas farão sentido para aqueles que compartilham das mesmas referências e repertórios (visual ou discursivo).

Para se compreender e explicar uma representação, é necessário começar com aquela, ou aquelas, das quais ela nasceu. Não é suficiente começar diretamente de tal ou tal aspecto, seja do comportamento, seja da estrutura social. Longe de refletir, seja o comportamento ou a estrutura social, uma representação muitas vezes responde a elas. Isso é assim, não porque ela possui uma origem coletiva, ou porque ela se refere a um objeto coletivo, mas porque, como tal, sendo compartilhada por todos e reforçada pela tradição, ela constitui uma realidade social *sui generis*. Quanto mais sua origem é esquecida e sua natureza convencional é ignorada, mais fossilizada ela se torna. O que é ideal, gradualmente torna-se materializado. Cessa de ser efêmero, mutável e mortal e torna-se em vez disso, duradouro, permanente, quase imortal (MOSCOVICI, 2007, p. 41).

Entende-se, assim, que o conceito de Representações Sociais busca descrever uma forma de descrição do conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, realizando a função de mediador entre os sujeitos e a realidade.

Mas se imagens representam ideias e são utilizadas para garantir que esses ideais perdurem como representação dos valores morais de uma sociedade, não se pode esquecer da grande carga de intencionalidade que existe por trás da manutenção de uma representação social. Essa carga de intencionalidade, o sentido dos projetos sociais que dão suporte à representações de dominação, são a base da reflexão de Patrícia Hill-Collins (2019) ao discutir o conceito de imagens de controle.

É na obra *O pensamento feminista negro*, onde Hill-Collins desenvolve com minúcia sua teoria sobre as imagens de controle como sendo um conjunto de representações específicas de gênero e lugar para pessoas negras que se articula a partir de padrões estabelecidos no interior da cultura ocidental branca eurocêntrica.

Nessa perspectiva, Hill-Collins diferencia as imagens de controle das representações sociais, pois define como imagens de controle, aquelas que foram construídas para fundamentar e perpetuar a dominação do branco sobre os negros nas sociedades de herança colonial e escravista. A autora, em sua obra, se utiliza de inúmeras imagens de controle que são e foram articuladas na sustentação dos ideais de dominação, de hiperssexualização e de subalternização sobretudo das mulheres manipulando e controlando o comportamento e os corpos de mulheres negras, criando obstáculos para a consolidação do processo de subjetivação dessas mulheres, da conquista de sua autonomia e também do pleno exercício da cidadania.

V

A parte boa dessas duas análises sobre as representações e imagens de controle, seja a de Moscovici, ou a de Hill-Collins é que ambos entendem que tais representações não se constituem em categorias fixas, e o movimento de derrubada de vários monumentos que celebravam a colonialidade e os valores supremacistas culturais e raciais é uma prova disso.

Quem era Edward Colston e por que sua estátua de Bristol foi derrubada?

O comerciante de escravos era membro da Royal African Company, que detinha o monopólio do comércio da África Ocidental no final do século XVII

- **Manifestantes do BLM derrubam estátua do traficante de escravos de Bristol, Edward Colston**



▲ Edward Colston era um traficante de escravos, comerciante e filantropo cuja estátua em Bristol foi derrubada durante os protestos do Black Lives Matters. Fotografia: Alamy

Fonte: <https://www.theguardian.com/uk-news/2020/jun/08/who-was-edward-colston-and-why-was-his-bristol-statue-toppled-slave-trader-black-lives-matter-protests>

Tomemos como exemplo dessa mudança de representação a derrubada da estátua de Edward Colston em Bristol, na Inglaterra.

Representando das ações de conquista e controle do comércio predatório e desumano de pessoas, o traficante de escravos fora o representante da grandeza do império britânico no passado. Uma grandeza que desprezava os seus efeitos na destruição de dezenas de milhões de vidas humanas. Hoje, a Inglaterra é um país que convive com uma população de mais de 48% imigrantes, oriundos da União Europeia e 14% de imigrantes não europeus (EUROSTAT, 2016). Um país que passou pelos horrores das guerras coloniais de libertação das colônias, uma sociedade que possui um grande número de pessoas que não se veem representadas pelo discurso eurocêntrico da

colonialidade e que desejam ver registrada, representada e valorizada a sua história e a sua trajetória.

VI



Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/justica-revoga-prisao-de-ativistas-que-incendiaram-estatuade-borba-gato/>

No Brasil, temos um caso semelhante, ocorrido com a manifestação que culminou na destruição da estátua do bandeirante Borba Gato, em São Paulo.

Para o discurso hegemônico das elites paulistas, os bandeirantes eram apresentados como heróis históricos e desbravadores. Conforme Abud (1985) os bandeirantes eram heróis da aristocracia, faziam parte do mito de formação das famílias tradicionais (ABUD, 1985), nada tendo a ver com a história das centenas de milhares de famílias de migrantes, imigrantes e pretos.

O bandeirante seria a síntese dos dois tipos formadores da raça paulista: o português intrépido e o bravo indígena; associava-se então à uma imagem falaciosamente dinâmica e positiva do bandeirante a imagem da própria cidade de São

Paulo como majestoso prodígio do café, de indústrias e arranha-céus, cidade única no país, que se desenvolvia, segundo os paulistas mais tradicionais, “devido a uma maior habilidade deste povo para o trabalho, para a autonomia e para a legalidade” (SALIBA, 1982); “o paulista era o yankee brasileiro” (BRUNO, 1981), autônomo e empreendedor, que traçava seu caminho com o olhar concentrado na modernidade, no futuro, no bem estar, no progresso, como se dizia na época José Maria Withaker: “São Paulo era o que fora Paris para a França: o braço que sustenta e a mão que executa”. (CRUZES PAULISTAS, 1936) Essas eram frases muito repetidas nos salões das famílias ricas paulistas, e mesmo, ainda podem ser ouvidas em espaços que defendem tais ideais.

Visto a partir dos princípios de um pensamento decolonial, crítico e de valorização da igualdade social, o espírito bandeirante das elites nada mais é do que seu instinto caçador, predador, destrutivo, imperialista que se disfarça de desbravador; e, portanto, nada justifica que, em uma São Paulo contemporânea, onde as vozes da periferia ganham mais visibilidade e onde os grupos minorizados criam estratégias de fortalecimento, tais princípios elitistas de dominação ainda pudessem representar a identidade da cidade.

Considerações Finais

Rever os valores e princípios, repensar os sentidos dos discursos são práticas das Ciências Humanas, sobretudo, da História. Observando o fortalecimento dos movimentos que exigem o respeito aos grupos historicamente minorizados, o crescimento do pensamento decolonial que denuncia a necessidade de desconstrução do discurso hegemônico colonialista que por séculos legitimou a violência contra os povos indígenas e contra as populações afrodescendentes, fica claro que ícones que

antes faziam a apologia do colonialismo como um momento de ouro da civilização ocidental, hoje, são vistos com suas verdadeiras cores da destruição.

A reação contrária a tais monumentos não é o único indício dessa destituição do discurso da colonialidade como legítimo, também os movimentos pela devolução das obras de arte e tesouros arqueológicos, roubados de seus verdadeiros países de origem durante o período colonial, demonstra a insatisfação de diferentes povos frente à mentira do discurso civilizatório europeu.

As narrativas do progresso e sua temporalidade linear veem-se mergulhadas num processo aberto de deslegitimação. As políticas de regulação da memória enfrentam questionamentos, e as operações de resistência dos “redundantes” não se resumem a destruir os monumentos à necropolítica. Eles reivindicam e exigem o lugar de narradores de outro passado-presente. Nós que ensinamos História estamos frente a frente com uma energia transformadora – expressa também na destruição – que projeto romper os grilhões da colonialidade presentes em nossos currículos, materiais didáticos e numa ilegítima requisição de exclusividade na produção dos saberes históricos.

Não cabe mais ao historiador o privilégio exclusivo de encontrar no passado fagulhas de esperança. Agora a segurança dos mortos está sob diferentes responsabilidades. Se o inimigo não cessa de vencer, se os senhores da guerra permanente são sagazes, a agência decolonial é questionamento, destruição e reconstrução de um outro presente. Práticas políticas legítimas dos protagonistas que ensinam histórias.

Referências

- ABUD, Katia Maria. **Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições**. São Paulo, Tese de Doutorado/ FFLCH-USP, 1.985.
- BENJAMIN, Walter. **Teses sobre o conceito de história**. Brasiliense, 1987.
- BRUNO, E.S. - **Memórias da Cidade de São Paulo - 1553-1958**. São Paulo, DPH/PMSP,1.981.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CRUZES PAULISTAS. **Revistas dos Tribunais**, 1936.
- DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**; trad. Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- DUVEEN, G. Culture and social representations. In: VALSINER, J; ROSA, A (eds) **The Cambridge handbook of socio-cultural psychology**. New York: Cambridge University Press, 2007, p. 543-559
- EUROSTAT Statistic Splained, 2016
- FERRER, Ada. Haiti, free soil, and Antislavery in the Revolutionary Atlantic. In: **American Historical Review**. 2012, p. 41-65.
- FOLHA DE PERNAMBUCO. Estátua de Ativista Negra substitui a de traficante de escravos, 2020.
- FOLHA DE SÃO PAULO, 2020.
- GELEDÉS – **Instituto da Mulher Negra**, 2020
- GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. São Paulo: 34; Rio de Janeiro: UCAM, 2001.
- LUESCH-REIS, Antônio M. Comunicação didática e design. In: **Boletim técnico do SENAC**. RJ, 1991. p. 85- 106.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais obscuro da modernidade. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, nº 94, 2017, p. 4.
- MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Trad: Pedrinho A. Guareschi. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUNDIMBE, V. Y. **A invenção de África**: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento. Portugal: Edições Pedagogo; Angola; Edições Mulemba, 2013 [1988].

SAID, Edward w. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SALIBA, E.T. **Ideologia Liberal e Oligarquia Paulista**. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1982.

Agradecimentos

Sempre à Wilma, Izadora e Vitória, que participaram de todas as etapas da minha formação e atuação profissional. À nossa neta Ivy e nosso neto Samuel dois carinhosos vulcões que deixam em suspenso a rotina da vida diária.

Agradecimentos especiais à Luciana Lemes e ao Luís Augusto amigos que atuam na secretaria do Instituto e que mantêm impecáveis as nossas rotinas de trabalho institucional. Quase todos/as os/as colegas e amigos/as a quem desejo agradecer foram nomeados ao longo do memorial. Ainda assim, reitero meus agradecimentos a Ana Paula Spini, Maria Andréia Angelotti Carmo, Jorgetânia da Silva Ferreira, Nara Rúbia de Carvalho Cunha, Gustavo de Souza Oliveira, Iara Toscano Correia, Lainister de Oliveira Esteves. Jean Luíz Neves Abreu e Marcelo Lapuente Mahl, Iara Toscano, Vera Puga, Maria Clara Machado, Antônio de Almeida.

Um agradecimento especial para as professoras Ivonilda Lemes e Sandra Cristina Fagundes de Lima, amigas que sempre estiveram comigo, e que partiram antes do combinado.

Agradeço também a Cinthia Camargo Viana (Letras), Maria Cecília de Lima (Letras), Camila Soueneta Nascimento Nganga (Contábeis), Helvécio Damis (Direito), Haroldo Rezende (Pedagogia), Mônica Abdalla Chaves (Ciências Sociais), Vânia Bernardes (Pontal), Guimes Rodrigues Filho (Química), Malu Alves de Brito (Museu Municipal) e a todos/as colegas do NEGUEM e ADUFU-SS.

Aos colegas e amigos/as da UFCAT, Claudio Lopes Maia, Ismar da Silva Costa, Luzia Márcia Rezende Silva, Jeanne Silva, Radamés Vieira Nunes, Luiz Carlos do Carmo.

Sou muito grato aos/as estudantes que nas nessas duas décadas frequentaram meus cursos na graduação e pós-graduação. A cada novo semestre, os encontros com a juventude me instigam a repensar os 'planos de ensino' e a própria vida.

Sou grato a professoras e professores, Adriano de Ávila Melo Sampaio, Jaime Rodrigues, Marcos Rogério Cordeiro Fernandes, Maria Marta Lopes Flores, Raquel

Discini de Campos, Regma Maria dos Santos, que aceitaram compor a comissão de avaliação do memorial.

Anexos



ANEXO 1 – Resolução 03/2017-CONDIR
ROTEIRO PARA PONTUAÇÃO DAS ATIVIDADES PARA AVALIAÇÃO DE
DESEMPENHO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
UBERLÂNDIA

Requerente: Prof. Dr. Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior

Solicitação: Promoção na Carreira do Magistério Superior da Classe D Associado Nível IV para a Classe Titular

Interstício: 11/11/2022 a 10/11/2024

Período da contagem: 11/11/2022 a 10/11/2024

TABELA A1.1 - ATIVIDADES DE ENSINO

1	<p>Aula teórica ou prática de componentes curriculares ministrados na modalidade presencial ou a distância, na Educação Básica, na Educação Profissional, em cursos de graduação ou pós-graduação stricto e lato sensu da UFU, aprovadas pelo Conselho da Unidade.</p> <p>Interstício: 11/11/2022 a 10/11/2024</p> <p>Período da contagem: 11/11/2022 a 10/11/2024</p> <p>I semestre letivo – 2024 – 20/05/2024 a 10/11/2024 – 14 semanas – 04 h/a/semana – 60 h/a</p> <p>História Contemporânea II</p> <p>História Contemporânea II</p> <p>II semestre letivo – 2023 - 08/01/2024 a 25/04/2024 - 17 semanas - 04 h/a/semana – 68 h/a</p> <p>História e Trabalho</p> <p>História e Trabalho</p>	<p>1 ponto Por hora- aula ministrada</p> <p>56</p> <p>56</p> <p>68</p> <p>68</p>
----------	---	--



<p>I semestre letivo – 2023 - 31/07/2023 a 04/12/2023 - 17 semanas - 04 h/a/semana – 68 h/a</p>	
<p>História Contemporânea II</p>	68
<p>Tópicos Especiais em História do Brasil República</p>	68
<p>II Semestre letivo – 2022 - (27/02/2023 até 29/06/2023) – 17 semanas - 04 h/a/semana – 68 h/a</p>	
<p>Tópicos Especiais em História do Brasil Império</p>	68
<p>Tópicos Especiais em História do Brasil</p>	68
<p>Seminário Institucional das Licenciaturas</p>	45
<p>I Semestre letivo – 2022 – (26/09/2022 a 06/02/2023) - 18 semanas – 04 h/a/semana – 72 h/a</p>	
<p>Período de contagem: 11 de novembro de 2022 a 06 de fevereiro de 2023 (09 semanas – 04 h/a. semana – 36 h/a)</p>	
<p>História e Educação: redes de comunicação e mídias</p>	36
<p>História e Educação: redes de comunicação e mídias</p>	36
<p>1- <i>Comprovação por cópia do diário de classe dos componentes curriculares ministrados ou declaração do coordenador do curso ou diretor de unidade especial, discriminando a quantidade de horas-aula ministradas no interstício e o número de discentes matriculados.</i></p> <p>2- <i>Para componentes curriculares ministrados por mais de um docente, a pontuação deverá ser atribuída ao docente de acordo com a carga horária ministrada pelo mesmo.</i></p>	



	<p>3- Componentes curriculares ministrados num mesmo horário, concomitantemente para diferentes turmas e/ou cursos e/ou projetos pedagógicos, independentemente do número de diários, devem ser contabilizados uma única vez.</p> <p>4- Nos casos das atividades desenvolvidas no formato de estágios, deverão ser consideradas neste item as atividades realizadas com a presença do docente, quando previstas pelo projeto pedagógico do curso, sendo as demais atividades pontuadas nos itens 12 ou 13 da Tabela A1.2.</p>	
5	<p>Aula oferecida em regime especial, aprovada pelo Colegiado do Curso ou Conselho da Unidade.</p> <p>I semestre letivo – 2024 – 20/05/2024 a 10/11/2024 – 14 semanas – 04 h/a/semana – 60 h/a</p> <p>História Contemporânea II – 2024/1 Discente: Nara Cristina de Oliveira – 11811HIS227</p> <p><i>Obs.: Comprovação conforme especificações 1 e 2 do item 1.</i></p>	<p>1 ponto Por hora- aula ministrada</p> <p>56</p> <p>Total: 693</p>

TABELA A1.2 - ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO

1 - Deverão ser pontuadas as orientações de alunos matriculados na UFU.

2 - Somente serão aceitas pontuações de orientações externas à UFU em Programas de Pós-graduação *stricto sensu*, desde que aprovadas pelo Conselho da Unidade.

14	<p>Orientação e/ou supervisão de alunos de graduação e da educação profissional em atividades curriculares de ensino, <u>sem</u> a presença do docente, desde que não pontuada nas Atividades de Ensino.</p> <p>TCC - Karine Queiroz Pires. "Matar o criminoso, salvar o homem: o lugar da educação no "método" APAC, Patrocínio, Minas Gerais, 2023-23. 11/22 a 06/23</p> <p>TCC – Crystina Loren Cordeiro Teixeira – Futebol e Política: Reinaldo luta contra a ditadura - 20/05/2024 a 10/11/2024</p> <p><i>Ex.: Estágio Supervisionado, Estágio Profissionalizante, Monografia de Graduação ou Trabalho de Conclusão de Curso de graduação e similares.</i> <i>A comprovação deverá ser fornecida pela Coordenação do Curso na qual o aluno encontra-se matriculado.</i></p>	<p>1 ponto Por aluno/ Mês completo</p> <p>07</p> <p>05</p>
-----------	--	--



15	<p>Orientação de alunos da Educação Básica, da Educação Profissional ou da graduação em projetos de ensino ou extensão ou pesquisa <u>com</u> bolsa (Ex.: PBG, PEIC, PET, PIBIC, PIBID, OBEDUC, PINA, RENAFOR e similares) e de alunos da Educação Básica em atividades de Iniciação científica com Bolsa na UFU (Ex.: PIBIC EM).</p> <p>Fernanda Queiroz Ferreira Vasconcelos – IC – edital PROPP 01/2024 – 01/10/2024 a 10/11/2024</p> <p><i>A comprovação deverá ser pelo órgão de fomento ou Pró Reitorias do qual o aluno é bolsista.</i></p>	1 ponto Por aluno/ mês completo
19	<p>Orientação de Dissertação de Mestrado.</p> <p>Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional – Universidade Federal de Catalão – UFCAT</p> <p>2023-1 Marcio Luiz Fernandes Barbosa (de 02/2023 mês/ano até 11/2024 - 21m x 2,5)</p> <p>2024-1 Iraídes Monteiro Cantuária (de 02/2024 mês/ano até 11/2024 - 10m x 2,5)</p> <p><i>A comprovação deverá ser feita pela Coordenação do Programa de Pós-graduação no qual o aluno encontra-se matriculado ou pelo diário de classe.</i></p>	2,5 pontos Por aluno/ mês completo
20	<p>Coorientação de Dissertação de Mestrado.</p> <p>Programa de Pós-Graduação em História – INHIS – UFU</p> <p>2023-1 a 2024-2 João Eurípedes de Araújo (de 02/2023 mês/ano até 11/2024 - 21m x 1,25)</p> <p><i>A comprovação deverá ser feita pela Coordenação do Programa de Pós-graduação no qual o aluno encontra-se matriculado ou pelo diário de classe.</i></p>	1,25 ponto Por aluno/ mês completo

TABELA A1.3 - PRODUÇÃO INTELECTUAL

PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA E DIVULGAÇÃO



Discriminar cada item incluindo a citação bibliográfica completa com todos os autores da publicação.		
29	<p>Artigo técnico-científico publicado em periódico qualificado pela CAPES</p> <p>O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. In: Revista História (São Paulo), v. 4, 2022, p. 1-18.</p> <p><i>Serão pontuadas as publicações comprovadas por cópia da folha de rosto do meio de divulgação do artigo, da primeira página do mesmo e a comprovação da qualificação.</i></p>	150 pontos Por trabalho 150
30	<p>Artigo técnico-científico publicado em periódico não classificado pela CAPES, com corpo de revisores ou equivalente.</p> <p><i>Serão pontuadas as publicações comprovadas por cópia da folha de rosto do meio de divulgação do artigo, da primeira página do mesmo e a comprovação do corpo de revisores ou equivalente.</i></p>	100 pontos Por trabalho
33	<p>Publicação de resumo em anais de reunião científica.</p> <p>COEEPHIS - 2024</p> <p><i>Serão pontuadas as publicações comprovadas por cópia do resumo e da folha de rosto do meio de divulgação específico de resumo. Serão pontuadas as publicações não pontuadas nos itens 31 e 32 desta tabela.</i></p>	20 pontos Por trabalho 20
38	<p>Apresentação de trabalho ou mostra documental em reunião científica.</p> <p>II Congresso de Ensino, Extensão e Pesquisa em História – 18 a 23/03/2024</p> <p><i>Serão pontuados apenas os trabalhos apresentados pelo docente, comprovados por certificado assinado pelo Coordenador ou pelo Presidente do evento científico.</i></p>	10 pontos Por trabalho 10
39	<p>Palestras e conferências proferidas, minicursos ministrados, seminários, oficinas, participação em painéis de debate ou mesas redondas em reuniões científicas promovidas por associações ou sociedades científicas ou associações esportivas nacionais e internacionais.</p> <p>Pensar o presente e o futuro em perspectiva afrodiáspórica – Jornada dos 20 anos do Graça do Aché: Veredas Decoloniais entre memórias e identidades regionais – 23/11/2023 – Casa de Cultura Graça do Aché – UFU</p> <p>Movimentos antirracistas no Brasil e nos Estados Unidos: o presente ensinando o passado aos nossos filhos – Jornada Acadêmica das Licenciaturas – 14/04/2024 - Unipam</p>	15 pontos Por tema 15 15



	<i>Somente serão pontuadas as participações devidamente comprovadas por certificado do evento.</i>	
50	<p>Publicação de capítulo de livro didático, paradidático, cultural, técnico ou resultado de pesquisa acadêmica, desde que não inserido em anais de congressos ou eventos.</p> <p>RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Quando as estátuas caem do pedestal: o presente ensinando o passado aos nossos filhos. In: _____ (orgs) Ensino de História em Perspectiva Decolonial. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022, pp. 195 – 209.</p> <p>RIBEIRO JÚNIOR, Florisvaldo Paulo; ARAÚJO, João Eurípedes. Geração de Liberdades: famílias negras e as experiências do cativo. Triângulo Mineiro no século XIX. In: DANTAS, Sandra Mara; LIMA, Glaura Teixeira Nogueira. Por uma história das Gerais. Jundiaí, SP: Paco, 2024, pp. 31-65.</p> <p><i>Só serão aceitos livros publicados por Editora com Conselho Editorial ou Editor/Diretor responsável. Serão pontuadas as publicações comprovadas por cópia da folha de rosto do meio de divulgação e da ficha catalográfica.</i></p>	100 pontos Por publicação 100 100
51	<p>Editoração/organização de livros, de anais de eventos, coleções, periódicos ou dossiês de periódicos.</p> <p>Ensino de História em Perspectiva Decolonial. São Leopoldo: Oikos Editora, 2022</p> <p><i>Serão pontuadas as publicações comprovadas por cópia da folha de rosto do meio de divulgação e da ficha catalográfica.</i></p>	100 pontos Por obra 100
PRODUÇÃO ARTÍSTICA		
Discriminar cada item incluindo citação bibliográfica completa com todos os autores.		
PRODUÇÃO TÉCNICA		
72	<p>Parecer <i>ad hoc</i> prestado a editoras, revistas especializadas e órgãos de fomento, devidamente comprovado, resguardado o sigilo e demais considerações éticas associadas a pareceres <i>ad hoc</i>.</p> <p>Parecer Caderno Espaço Feminino – 11/24</p>	10 pontos Por parecer 10
75	<p>Membro de Conselho ou Corpo Editorial de revista científica, artística ou de Editoras. Este item não contempla Conselho Editorial composto pelos consultores <i>ad hoc</i>, pois essa atividade já está contemplada no item 71.</p> <p>Conselho Editorial - Caderno Espaço Feminino – 11/22 a 10/24</p>	2 pontos Por mês completo 46



78	<p>Membro titular de banca de exame de qualificação de Mestrado ou Doutorado.</p> <p>João Araújo. “Entre livres e cativos: reflexões sobre a família escrava na Uberaba Oitocentista, 1816-1888” - (PPGHI-INHIS-UFU 05/2024)</p> <p>Thaiane Sales. “Uma história de mulheres negras nos livros didáticos: em busca de outras escritas e representações, 2020-2023” - (PPGHI-INHIS-UFU 09/2024)</p> <p><i>Serão pontuadas as participações comprovadas por declaração fornecida pelo Coordenador de Curso de Pós-graduação ou ata de qualificação.</i></p>	10 pontos Por participação
79	<p>Membro titular de banca de Dissertação de Mestrado.</p> <p>Gustavo Henrique Costa da Silva. “Química ancestral: a origem da cachaça” – (PPGQ-INSTITUTO DE QUÍMICA – 01/2023)</p> <p><i>Serão pontuadas as participações comprovadas por declaração fornecida pelo Coordenador de Curso de Pós-graduação ou ata de defesa.</i></p>	15 pontos Por participação
80	<p>Membro titular de banca de Tese de Doutorado.</p> <p>Regina Maria Martins Costa. “Museus de ciências brasileiros e seus contributos para uma educação em ciências antirracista” – PPGED-FACED- 28/04/2023</p> <p><i>Serão pontuadas as participações comprovadas por declaração fornecida pelo Coordenador de Curso de Pós-graduação ou ata de defesa.</i></p>	20 pontos Por participação

TABELA A1.4 - ATIVIDADES DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA
SEM REMUNERAÇÃO SUPLEMENTAR

91	<p>Coordenação de projetos de ensino ou extensão ou pesquisa sem financiamento e registrado em Pró-Reitoria.</p> <p>Grupo de Estudos Esperança Garcia – 08/24 a 11/24 (Projeto de Extensão – FADIR)</p>	3 pontos Por mês completo
----	---	------------------------------



	<i>Serão pontuadas as coordenações, comprovadas por documento de aprovação do projeto pela respectiva Pró-Reitoria.</i>	
--	---	--

TABELA A1.5 - ATIVIDADES DE ENSINO, EXTENSÃO E PESQUISA
COM REMUNERAÇÃO SUPLEMENTAR

TABELA A1.6 - ATIVIDADES DE GESTÃO		
125	<p>Membro de diretoria de órgãos de classe, de organizações de fomento e de organizações não governamentais de expressão reconhecida, desde que esteja relacionado à sua atividade profissional e cuja participação seja aprovada pelo Conselho da Unidade.</p> <p>Diretoria Executiva da Adufu – 10/23 a 11/24</p> <p><i>Serão pontuadas as participações comprovadas por ata da reunião de aprovação no Conselho da Unidade.</i></p>	4 pontos Por mês completo 52
149	<p>Membro de comissões externas à Unidade, nomeadas pela Administração Superior da UFU ou por órgãos da administração pública.</p> <p>Comissão do Calendário Acadêmico – 07/2024</p> <p><i>Serão consideradas as comissões nomeadas por Portarias das Pró-Reitorias, Reitoria e da administração pública.</i></p>	2 pontos Por mês completo 02
152	<p>Membro de Conselhos na UFU.</p> <p>Conselho do Instituto de História – 12/2022 a 11/2024</p> <p><i>Serão pontuadas as atividades comprovadas por documento de homologação do cargo ou por declaração do Diretor. A participação como membro de Conselho com cargos de CD ou FG não deve ser pontuada neste item.</i></p>	1 ponto Por mês completo/ conselho 24
153	<p>Membro de Comissão Permanente da Unidade.</p> <p>Comissão de Espaço Físico – Portaria INHIS/39/2012 – 11/2022 a 09/2024</p>	2 pontos Por mês completo 42 48



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



	<p>Comissão de Orçamento, Diárias e Passagens - Portaria DIRINHIS 64/2022 e Portaria DIRINHIS 16/2021 - 11/2022 a 11/2024</p> <p><i>Serão pontuadas as atividades comprovadas por Portaria de nomeação da comissão pelo Diretor da Unidade.</i></p>	
158	<p>Membro de comissões internas de Unidade.</p> <p>Comissão 60 anos – 01/2024 a 11/2024 – Portaria DIRINHIS n. 81, de 19 de janeiro de 2024</p> <p>Comissão Regimento CDHIS – Portaria de Pessoal nº 2992, de 01 de junho de 2023 – 06/2023 a 11/2024</p> <p>Comissão Remoção de Docentes – 09/2023 a 11/2024 - Portaria de Pessoal UFU n. 5621, de 15 de setembro de 2023</p> <p>Comissão de Redistribuição de Docente 09/2023 a 10/2023</p> <p>Comissão de Concurso de Docentes Efetivos – Portaria de Pessoal nº 6318, de 25 de outubro de 2023</p> <p>Comissão Julgadora de Concurso Público – 02/2024 a 06/2024 suplente – Portaria de Pessoal nº 1091, de fevereiro de 2024</p> <p>Comissão Proposta de um novo Curso de Graduação – 08/2024 a 11/2024</p> <p><i>A pontuação deve ser comprovada por Ordem de Serviço ou Portaria.</i></p>	<p>2 pontos Por comissão específica ou por mês no caso de comissão permanente</p> <p>22</p> <p>36</p> <p>28</p> <p>04</p> <p>02</p> <p>10</p> <p>06</p>



162	Parecer emitido em conselhos das Unidades	5 pontos Por parecer
	Pedido de Cessão de Raphael Bahia do Carmo 07/2024	5
	<i>A participação será comprovada por documento emitido pelo diretor da unidade.</i>	

Síntese da Pontuação global

01 Resolução CONDIR 03/2017	Pontos
Tabela A1.1 – Atividades de Ensino	693
Tabela A1.2 – Atividades de orientação	116,75
Tabela A1.3 – Produção Intelectual (bibliográfica e de divulgação, artística e técnica)	657
Tabela A1.4 – Atividades de ensino, extensão e pesquisa sem remuneração suplementar	0
Tabela A1.5 – Atividades de ensino, extensão e pesquisa com remuneração suplementar	0
Tabela A1.6 – Atividades de Gestão	289
Tabela A1.7 – Licenças, Situações Especiais e Afastamentos	0
TOTAL	1755,75



Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior

Endereço para acessar este CV:
<http://lattes.cnpq.br/8068581587738031>
ID Lattes: **8068581587738031**
Última atualização do currículo em 21/10/2024

Professor Associado no Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Tenho me dedicado a pesquisar e ensinar sobre a história da escravidão no Brasil Imperial, história da África e histórias Contemporâneas. Integro os Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - NEAB/UFU e o Núcleo de Estudos de Gênero e da Mulher - NEGUEM/UFU. Estou credenciado, como professor permanente, no Programa de Pós-Graduação em História - Mestrado Profissional - da Universidade Federal de Catalão. Integro a Diretoria Executiva da Associação de Docentes da UFU (2 Tesoureiro) Gestão Florescer das Lutas, 2023-2025. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior
Nome em citações bibliográficas	RIBEIRO JUNIOR, F. P.
Lattes iD	
http://lattes.cnpq.br/8068581587738031	Orcid iD
https://orcid.org/0000-0003-2221-124X	Cor ou Raça
Preta	Nascimento
28/11/1967, Uberlândia/ MG - Brasil	País de Nacionalidade
Brasil	

Endereço

Endereço Profissional	Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História. Avenida João Naves de Ávila - de 1260 a 3630 - lado par Saraiva 38408100 - Uberlândia, MG - Brasil Telefone: (34) 32394130 Ramal: 4130
------------------------------	---

Formação acadêmica/titulação

2004 - 2008	Doutorado em História, Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
1998 - 1998	Extensão universitária em História. (Carga horária: 8h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1998 - 1998	Proteção do Patrimônio Cultural. (Carga horária: 60h). Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, SEC/MG, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em História. (Carga horária: 3h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1995 - 1995	História. (Carga horária: 6h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1995 - 1995	História. (Carga horária: 6h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1995 - 1995	História. (Carga horária: 4h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1995 - 1995	História. (Carga horária: 4h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1994 - 1994	Extensão universitária em Ciências Sociais. (Carga horária: 20h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1994 - 1994	Extensão universitária em História. (Carga horária: 40h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1994 - 1994	Extensão universitária em História. (Carga horária: 30h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
1993 - 1993	I Seminário Municipal do Ipemu. (Carga horária: 40h). Prefeitura Municipal de Uberlândia Secretaria Municipal de Educação, PMU-SME, Brasil.
1992 - 1992	Extensão universitária em História. (Carga horária: 40h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.

Atuação Profissional

	Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
Vínculo institucional	
2008 - Atual	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Associado 3, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.
Vínculo institucional	
2006 - 2008	Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 40
Atividades	
07/2024 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas História Contemporânea 2

Título: O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928, Ano de obtenção: 2008.

Orientador: Diva do Couto Gontijo Muniz.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
Palavras-chave: República; Trabalho; representação; Minas Gerais.
Grande área: Ciências Humanas
Setores de atividade: Educação Superior.

Mestrado em História. **1991 - 1997**
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: De batuques e trabalhos. Resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856/1901, Ano de Obtenção: 2001.
Orientador: Yara Maria Aun Khoury.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: escravidão; Trabalho; família; liberdade.
Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil / Especialidade: História do Brasil Império.
Setores de atividade: Educação Superior; Educação Média de Formação Geral.

Graduação em História.
Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
Título: A conquista da liberdade. Cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão no Brasil.
Orientador: Iraci Galvão Salles.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Formação Complementar

2003 - 2003	História. (Carga horária: 60h). Universidade Federal de Uberlândia, UFU, Brasil.
2002 - 2002	Extensão universitária em História. (Carga horária: 8h). Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão, UFG/CAC, Brasil.
2002 - 2002	Extensão universitária em História. (Carga horária: 8h). Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão, UFG/CAC, Brasil.
2001 - 2001	Extensão universitária em História. (Carga horária: 4h). Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão, UFG/CAC, Brasil.
2001 - 2001	História. (Carga horária: 8h). Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
1999 - 1999	História. (Carga horária: 15h). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

08/2016 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Introdução à História da África
08/2016 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Introdução à História da África
08/2016 - Atual	Ensino, Programa de Pós Graduação em História, Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas Estudos Alternativos em História e Cultura
09/2015 - Atual	Direção e administração, Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - UFU. Cargo ou função Coordenação de Pesquisa.
08/2015 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Introdução à História da África
08/2015 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas História do Brasil 2
03/2015 - Atual	Direção e administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História. Cargo ou função Coordenador da Linha de Pesquisa História e Cultura do Programa de Pós Graduação em História - INHIS/UFU.
10/2013 - Atual	Direção e administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História. Cargo ou função Representante do Instituto de História no Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis.
11/2011 - Atual	Direção e administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História. Cargo ou função Substituto Legal do Diretor do Instituto de Históriai.
02/2011 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Seminário de Pesquisa Metodologia do Ensino de História II
08/2010 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação Disciplinas ministradas História local e Regional - Metodologias e Ensino - Diurno (turma

I)	09/2009 - Atual	Ensino, História, Nível: Graduação	
Direção e administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História.		Disciplinas ministradas Introdução à História da África História Contemporânea 2	02/2016 - 07/2016
Cargo ou função Diretor do Instituto de História - PORTARIA R Nº 1164, de 28 de setembro de 2009.	02/2024 - 08/2024	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, Mestrado Profissional em História, Nível: Pós-Graduação		Disciplinas ministradas História Contemporânea 2	03/2015 - 07/2015
Disciplinas ministradas Teoria e Metodologia do Ensino de História	02/2023 - 12/2023	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas História Contemporânea 2	03/2015 - 07/2015
Disciplinas ministradas História e Trabalho História Contemporânea 2	02/2022 - 12/2022	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Estágio Supervisionado 3	05/2015 - 05/2015
Disciplinas ministradas História e Educação: redes de comunicação e mídias Seminário Institucional das Licenciaturas Tópicos Especiais em História do Brasil Império	02/2020 - 12/2020	Ensino, Inclusão Escolar, Nível: Especialização	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Cultura Afro-Brasileira	02/2014 - 07/2014
Disciplinas ministradas História da África História da América Portuguesa Cultura Afro-Brasileira	07/2019 - 12/2019	Ensino, Curso de Especialização em Inclusão Escolar, Nível: Especialização	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Cultura Afro-Brasileira	11/2012 - 05/2013
Disciplinas ministradas História da África História da América Portuguesa Cultura Afro-Brasileira	02/2019 - 07/2019	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Estágio Supervisionado IV Monografia I e III História Regional e Local: metodologias e ensino	11/2012 - 05/2013
Disciplinas ministradas Cultura Afro-Brasileira Introdução à História da África	02/2019 - 07/2019	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Atividade Orientada I Atividade Orientada II Atividade Orientada III Estágio Supervisionado IV História Contemporânea II História Regional e Local: metodologias e ensino Monografia III	11/2012 - 05/2013
Disciplinas ministradas História da América Latina Estágio Supervisionado 1	02/2019 - 07/2019	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas Estágio Supervisionado IV	11/2012 - 05/2013
Disciplinas ministradas Construção das Identidades Nacionais Latino-Americanas	11/2015 - 03/2019	Ensino, História, Nível: Graduação	
Direção e administração, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História.		Disciplinas ministradas Estágio Supervisionado IV	11/2012 - 05/2013
Cargo ou função Diretor.	02/2018 - 07/2018	Ensino, História, Nível: Graduação	
Ensino, História, Nível: Graduação		Disciplinas ministradas História Local e Regional: metodologias e ensino	08/2012 - 12/2012
Disciplinas ministradas História Contemporânea 2	02/2017 - 12/2017	Ensino, Programa de Pós Graduação em História, Nível: Pós-Graduação	
Disciplinas ministradas História Contemporânea 2 Cultura Popular	08/2010 - 09/2010	Disciplinas ministradas Oficina de Prática Pedagógica I - diurno (turma IA)	03/2009 - 07/2009
Ensino, Docência na diversidade para a Educação Básica, Nível: Especialização		Ensino, História, Nível: Graduação	
Disciplinas ministradas Representação do Mundo do Trabalho do Império à República e a Escravidão no Triângulo Mineiro	03/2010 - 07/2010	Disciplinas ministradas Oficina de Prática Pedagógica I - Noturno (turma HA)	05/2009 - 05/2009
Ensino, História, Nível: Graduação		Outras atividades técnico-científicas , Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais.	
Disciplinas ministradas Metodologia do Ensino de História II - Noturno	03/2010 - 07/2010	Atividade realizada Coordenação de Seminário de Pesquisa para os alunos de História, Bacharelado e Licenciatura.	08/2008 - 12/2008
Ensino, História, Nível: Graduação		Ensino, História, Nível: Graduação	
Disciplinas ministradas Seminário de Pesquisa	08/2009 - 12/2009	Disciplinas ministradas Prática de Ensino em História II - diurno (turma A)	08/2008 - 12/2008
Ensino, História, Nível: Graduação		Ensino, História, Nível: Graduação	
Disciplinas ministradas Prática de Ensino em História II - Diurno (Turma A)	08/2009 - 12/2009	Disciplinas ministradas Prática de Ensino em História II - noturno (turma B)	08/2008 - 12/2008
Ensino, História, Nível: Graduação		Ensino, História, Nível: Graduação	
Disciplinas ministradas Prática de Ensino em História II - Noturno (Turma B)	11/2008 - 10/2009	Disciplinas ministradas Prática de Ensino em História II - Noturno (turma H)	11/2008 - 11/2008
Conselhos, Comissões e Consultoria, Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais, Instituto de História.		Conselhos, Comissões e Consultoria, Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - PROEX.	
Cargo ou função Membro (suplente) representante do Instituto de História no Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Cultural - COMPHAC - PORTARIA/015/2008/INHS.	03/2009 - 09/2009	Cargo ou função Membro da Comissão Científica do IV Seminário Racismo e Educação e III Seminário de Gênero, Raça e Etnia.	08/2006 - 07/2008
Ensino, História, Nível: Graduação		Ensino, História, Nível: Graduação	
Disciplinas ministradas Oficina de Prática Pedagógica 2 Oficina de Prática Pedagógica 1 Prática de Ensino 2 Prática de Ensino 1		Disciplinas ministradas Oficina de Prática Pedagógica 2 Oficina de Prática Pedagógica 1 Prática de Ensino 2 Prática de Ensino 1	
		Universidade Federal de Catalão, UFCAT, Brasil.	
		Vínculo institucional	
	2023 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Convitado, Carga horária: 4	
		Atividades	
	02/2024 - Atual	Ensino, Mestrado Profissional em História, Nível: Pós-Graduação Disciplinas ministradas Teoria e Metodologia do Ensino de História	
		Faculdade Católica de Uberlândia, CATOLICA, Brasil.	

Vínculo institucional

2006 - 2006 Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Atividades

4/2006 - 6/2006 Ensino, Educação História e Cultura Afro Brasileira, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
História da África

Faculdade do Noroeste de Minas, FINOM, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2004 Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Prefeitura Municipal de Uberlândia Secretaria Municipal de Educação, PMU-SME, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - 1999 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Pesquisador, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1992 - 1994 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Secretario Escolar, Carga horária: 40

Atividades

9/1996 - 2/1997 Direção e administração, Secretaria Municipal de Cultura, Seção de Documentação.

Cargo ou função
Chefe da seção de documentação.

7/1992 - 1/1994 Direção e administração, Secretaria Municipal de Educação, Escola Municipal Gláucia dos Santos Monteiro.

Cargo ou função
Secretario escolar.

Universidade Estadual de Goiás, UEG, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2006 Vínculo: contratado, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 20

Atividades

8/2005 - 1/2006 Ensino, Historia, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Teoria e Historiografia
Tecnica de pesquisa em historia
Epistemologia

primeira metade do século XX, em meio à pluralidade de projetos político/culturais existentes no Brasil daquele período. Buscamos também, ampliar o campo de discussão da visualidade em periódicos ilustrados para além das questões técnicas e teórico/metodológicas da presença de imagens em diálogo com textos, visando identificar novos temas de interesse a pesquisas futuras que possam fazer uso do estudo aqui proposto. A viabilidade desse projeto é assegurada pela presença da coleção da revista *Ilustração Brasileira*, período de 1935 a 1944 (papel) e período de 1909 a 1958 (microfilmes), no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História CDHIS, da Universidade Federal de Uberlândia. Além da disponibilidade de consulta da coleção completa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (digitalização a partir dos microfilmes). É também, aspecto importante a quantidade de pesquisadores, atuando em diferentes níveis de pesquisa e ensino, envolvidos com o tema proposto neste projeto..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (1) / Doutorado: (1) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Integrante / Luciene Lehmkuhl - Coordenador / Roberta Paula Gomes Silva - Integrante / Aline Ferreira de Vasconcelos - Integrante / Lara Lopes - Integrante / Velso Carlos de Souza - Integrante.

CHE - APQ-01103-13-As teses médicas e a constituição da medicina acadêmica em minas gerais (1836-1897)

Descrição: Descrição: O presente projeto de pesquisa tem por**2012 - Atual** objetivo um mapeamento e análise das teses dos médicos mineiros, no período entre 1836 e 1897, disponíveis no banco de dados do Arquivo Público Mineiro. A partir dessas fontes, buscaremos mapear, identificar os temas e analisar as teses tendo em vista as influências teóricas e as relações com.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Jean Luiz Neves Abreu - Integrante / Anny Jackeline Torres Silveira - Integrante / Rita de Cássia Marques - Integrante.

Cultura e Poder: gênero, trabalho, cidadania e violência em Minas Gerais no século XIX.

Descrição: O objetivo da pesquisa é investigar e analisar a**2010 - 2012** complexa participação das mulheres no processo de configuração da sociedade mineira, entre as décadas de 1820 e 1890, especialmente, na região do Triângulo Mineiro. Nesse sentido, o projeto busca levantar e coletar dados visando compreender a multiplicidade das relações de gênero e suas interseções com as dimensões de classe social, raça/etnia, sexo e geração, articuladas às questões relativas ao mundo do trabalho e à conformação da cidadania no Brasil do século XIX..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Johnisson Xavier - Integrante / Julio Cesar de Souza - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3 / Número de orientações: 1

Escravidão, historiografias e práticas de liberdades

Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão, UFG/CAC, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002 Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor substituto, Carga horária: 40

Atividades

7/2001 - 7/2002 Ensino, História, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Metologia do Ensino Superior

4/2001 - 2/2002 Ensino, História, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas
Didática e Prática de Ensino

Projetos de pesquisa

2022 - Atual

Conhecimentos futuros e contemporaneidades afro-diaspóricas: invenções atlânticas nos séculos XX e XXI

Descrição: Essa proposta de pesquisa tem como tema e problemática central interperar o futuro. Diante do esgotamento das experiências sociais, do sistema de pensamento e da racionalidade da modernidade ocidental, da incapacidade do capitalismo liberal em universalizar a humanidade como conceito e existência, uma intelectualidade transnacional e afro-diaspórica ? desde ao menos a década de 1980 ? tem formulado críticas radicais com fundamentos históricos, filosóficos, epistemológicos que projetam uma ruptura com a dicotomia cartesiana e a ontologia hegeliana e heddegeriana. Esses ensaios de transformação social consideram seriamente a dimensão temporal parcialmente visitada pelas humanidades: o futuro. Nele o humano e não-humano são consideradas entidades que integram o mesmo cosmos. Recusando a separação tradicional entre homem e natureza, questionar o futuro significa pensar o existir como a expressão de múltiplas forças vitais, universais e diferentes. Nossas fontes são o pensamento feminista negro e suas alianças, os críticos do capitalismo globalizado e suas formas de gestão da vida e da morte, as formulações antirracistas.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador.

Número de produções C, T & A: 2

2014 - 2021

Imagens de arte e ilustrações publicadas na revista *Ilustração Brasileira*

Descrição: Por meio deste projeto de pesquisa propomos estudar a visualidade das revistas ilustradas, com especial atenção à revista *Ilustração Brasileira* e à publicação de reproduções de obras de arte e ilustrações em suas páginas, edições dos anos de 1935 a 1944 existentes em meio impresso no acervo do CDHIS/UFU. Buscamos refletir acerca da presença e da participação de artistas e ilustradores nas páginas da revista, da circulação e visibilidade de suas obras, para identificar o espaço dedicado às artes plásticas e visuais na imprensa ilustrada na

Descrição: Projeto de pesquisa sobre os registros de escravos e**2010 - 2012** escravas na região do Triângulo Mineiro, desenvolvido por professores/as do INHIS e FACP/UFU, integrantes do NEEMG, Núcleo de Estudos sobre a Escravidão em Minas Gerais no século XIX..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (4) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Integrante / Mara Regina do Nascimento - Integrante / Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro - Coordenador.

DISCURSO MÉDICO HIGIENISTA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA EM MINAS GERAIS (1930-1950)

Descrição: O objetivo da pesquisa é analisar o processo de educação sanitária em Minas Gerais entre as décadas de 1930 e 50, procurando identificar os principais aspectos que marcaram os discursos dos médicos mineiros em relação à divulgação dos preceitos de higiene e medicina. Nesse sentido, o projeto busca levantar dados para compreender os significados que o discurso médico assumiu na construção da saúde pública naquele contexto.. Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Auxílio financeiro..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (2) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Integrante / Jean Luiz Neves Abreu - Coordenador / Anny Jackeline Torres Silveira - Integrante.
Financiador(es): Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - Auxílio financeiro.

Projetos de extensão

2024 - Atual

Celebrações dos 60 anos do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia

Descrição: Ao longo do ano de 2024 serão realizadas atividades, com a participação de professores da escola básica, dos estudantes de graduação e pós-graduação e dos docentes do instituto de história, de comemoração e de discussões sobre os rumos da instituição para a próxima década..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Tara Toscano Correia - Integrante / Thiago Lenine Tito Tolentino - Integrante / Luciana Lemes de Andrade Barbosa - Integrante / Rafael Fumero Rocha - Integrante.

2013 - 2013

Seminários de História Local e Regional - ?Culturas, Identidades e Memórias?

Descrição: Os Seminários de História Local e Regional, idealizados na disciplina da graduação História Local e Regional: metodologias e ensino, promovido pela Coordenação dos Cursos de Graduação em História e pelo Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História, configuram-se numa atividade - de extensão, pesquisa e ensino -, multidisciplinar, aberta à

participação de docentes e discentes do ensino universitário e do ensino médio. O diálogo que se pretende estabelecer tem como eixo as palestras de historiadores e demais cientistas sociais cujas pesquisas abordam as fontes documentais depositadas nos arquivos regionais mineiros e problematizam as muitas conformações dos espaços e territórios locais e regionais, suas culturas, identidades e memórias..
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (80) .

Integrantes: Florivaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Mara Regina do Nascimento - Integrante.

Curso de Educação para as Relações Étnico-Raciais,

Descrição: No atual cenário educacional, amplia-se na rede pública de ensino, a demanda por novos professores, verifica-se também a necessidade de garantir a qualificação adequada de muitos docentes que assumiram a sala de aula e, não encontram conhecimentos mínimos exigidos pela Lei 10.639/03 vigente que estabelece a obrigatoriedade de estudo sobre a cultura, história dos afro-brasileiros na sociedade brasileira e os princípios norteadores do Estatuto da Igualdade Racial, de forma a atender às necessidades de ampliação da cobertura do Ensino Fundamental. Entre as transformações experimentadas na atualidade destaca-se, ainda, a eclosão de uma revolução incorporando novas tecnologias da área da comunicação que auxiliam o processo de formação continuada na modalidade aperfeiçoamento. Nesse sentido a proposta desse curso desenvolver metas e difundir conhecimentos para diminuir as desigualdades sociais e ainda a defasagem de acesso e permanência a Educação, pela população negra, ao ser comparada aos dados estatísticos apontados pelo Ministério da Educação, frente à população branca, principalmente na Educação Básica. Sensível à realidade apontada, o Estado Brasileiro por intermédio do Ministério da Educação e órgãos correlatos vêm adotando um conjunto de ações que visam facilitar o acesso e permanência de todos na escola. Políticas públicas que traduzem o anseio e valorização da cultura da população negra e dos excluídos socialmente..
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Florivaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Vania Aparecida Bernardes - Integrante.

VIII SEMINÁRIO RACISMO E EDUCAÇÃO & VII SEMINÁRIO GÊNERO, RAÇA E ETNIA,

Descrição: PROPOSTA Os seminários anuais do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Uberlândia, em parceria com o Programa de Formação Continuada com Docentes da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX), ?Racismo e Educação & Gênero, Raça e Etnia?, entram, respectivamente, nas suas oitava e sétima edições. A proposta é articular, promover e fomentar as discussões sobre a temática étnico-racial no âmbito das ações de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à implementação das modificações da LDB da Educação trazidas pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. A partir desse ano o Seminário conta com a parceria do Canal Futura/Fundação Roberto Marinho. Desde o sancionamento da lei muito pouco tem sido realizado nos níveis governamentais federal, estadual e municipal para o efetivo cumprimento da mesma. Nesse sentido, o seminário apresenta um espaço onde as discussões e proposições

2. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil/Especialidade: História do Brasil República.
3. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História Contemporânea.
4. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História da África.
5. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História e Ensino de História.

Idiomas

Espanhol	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.
Francês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Inglês	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

1995	Medalha Zumbi dos Palmares, Prefeitura Municipal de Uberlândia - Secretaria Municipal de Cultura.
-------------	---

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. HISTÓRIA (SÃO PAULO), v. 41, p. 01-18, 2022.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARNEIRO, M. E. R. . TRIBUTO A NINA SIMONE: arte, política, o corpo e a questão racial/sexual nos Estados Unidos da América em dois atos.. Caderno Espaço Feminino (Online), v. 29, p. 168-183, 2016.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; OLIVEIRA, V. P. R. . Os caminhos sinuosos para uma educação antirracista: o projeto do vereador Carlos Modesto. Ituiutaba no final do século XX..

contribuem para avançar dentro da temática de forma a se criar possibilidades de diálogos entre os poderes públicos estabelecidos e a reinvenção da educação brasileira para o combate de práticas racistas que ainda são disseminadas no ambiente escolar. O tema a ser discutido esse ano será: ?As mulheres negras e indígenas no século XXI?..
Situação: Concluído; Natureza: Extensão.

Integrantes: Florivaldo Paulo Ribeiro Junior - Integrante / Guímes Rodrigues Filho - Coordenador.

IV semana de historia UEG

Descrição: Projeto de Extensão relativo à IV Semana de História da Universidade Estadual de Goiás - Unidade Universitária de Itumbiara, realizado entre 26 e 28 de outubro.
Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Florivaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Katia Eliane Barbosa - Integrante / Ivonilda Lemes - Integrante / Alcione Fonseca Mortozo - Integrante.
Financiador(es): Universidade Estadual de Goiás - Auxílio financeiro.

Projetos de desenvolvimento

2009 - Atual	Aprender e Ensinar História no LEAH Descrição: Projeto de apoio financeiro à melhoria das condições de funcionamento do laboratório de Ensino de História - LEAH do Instituto de História/UFU. Situação: Em andamento; Natureza: Desenvolvimento. Integrantes: Florivaldo Paulo Ribeiro Junior - Integrante / Mara Regina do Nascimento - Coordenador / Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro - Integrante.
---------------------	---

Membro de corpo editorial

2008 - Atual	Periódico: Caderno Espaço Feminino (UFU)
---------------------	--

Membro de comitê de assessoramento

2018 - 2020	Agência de fomento: fundação de apoio a pesquisa - ufu
--------------------	--

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Humanas / Área: História / Subárea: História do Brasil/Especialidade: História do Brasil Império.

Cadernos de Pesquisa do CDHIS (Online), v. 29, p. 01-16, 2016.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Triade do mal: civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. Projeto História (PUCSP), v. 39, p. 179-208, 2011.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Trabalho, progresso e a sociedade civilizada. As práticas médicas e as figurações dos sertão mineiro na Primeira República. Fronteiras (Campo Grande), v. 13, p. 97-126, 2011.
6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Figurações do feminino na fabricação do mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. OPSIS (UFG), v. 11, p. 31-56, 2011.
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Educaçãoe tolerância democrática. Diálogos anti-racistas no limiar do século XXI. Cadernos de História (UFU), v. 15, p. 177-192, 2007.
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A fabricação da liberdade: alforrias e abolição da escravidão no Triângulo Mineiro, 1821 - 1888. História & Perspectivas (UFU), v. 1, p. 281-309, 2007.
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Dimensões da liberdade: Borges Sampaio e os escravos na cidade de Uberaba, 1836/1888.. Olhares & Trilhas (UFU), Uberlândia, v. VI, p. 71-86, 2005.
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A civilização interiorizada. História & Perspectivas, Uberlândia, p. 31-58, 2004.
11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Representação e narrativa: usos e abusos. Em Tempo de Histórias, v. 9, p. 1-16, 2004.
12. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Memórias cativas de um triângulo negro. OPSIS (UFG), Catalão, v. 3, p. 87-99, 2003.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva (Org.) . Ensino de História em Perspectiva Decolonial. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022. v. 1. 216 p .
2. CARNEIRO, M. E. R. (Org.) ; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** (Org.) . Revista Caderno Espaço Feminino: corpos, identidades, singularidades em movimento. 1/2. ed. Uberlândia: Edufu, 2010. v. 23. 374p .

Capítulos de livros publicados

1. ARAUJO, J. E. ; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** . Geração de Liberdades: famílias negras e as experiências do cativo. Triângulo Mineiro no século XIX. In: Sandra Mara Dantas; Glaura Teixeira Nogueira Lima. (Org.). Por uma história das Gerais. 1ed.Jundiaí- SP: Paco Editora, 2024, v. 1, p. 01-320.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva . Quando as estátuas caem do pedestal: o presente ensinando o passado aos nossos filhos. In: Florisvaldo P. Ribeiro Jr; Ivete B. da Silva Almeida. (Org.). Ensino de História em Perspectiva Decolonial. 1ed.São Leopoldo: Olkos, 2022, v. 1, p. 1-216.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MUNIZ, D. C. G. ; CARNEIRO, M. E. R. . Aprisionando corpos, conformando espaços. Minas Gerais, 1880-1930. In: Diva do Couto Muniz; Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro; Ernesto Carneira. (Org.). Tempos de civilização e outros tempos. 01ed.Uberlândia: Edufu, 2016, v. , p. 20-45.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Um menino é o que d'elle faz sua mãe: trabalho, ordem e progresso no Brasil republicano. In: Vera Puga; Cláudia Maia. (Org.). História das Mulheres e do Gênero em Minas Gerais. 1ed.Florianópolis: Editora das Mulheres, 2015, v. 1, p. 483-506.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; COSTA, A. O. . O rap como instrumento contra a exclusão social: os Racionais MC's. In: Guimes Rodrigues Filho; Cristiane Coppe de Oliveira; João Gabriel do Nascimento. (Org.). Formação Inicial, História e Cultura Africana e Afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003. 1ed.Uberlândia: Editora Grafica Lops, 2012, v. 1, p. 01-530.
6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; NAVES, M. M. . Representações do racismo na escola: uma análise do seriado. In: Guimes Rodrigues Filho; Cristiane Coppe de Oliveira; João Gabriel do Nascimento. (Org.). Formação Inicial, História e Cultura Africana e Afrobrasileira: desafios e perspectivas na implementação da lei federal 10.639/2003. 1ed.Uberlândia: Editora Grafica Lops, 2012, v. 1, p. 1-530.
7. CARMO, Luiz Carlos do ; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** . Doce de goiaba: sabelorias sinuosas e doces memórias. In: Jorgetânia da Silva Ferreira; Mônica Chaves Abdala; Vera Lúcia Puga. (Org.). Prosas e Sabores. Uberlândia: Composer, 2011, v. , p. 53-60.
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A invenção da mulher nas representações do mundo do trabalho - Minas Gerais, 1889-1930. In: Heloisa Helena Pacheco Cardoso; Rosângela Patriota. (Org.). Escritas e Narrativas Históricas na Contemporaneidade.. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, v. , p. 99-110.

4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A escravidão no Triângulo Mineiro. In: Semana de História, 2007, Uberlândia. Semana de História 2006 - História, ensino e pesquisa. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Representação e Narrativa: usos e abusos. In: 5 Simpósio de História, 2004, Catalão. Anais eletrônicos, 2004.
6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Ordem e progresso. Trabalho, exclusão social e cidadania. Minas Gerais, 1878-1930. In: V Simpósio do Niesc, 2004, Catalão. V Simpósio do Niesc - Anais, 2004.
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A conquista da liberdade: Cenas do cotidiano uberabense nas últimas décadas da escravidão negra no Brasil. In: XI Encontro Regional de História - História e Exclusão Social, 1998, Uberlândia. XI Encontro Regional de História, 1998. p. 232-233.
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O escravo enquanto produto e reproduzidor das representações mentais na sociedade escravista: Uberaba- 1870/1890. In: II Mostra de Pesquisa do curso de História- CAC/UFG, 1995, Catalão, 1995.
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A escravidão em Uberaba- Minas Gerais. In: Semana de História - UFU, 1995, Uberlândia, 1995.

Resumos publicados em anais de congressos

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O jogo, o álcool e o lupanar: astúcias da (des)ordem nos sertões de Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, 2009, Fortaleza-CE. Simpósios Temáticos e resumos do XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza-CE: Fortaleza Editora, 2009. p. 197-197.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A construção da liberdade. A cidade de Uberaba nas últimas décadas da escravidão.. In: XVI Encontro Regional de História, 2002, Franca. XVI Encontro Regional de História. Poderes e Representações. Programação e Resumos.. Franca: Unesp, 2002. p. 220-220.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Esquecer e lembrar: reflexões sobre os modos de vida dos negros uberabenses no século XIX.. In: III Simpósio do Niesc. Cultura, arte e técnica, 2002, Catalão. III Simpósio do Niesc. Cultura, arte e técnica. Caderno de resumos e programação, 2002. p. 18-18.

9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Modernidade Interiorizada: trabalho, progresso e civilização nas Minas Gerais Oitocentistas. In: Diva do Couto Gontijo Muniz; Ernesto Carneira Sena. (Org.). Nação, Civilização e História: leituras sertanejas.. Goiânia: Editora da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2011, v. , p. --.
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A questão do trabalho: a experiência dos escravos no Brasil do século XIX. In: Valeska Guimarães Rezende da Cunha. (Org.). Licenciatura: História. Uberaba: Universidade de Uberaba, 2007, v. v. 2, p. 57-67.
11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. América Portuguesa na Era das Revoluções. In: Valeska Guimarães Rezende da Cunha. (Org.). Licenciatura: História. Uberaba: Universidade de Uberaba, 2006, v. v. 2, p. 93-105.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Cidade presta homenagem a Grande Othelo. Correo, Uberlândia, , v. 1, p. 26 - 26, 26 nov. 1995.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Os 300 anos de Zumbi e a construção de outro mito. Correo, Uberlândia, , v. 1, p. 26 - 26, 19 nov. 1995.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Uma árvore que fica.. Correo, Uberlândia, , v. 1, p. 15 - 15, 28 mar. 1995.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. In: 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2021, São Paulo, 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2021. p. 1-15.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O jogo, o álcool e o lupanar?: astúcias da (des)ordem nos sertões de Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas.. In: XXV Simpósio Nacional de História: História e Ética, 2009, Fortaleza-CE. Anais do ... Simpósio Nacional de História. Fortaleza-CE: Fortaleza, 2009. p. 1-10.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Prática étlicas e a sociedade do trabalho no sertões de Minas Gerais, 1870-1930. In: ANPUH - Minas Gerais. Encontro Regional de História. 2008, 2008, Belo Horizonte. ANPUH - Minas Gerais. Encontro Regional de História. 2008. Anais Eletrônicos, 2008.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Mobilidade escrava: tráfico, liberdade e resistência no século XIX e início do século XX. In: XXI Simpósio Nacional História no Novo Milênio, 2001, Niterói. XXI Simpósio Nacional - História no novo Milênio: entre o Individual e o Coletivo, 2001. p. 178-178.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O escravo enquanto produtor e reproduzidor das representações mentais na sociedade escravista: Uberaba-1870/1890. In: V encontro anual de iniciação científica, 1996, Londrina. V encontro anual de iniciação científica, 1996. p. 634-634.

Artigos aceitos para publicação

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. HISTÓRIA (SÃO PAULO), 2022.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Figurações do feminino na fabricação do mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. OPSIS (UFG), 2011.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Trabalho, progresso e a sociedade civilizada. As práticas médicas e as figurações do sertão mineiro na Primeira República. Fronteiras (Campo Grande), 2011.

Apresentações de Trabalho

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Movimentos antirracistas no Brasil e nos Estados Unidos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Figurações das violências coloniais e múltiplas resistências dos povos Atlânticos subalternizados. 2024. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Pensar o presente e o futuro em perspectiva afrodiaspórica. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Escravidão e raça na formação do Brasil. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Histórias, cultura negra e família escrava. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Nina Simone: arte, política e a questão racial nos Estados Unidos da América. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Famílias negras e a experiência do cativo: Uberaba, século XIX. 2016. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História e Historiografia Regional. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. CARMO, Luiz Carlos do ; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** . Em busca da igualdade? A questão racial, ações afirmativas e políticas públicas nas universidades brasileiras - Uberlândia, 2003-14. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. As inscrições de gênero e sexualidade: a educação dos corpos femininos nas Minas Gerais, 1880-1930. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. As inscrições de gênero e sexualidade: a educação dos corpos femininos nas Minas Gerais, 1880-1930. 2011. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
12. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. As representações do mundo do trabalho. Minas Gerais 1850-1950: práticas de pesquisa e escrita historiográfica. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
13. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A invenção da mulher nas representações do mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930. 2010. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
14. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Escravidão na cidade de Uberaba e Triângulo Mineiro no século XIX. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
15. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CURY, L. M.; QUEIROZ, R. C. . Ética e diversidade cultural: os desafios do paradigma da inclusão escolar. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
16. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Negros: representações, imagens, vivências. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. CARNEIRO, M. E. R. ; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** . Corpos, identidade, singularidade em movimento. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010 (Apresentação de periódico).
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Solistas dissonantes: história (oral) de cantoras negras. São Paulo: Letras e Voz, 2009. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010 (Resenha).
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do . Revista fato&versões, 2010. (Prefácio, Pós-facio/Apresentação)>.
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Apresentação. Uberlândia: EdUFU, 2007 (Apresentação de periódico).
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Apresentação. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia - EdUFU, 2007 (Apresentação de periódico).

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Pedido de Progressão Horizontal na carreira do Magistério Superior da classe de Adjunto II para Adjunto III, conforme Resolução 02/2007 e 13/2007 do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia;. 2013.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História e Perspectivas. 2011.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Revista Fronteiras. 2011.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História & Perspectivas. 2010.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. EDUFU - Processo EDUFU/025/2008. 2009.
6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Revista Educação e Filosofia. 2009.

18. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Civilizar o Sertão, modernizar as Gerais: Práticas higienadoras na Primeira República. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Representações do mundo do trabalho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O jogo, o álcool e o lupanar: astúcias da (des)ordem nos sertões de Minas Gerais nas primeiras décadas republicanas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
21. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Goiás de 1722 a 2000: um balanço historiográfico. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. A presença dos escravos no Triângulo Mineiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O racismo no Brasil. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. O racismo no Brasil. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva . A urgência de um outro mundo. São Leopoldo, 2022. (Prefácio, Pós-facio/Apresentação)>.
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARNEIRO, M. E. R. . A formação de uma nação branca: o desaparecimento da população negra na Argentina. Londres, 2022. (Tradução/Artigo).
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do . Pós-facio. Curitiba, 2021. (Prefácio, Pós-facio/Posfácio)>.
4. SILVEIRA, A. J. T.; ABREU, J. L. N.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.** . Apresentação. Catalão: Universidade Federal de Goiás, 2017 (Apresentação de periódico).
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Ontem ao Luar: cotidiano boêmio na cidade de Uberlândia nas décadas de 1940 a 1960. Uberlândia: Edufu, 2012 (Resenha).
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História & Perspectivas. 2009.
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História & Perspectivas. 2009.
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Revista Cadernos de Pesquisa do CDHIS - UFU. 2008.
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Revista Olhares e trilhas da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia - Eseba. 2005.
11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. IV Semana de História. 2005.
12. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Olhares e trilhas. Revista da Escola Básica da Universidade Federal de Uberlândia.. 2004.

Demais tipos de produção técnica

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Regimento da Revista Cadernos de Pesquisa. 2020. (Relatoria).
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Resolução do Conselho do Instituto de História. 2020. (Relatoria).
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Identidades e Culturas Afro - Brasileiras: Histórias, Políticas e Ensino (Coordenação do Simpósio Temático 028 no XX Encontro Regional de História da Anpuh - MG). 2016. (Coordenação de Simpósio temático).

Demais trabalhos

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Seminário de Pesquisa. Nível doutorado. 2005 (Seminário) .
2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. IV Semana de História - História, ensino e pesquisa: perspectivas para a construção do conhecimento no século XXI.. 2005 (Projeto de Extensão) .
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Conferência: De batuques e trabalhos: Resistência negra e a experiência do cativo - Uberaba, 1856/1901. 2003 (Conferência) .

4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Festas e festas em cultura popular. 2003 (Coordenação de seminário) .
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. V simpósio de História: História, olhares e narrativas. 2002 (Coordenação de seminário) .
6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Reflexões sobre o século XIX. 2002 (Coordenação de comunicação) .
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. II Simpósio de História: História e Documentação. 2001 (Projeto de Extensão) .
8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História local e memória. 2001 (Coordenação de comunicação) .
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Palestra: A presença dos escravos no Triângulo Mineiro. 2000 (Palestra) .
10. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Seminário de pesquisa. Nível mestrado. 2000 (Seminário) .
11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Seminário de pesquisa. Nível mestrado. 1999 (Seminário) .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. AMAURO, N. Q.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Gustavo Henrique Costa da Silva. Química Ancestral: a origem da cachaça. 2023. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós graduação em Química) - Universidade Federal de Uberlândia.
2. CARMO, Luiz Carlos do; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; INACIO, P. C. Participação em banca de Wesley Oliveira Melo. A população negra e os sentidos histórico na cidade de Paracatu-MG. 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Catalão.
11. AZEVEDO, A. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, M. A. A.. Participação em banca de Rosyane de Oliveira Abreu. Professora eu sou negra? ensino de história, relações raciais e identidades na perspectiva de jovens escolarizados do bairro Shopping Park - 2010-2015. 2016., 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
12. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; SILVA, L. M. R.. Participação em banca de Luciene Calaça. Demandas, mudanças e pressões: perspectivas acerca do ensino em Catalão 1970-2015. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão.
13. ABREU, J. L. N.; CARMO, Luiz Carlos do; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Raphael de Sousa Machado. A cultura política do coronelismo e suas representações sociais: Araguari, 1930-1945. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
14. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; NASCIMENTO, M. R.; TAVARES, M. D.. Participação em banca de Renato Rodrigues Farofa. Para os vivos e para os mortos ...transformações urbanas e os cemitérios de Uberabinha/Uberlândia 1898-1955. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
15. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARNEIRO, M. E. R.; MACHADO, L. M. M.. Participação em banca de Sibelí Oliveira de Almeida Janzen. História, cultura, gênero e poder: representações sociais em movimento no seriado de TV Homeland. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
16. SANTOS, M. P.; SANTOS, Regma Maria dos; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Janaina Nayara de Paula. A cor da ternura: os desafios de ser professor negro(a) no Sistema Educacional Público do Sudeste Goiano. 2016. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão.
17. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ABDALA, M. C.; DANTAS, S. M.. Participação em banca de Raniele Duarte Oliveira. A cidade na perspectiva de um processo civilizador: o espaço urbano uberabense e suas relações socio-culturais 1889-1927. 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
18. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; ABDALA, M. C.. Participação em banca de Johnisson Xavier Silva. O terno dos temerosos: as transformações e sentidos de suas práticas culturais na segunda metade do século XX.. 2014.
3. GOMES, A. R.; FERREIRA, J. S.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Regis Rodrigues Elisio. Comissões de Heteroidentificação: discursos, práticas e perspectivas das cotas raciais no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; NASCIMENTO, M. R.. Participação em banca de Maria Helena Raimundo. Nas margens da fé: a umbanda e o candomblé e seus enfrentamentos contra a violência e a discriminação de práticas sociais afro-brasileiras, em Uberlândia 1980-2000. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; NORONHA, G. C.; SILVA. Participação em banca de Flávio Junio Neres Muntiz. Nas tramas da justiça: sociabilidades e resistências de escravizados na Uberaba oitocentista. 2020. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
6. MAHL, M. L.; SANTOS, Nadia M. Weber; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Aline Ferreira Antunes. Tex e os tipos raciais: 1953-2000. 2019. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; SILVA, L. M. R.. Participação em banca de Keli Evangelista da Silva. Um olhar além da máscara: análise da Caretada como forma de preservar a identidade e cultura em Paracatu. 2019. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Catalão.
8. FONSECA, J. P. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; PEREIRA, K. M. A.. Participação em banca de Isabela Almeida de Oliveira. Stefan Zweig entre a literatura e o cinema: representações do exílio. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia.
9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Maria Andrea Angelotti; CARMO, Luiz Carlos do. Participação em banca de Maria Rita de Jesus Barbosa. Tramas do racismo à brasileira: o ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino de Itapagipe-MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
10. SOUSA, S. S. G.; DANGELO; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Suhellen Souza Martins. Cidade Sonora: o popular, o massivo e a cultura letrada nas ondas da Rádio Educadora de Uberlândia (1952-1969). 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
- Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
19. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MAIA, C. J.; PIMENTEL, H. U.. Participação em banca de Susi Karla Almeida Santos. "A gente não tinha nenhum direito a nada": representações sociais da comunidade remanescente de quilombo Buriti do Meio. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros.
20. CARMO, Luiz Carlos do; MACHADO, Maria Clara Tomaz; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Fernanda Santos. Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais em Uberlândia (1984-2000). 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
21. ABDALA, M. C.; MACHADO, Maria Clara Tomaz; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Jeremias Brasileiro da Silva. O congado na cidade de Uberlândia: história, memória, disputas (1916-2011). 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
22. CERASOLI, J. F.; ALMEIDA, A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Leonardo Latini Batista. As práticas liberais na configuração do Estado de Minas Gerais, 1889-1918. 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
23. Paranhos, Katia Rodrigues; DANGELO; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Renata Silva de Oliveira Galvão. Teatro sem arquitetura: as experiências do Grupo Tá na Rua, 1980-1984. 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
24. MACHADO, Maria Clara Tomaz; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; DANTAS, S. M.. Participação em banca de Wagner Cesar Rédua. Catira: música, dança e poesia do mundo rural (Uberaba século XX). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
25. PARANHOS, Adalberto de Paula; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALENCAR, M. A. G.. Participação em banca de Mary Aparecida de Alencar Durães. De trem pra Montes Claros: representações do sertão norte-mineiro nas canções do Grupo Raízes (1973-1983). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
26. MACHADO, Maria Clara Tomaz; KATRIB, C. M. I.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Fernanda Santos. Negros em movimento: sentidos entrecruzados de práticas políticas e culturais (1984-2000). 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

27. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; PARANHOS, Adalberto de Paula; CARNEIRO, M. E. R.. Participação em banca de Mary Aparecida de Alencar Durães. De trem pra Montes Claros: representações do sertão norte-mineiro nas conções do Grupo Raízes (Exame de Qualificação). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

28. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; PUGA, V. L.; MACHADO, Maria Clara Tomaz. Participação em banca de Wagner César Rédua. Catira: música, dança e poesia do mundo rural (Uberaba 1900-1990) (Exame de qualificação). 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

Teses de doutorado

1. SILVEIRA, Hélder Eterno da; SILVA, Rosângela S. da; BRITO, Talmira T. R.; SILVA, Elenita P. de Queiroz; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Regina Maria Martins Costa. Museus de ciência brasileiros e seus contributos para uma educação em ciência antirracista. 2023. Tese (Doutorado em Programa de Pós graduação em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia.

2. CARNEIRO, M. E. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; FERREIRA, J. S.; SANTOS, R. J.; SILVA, T. F. S. E.. Participação em banca de Gabriela Soares Balestero. Mulheres na diplomacia do Brasil: entre vozes e silêncios, 1931-2018. 2022. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; BRASILEIRO, Jeremias; MERLO, P. M. S.; ABDALA, M. C.; CARMO, Luiz Carlos do. Participação em banca de Johnisson Xavier Silva. Os calunzelos: quilombos e as construções da liberdade no Sertão do São Francisco. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

4. ABDALA, M. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS, Regma Maria dos; DANTAS, S. M.; SANTOS, T. P.. Participação em banca de Raniele Duarte Oliveira. Pennadas Furtivas: política, humor e crítica na imprensa de Uberaba - 1899-1903. 2021. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

5. CARMO, Luiz Carlos do; ABREU, Carminda Mendes; SANTOS, T. P.; DANGELO; BRASILEIRO, Jeremias; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Jeremias Brasileiro. Congado(a) e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia-MG: identidade, memórias, vivências - 1978-2018. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

14. MACHADO, Maria Clara Tomaz; KATRIB, C. M. I.; CARMO, Luiz Carlos do; ABREU, Marthá; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Paulo Sérgio Moreira da Silva. Beneditos Amaros: remanescentes quilombolas de Paracatu: memórias, tradições e identidades culturais (1940-2012). 2012. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

15. FONSECA, S. G.; SILVA, M. A.; CICILINI, G. A.; ZAMBONI, E.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Giselda Costa e Silva. O estudo da história e cultura afro-brasileira no ensino fundamental: currículos, formação e prática docente. 2011. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia.

Qualificações de Doutorado

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; ABDALA, M. C.. Participação em banca de Johnisson Xavier Silva. Os calunzelos: quilombos e as construções da liberdade no Sertão do São Francisco. 2020. Exame de qualificação (Doutorando em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

2. SAMPAIO, A. A. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS, R. J.. Participação em banca de Rosa Maria da Silva. Neabi/IFTM Campus Uberaba: possibilidades e desafios para a educação das relações étnico-raciais. 2019. Exame de qualificação (Doutorando em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia.

3. SPINI, A. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Participação em banca de Lara Lopes. Ver e ser vista: star sistem e cultura visual nes revistas ilustradas da Sociedade Anônima O Malho. 2018. Exame de qualificação (Doutorando em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

4. SPINI, A. P.; PUGA, V. L.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Roberta Paula Gomes Silva. Em revista: Bazar, Ilustração Brasileira e O Cruzeiro, um estudo sobre as notas sociais do artista/ilustrador Gilberto Trompowsky. 2017. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

5. CARMO, M. A. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; Paranhos, Katia Rodrigues. Participação em banca de Tulio Henrique Pereira. Imagens do corpo e da pele negros no impreso baiano: A Coisa: construções identitárias no Brasil da Primeira República. 2015. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

6. CARMO, Luiz Carlos do; CARNEIRO, M. E. R.; VIANNA, Cintia Camargo; FONSECA, Dagoberto José. Participação em banca de João Gabriel do Nascimento Nganga. O ativismo negro por meio do cinema: ações e representações dentro e fora das telas. 2019. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

7. LEHMKHUL, L.; ABREU, M. S.; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva; SPINI, A. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Lara Lopes. Ver e ser vista: star sistem e cultura visual nas revistas ilustradas da Sociedade Anônima O Malho. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

8. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; SANTOS, T. P.; ANDRE, C. M.; DANGELO. Participação em banca de Jeremias Brasileiro da Silva. O congado e a permanência do racismo na cidade de Uberlândia: identidades, memórias, vivências - 1978-2018. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; FERREIRA FILHO, A. J.; GOMES, A. R.; NOVAIS, S. N. S.; PUGA, V. L.. Participação em banca de Murilo Borges Silva. Mulheres negras e plurais: gênero, raça e sexualidade em Goiás, século XIX. 2019. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

10. SILVA, L. H. O.; RODRIGUES, A. F.; SALIBA, M. G.; APOLINARIO, J. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Walter de Oliveira Campos. A lei Afonso Arinos e a sua repercussão nos jornais. 2016. Tese (Doutorado em Faculdade de Ciências e Letras - Assis/SP) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

11. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; Paranhos, Katia Rodrigues; LEHMKHUL, L.; CARMO, Maria Andrea Angelotti; FLORES, M. B. R.. Participação em banca de Tulio Henrique Pereira. Que coisa é essa, yoyo? cor e raça na imprensa ilustrada da Bahia - 1897-1904. 2016. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

12. PUGA, V. L.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MACHADO, Maria Clara Tomaz; TEDESCHI, L. A.; ARAUJO, A. M. C.. Participação em banca de Maria Aura Marques Aidar. O 'fardo' da velhice e do envelhecimento: subjetividades e políticas públicas no Brasil. 2014. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

13. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MUNIZ, D. C. G.; BARBOSA, A. J.; DELGADO, L. A. N.; IAMASHITA, L. M. C.. Participação em banca de Paulo Thiago Santos Gonçalves da Silva. A Associação Nacional de Professores Universitários de História: espaço de identificação profissional e legitimação do saber histórico (1961-1977). 2014. Tese (Doutorado em Doutorado em História) - Universidade de Brasília.

6. CARVALHO, C. H.; LIMA, S. C. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MUSIAL, G. B. S.. Participação em banca de Josemir Almeida Barros. O ensino rural e Minas: representações da instrução primária em fins do século XIX e início do XX. 2011. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia.

7. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MACHADO, Maria Clara Tomaz; KATRIB, C. M. I.. Participação em banca de Paulo Sérgio Moreira da Silva. Beneditos Amaros: remanescentes quilombolas de Paracatu: memórias, tradições e identidades culturais, 1940-2012. 2011. Exame de qualificação (Doutorando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

Qualificações de Mestrado

1. CARMO, Luiz Carlos do; INACIO, P. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Wesley Oliveira Melo. A população negra na cidade de Paracatu: sentidos históricos de um legado em busca da liberdade. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Catalão.

2. FONSECA, S. G.; NOVAIS, G. S.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Leandra Paulista de Carvalho. O estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena nos cursos de licenciatura em história das IES públicas de Minas Gerais. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Educação) - Universidade de Uberaba.

3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; NASCIMENTO, M. R.. Participação em banca de Maria Helena Raimundo. Umbanda e Camdombê em Uberlândia/MG: religiões de matriz africana e seus enfrentamentos contra a violência e a discriminação - 1980-2000. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

4. NORONHA, G. C.; CARNEIRO, D. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Flávio Junio Neres Muniz. (Des)caminhos da (in)justiça: sociabilidade e resistências de escravizados na Uberaba do século XIX. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SAMPAIO, A. A. M.; SANTOS, R. J.. Participação em banca de Helen Cristine da Silva Costa. A literatura negra como linguagem na formação de professores de geografia: uma contribuição para a implementação da Lei 10.639/03. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia.

6. SANTOS, M. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS, Regma Maria dos. Participação em banca de Jaimina Nayara de Paula. A cor da terra: o desafio de ser professor negro no Sudeste Goiano. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Goiás.

7. PEREIRA, K. M. A.; FONSECA, J. P. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Isabela Almeida de Oliveira. Stefan Zweig entre a literatura e o cinema: representações do exílio. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia.

8. MAHL, M. L.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; GUIMARAES, J. V.. Participação em banca de Patrícia Rosa Aguiar. Vídeo Documentário sobre a Unidade de Conservação do Parque Estadual de Botumirim-MG. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em Tecnologias, Comunicação e Educação) - Universidade Federal de Uberlândia.

9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Luiz Carlos do; SILVA, L. M. R.. Participação em banca de Luciene Calça. Demandas, mudanças e pressões: perspectivas e análises acerca do ensino em Catalão. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História - Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Goiás - Regional Catalão.

10. DANGELO; MEIRELLES, L. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Suhellen Souza Martins. Cidade Sonora: cultura e cotidiano nas ondas da Rádio Educadora de Uberlândia (1952-1969). 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

11. CARMO, Maria Andrea Angelotti; CARNEIRO, M. E. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Maria Rita de Jesus Barbosa. O racismo e suas implicações na materialização da Lei 10.639/03: um estudo nas instituições de ensino de Itapagipe/MG - 2005-16. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

12. NORONHA, G. C.; CARMO, Maria Andrea Angelotti; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Rosyane de Oliveira Abreu. "Professora, eu sou negra?": ensino de história, relações raciais e identidades na perspectiva de jovens escolarizados do bairro Shopping Park - 2010-2015. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

13. MANO, M.; RODRIGUES, R. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Daniella Santos Alves. Caminhos Cambiantes: índios e negros na construção de alteridades e

CARMO, Luiz Carlos do; ABDALA, M. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Johnisson Xavier Silva. Os Reis dos Cacetes: práticas e representações das comunidades ribeirinhas na segunda metade do século XX. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS, Regma Maria dos; ALVES, Josefa Aparecida. Participação em banca de Paulo Soares Augusto. Fotografia e história: leituras e releituras do espaço urbano de Uberlândia em fotos de Osvaldo Naghettini.. 2005. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MORAES, L. S.; SANTOS, W. N. dos. Participação em banca de Lyon do Carmo Silva. Ibn Khaldun e a história como ciência: uma reflexão à luz de uma historiografia contemporânea. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Uberlândia.

2. RAMOS, A. F. C.; SILVEIRA, D. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Ana Clara de Faria do Nascimento. Victor Hugo e o Haiti: revolução e protagonismo dos escravizados nas páginas do romance Bug-Jargal, 1826. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

3. SILVEIRA, D. M.; CORREIA, I. T.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Yan Assis Damasceno Silva. Somente o Brasil tinha tudo a perder: as crônicas de Mario Filho e o Jornal dos Sports à época da Copa do Mundo de 1950. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

4. SILVEIRA, D. M.; RAMOS, A. F. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Thamiris de Lacerda Silva. Dona Durocher também partilhava idéias: a atuação da parteira na vida pública do país no século XIX, 1871-1885. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

5. Abreu; CARMO, M. A. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Rodrigo Abadio Pacheco. Leituras sobre a abolição da escravidão no Brasil. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

identidades no sertão do Campo Grande no século XVIII. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia.

14. TAVARES, M. D.; NASCIMENTO, M. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Renato Rodrigues Farofa. Para os vivos e para os mortos: reformas, transformações urbanas e os cemitérios em Uberlândia/Uberlândia 1919-1955. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

15. ABREU, J. L. N.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Maria Andrea Angelotti. Participação em banca de Jennydavisson Ribeiro dos Santos Batista. Campo Formoso uma cidade ruralista no Sudeste de Goiás: a formação do cenário urbano em tempos de República, 1870-1930. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

16. SAMPAIO, A. A. M.; WAGNER, R. A. V.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Marcia Verssiane Gusmão Fagundes. Cultura Afro-Brasileira: desafios para a implantação da Lei 10.639/03 nas escolas públicas de Montes Claros/Norte de Minas Gerais, uma análise a partir dos festejos de agosto. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia.

17. BARROS, C. M. F.; CARNEIRO, M. E. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Sibelí Oliveira de Almeida Janzen. História e imagem em movimento: representações do feminino em Homeland. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

18. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; Abreu; CARNEIRO, M. E. R.. Participação em banca de Thiago Ricciopo. Do Sertão da Farinha Podre ao Triângulo Mineiro: políticas, cenários e identidades no Brasil nos discursos de Fidélis Reis (1919-1962). 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

19. DANTAS, S. M.; ABDALA, M. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Raniele Duarte Oliveira. A cidade na perspectiva de um processo civilizador: o espaço urbano uberabense e suas relações socioculturais (1889-1927). 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

20.

6. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ABREU, J. L. N.; CORREIA, I. T.. Participação em banca de Leonardo Sobon Leal. Escola Pública e Particular no Ensino Aprendizagem: o uso da tecnologia como ferramenta educacional em tempo de COVID19. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

7. ESTEVES, L. O.; CORREIA, I. T.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Larissa da Silva Rodrigues. Ensino de História da África e Cultura Afrobrasileira: os desafios da lei 11.645/2008 na atualidade. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

8. RAMOS, A. F. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVEIRA, D. M.. Participação em banca de Isabella Oliveira Silva. Estamos criando algo a que podemos chamar de lusofonia horizontal: o embate entre o sonho lusófono na crônicas de Agulhas e o conservadorismo brasileiro contemporâneo em O Globo, 2015-2018. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

9. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva; CARMO, M. A. A.. Participação em banca de Andressa Macedo Pereira. Encarceramento em massa da população negra: um projeto de controle e extermínio das mulheres negras. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

10. BERSANI, H.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Participação em banca de Giovanna Marchiori da Silva. Racismo Institucional: o Rio de Janeiro e o Estado Democrático de Direito do Brasil no fundo do poço - 2019-20. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

11. CARNEIRO, M. E. R.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MAHL, M. L.. Participação em banca de Matheus Martins Marques Ferreira. História, comunicação, estratégias políticas em movimento: um exercício de análise de discursos 'bolsovistas' nas redes sociais, 2020-21. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

12. SPINI, A. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ALMEIDA, Ivete Batista da Silva. Participação em banca de Nathalia Alves Lemes Arruda de Andrade. A imperatriz do blues: Bessie Smith e o espaço de produção feminina de blues no século XX, 1894-1937. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

13. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; Abreu; ESTEVES, L. O.. Participação em banca de Vitória Andrada Oliveira. Racionais MCs e o mito da democracia racial: leituras sociais da periferia. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

14. MAHL, M. L.; LENK, W.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Felipe Palazzo Rodrigues.Revista Indústria e Produtividade: problemas e perspectivas para o empresário e a CNI em 1968. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
15. MAHL, M. L.; CAMPOS, M. B.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Tatiana Silva Esteves.Discussão bibliográfica sobre o período civil militar brasileiro e prospecção de fontes orais. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
16. RAMOS, A. F. C.; CARMO, M. A. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Ana Carolina Coelho Chicorski.Leva, que a mim te deixo furtar: roubo de escravos em Uberaba - Minas Gerais na segunda metade do século XIX. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
17. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MAHL, M. L.; CAMPOS, R. D.. Participação em banca de Diego da Costa Curti.Revolução Constitucional em São José do Rio Preto através dos jornais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
18. RAMOS, A. F. C.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVEIRA, D. M.. Participação em banca de Geovan Souza Silva.Identidades Escorregadias: escravidão, racismo, abolicionismo a partir do jornal Cidade do Rio 1887-88. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
19. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; OLIVEIRA, A. A. G.; ELISIO, R. R.. Participação em banca de Tuanne da Silva Santos.Deus não liga para a cor quando resolve mandar um tornado: raça e gênero em Histórias Cruzadas (2012). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
20. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, M. A. A.; OLIVEIRA, A. A. G.. Participação em banca de Mirelli Arantes Silva Ferreira.Tenda Coração de Jesus: fios e rastros da Umbanda na cidade de Uberlândia. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
21. SILVA, R. H. R.; FERREIRA, J. S.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Aline Daiane Diniz Ferreira.Mulheres na Educação de Jovens e Adultos: percursos e perspectivas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
- Pablo Larraín. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
31. LEHMKHUL, L.; SILVA, L. G.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Manuel Batista de Sá Filho.Nos 'labirintos do medo': exílio e linguagem em Depressões, de Herta Muller. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
32. CERASOLI, J. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; LEAL, E. A.. Participação em banca de Cassio Murilo Mendes.Resquícios coronelísticos no século XXI? Um olhar sobre a disputa pelo poder e a mobilização política em Tupaciguara - MG. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
33. Avelar; CARNEIRO, D. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Isaac Vasconcelos Jerônimo.Mundo Virtual e Espaço Urbano: os impactos do avanço da internet em Uberlândia, 1995-2010. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
34. Clemente; Alem; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Carine Costa Alves.Mestre Pastinha, Mestre João Pequeno de Pastinha e o Centro Esportivo de Capoeira Angola: Etnografia e Reflexões. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia.
35. Seixas, Jacy Alves de; Monteiro, Fabrício Pinto; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Carla Serafin Ferreira e Silva.Acerca da morte e o mito do vampiro em Anne Rice: estudo sobre o narcisismo contemporâneo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
36. Abreu; CARMO, Maria Andrea Angelotti; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Alexandre Augusto Fernandes da Silva.Sexo em quadrinhos: imagens e discursos das masculinidades e feminilidades no "imaginário sexual" de Carlos Zéfiro. (1950-1970). 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
37. Pereira, L. J.; SILVEIRA, D. M.; SPINI, A. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Luciano José Pereira.McDonald's - comida e identidade - uma história do surgimento da marca. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
38. SANTOS, T. P.; RIBEIRO, R. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Januce Almeida.Anos de chumbo: os caminhos e descaminhos do ensino técnico profissionalizante brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
22. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS, T. P.; RIBEIRO, R. A.. Participação em banca de Fernanda Arantes de Moraes.Êle é mandingueiro camarã - representações e práticas de mandinga na capoeira. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
23. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ABREU, J. L. N.; AMARAL, G. A.. Participação em banca de Carla Gabriela Tavares Carmo.A inserção dos negros no esporte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física - Licenciatura Ou Bacharelado) - Universidade Federal de Uberlândia.
24. CARMO, M. A. A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; RAMOS, A. F. C.. Participação em banca de Layane Cristina Vieira da Costa.Escravidão e Criminalidade: o cotidiano dos escravos nos processos criminais de Uberaba na segunda metade do século XIX. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
25. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; MAHL, M. L.; CAMPOS, R. D.. Participação em banca de Luiz Carlos do Prado Filho.Da família bandeirante ao paulista degenerado: o bandeirismo na história paulista. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
26. MONTEIRO, A.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; NASCIMENTO, M. R.. Participação em banca de Luciane de Araujo Santos.Tramas do Poder: a Igreja e a municipalidade em disputa na gestão do cemitério da cidade. Araguaí, 1900-1930. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
27. FERREIRA FILHO, A. J.; GAVARA, E.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Esther Rosa de Brito.Famílias, propriedades e escravidão na paróquia de São José do Tijucu - século XIX - Triângulo Mineiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
28. SILVA, V. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ABREU, J. L. N.. Participação em banca de Ana Gabriela da Silva.A tuberculose em São José dos Campos através do boletim médico - 1933-1936. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
29. MAHL, M. L.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; ABREU, J. L. N.. Participação em banca de Mayla Carolina de Almeida Silva.O parque municipal Victório Siqueiroli: a formação de uma consciência ecológica. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
30. SPINI, A. P.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CAMPOS, M. B.. Participação em banca de Flávia Cristina Paniago.A ditadura militar chilena: reflexões sobre a memória cinematográfica de
39. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; RIBEIRO, R. A.; SANTOS, T. P.. Participação em banca de Roberta Lourenço Cunha.A formação da umbanda em Uberlândia: um estudo comparativo entre terreiros, 1947-2009. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
40. SILVA; CARNEIRO, D. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Thiago de Castro Barbosa.Sobre a política, o Estado e a Guerra: Sun Tzu, Maquiavel, Clausewitz e Schmitt: reflexões inquietantes. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
41. SPINI, A. P.; FERRARESI, C. M.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Lucian Ferreira de Souza.Nascimento para ser selvagem? representações da contracultura no filme Sem Destino. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
42. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; VASCONCELOS, R. I. V.; RIBEIRO, R. A.. Participação em banca de Aroldo Medeiros de Lira.Umbanda omoloco: diferenças e aproximações com a umbanda tradicional. Uberlândia, 1988/2008. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
43. NOVAIS, G. S.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; LOPREATO, C. S. R.. Participação em banca de Alinne Grazielle Neves Costa.Para além dos muros: considerações sobre direitos e dignidade humana em Uberlândia. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
44. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARNEIRO, M. E. R.; LOPREATO, C. S. R.. Participação em banca de Pedro Paulo de Freitas Braga.Capoeira Angola: mandingas de criação, representações de luta e permanência de um ritual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
45. DANGELO; GOLOVATY; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Ana Carlota Ferreira de Oliveira.Fétilço da Vila: Noel Rosa e o universo do Samba. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
46. CARDOSO; JUNQUEIRA; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Geisane Martins Rodrigues.Viver as transformações no Fundinho: ansões de preservação e reconstrução de memórias, 1980-2006. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

47. DANGELO; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVA. Participação em banca de Luciene de Sousa.A radiodifusão em Araguaçu: a inserção da mulher no mercado de trabalho, 1940-1950, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
48. Gonçalves Neto, Wenceslau; Vieira, Flavio Cesar de Freitas; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Mara Luzia Regina da Silva.Ensino de História e livro didático: estudo sobre manuais utilizados no 6 ano do ensino fundamental. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
49. Paranhos, Katia Rodrigues; Lehmkuhl, Luciene; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Gláucia Dyonisio.Oito rodadas de Pif-Paf: imprensa alternativa e regime militar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
50. CARDOSO; Giuliani, Carla Denari; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Mônica Martins Moreira Garcez.Condições de trabalho e relações de sociabilidade no setor de pediatria do hospital de clínicas de Uberlândia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
51. PAULA; Nunes, Leandro José; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Janaina Batista do Nascimento.Estado Novo e malandro: um desafinado dueto a embalar a Era Vargas. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
52. DANGELO; BRITO, D. S.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Soraila Ferreira Lemos.Chico Buarque: relações de gênero e trabalho no Brasil, 1970 - 1980, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
53. DANGELO; JUNQUEIRA; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Michelle da Costa Garcia.Licenciatura em História e a formação do professor na UFU. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
54. PARANHOS, Adalberto de Paula; GRACIOLLI, Edilson José; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Roberto Camargos de Oliveira.Cultura e vida social: discurso e crítica social nas músicas hardcore - Brasil, 1990 - 2005, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
55. MACHADO, Maria Clara Tomaz; CARMO, Luiz Carlos do; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Fernanda Ferreira Cardoso.Movimento Negro, congada e carnaval: atuação social de homens e mulheres negros em Uberlândia,
56. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; RIBEIRO, R. A.; CARMO, Maria Andrea Angelotti. Participação em banca de Karla Francislene Silva.Projetos educacionais para o ensino de História no município de Uberlândia - CEMEPE/ PMU, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
57. Lehmkuhl, Luciene; VOIGT, A. F.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Luciano Alves Ferreira.Da mitologia para o mundo do entretenimento: o mito de Aquiles na Ilíada e no filme Tróia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
58. PAULA; FREITAS; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Heloísa de Souza Oliveira.Uma breve análise sobre a questão racial contemporânea: contradições em torno das políticas de ações afirmativas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
59. SILVA; BARBOSA, Katia Eliane; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Naira Roberta Moreira.Cultura popular nas práticas do ensino de história - 2005/2006, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
60. SILVA; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; TAVARES JUNIOR. Participação em banca de Cristiano Leonardo Mariano Borges.Policliamento ambiental: a polícia militar do meio ambiente na cidade de Uberlândia. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
61. SILVA JUNIOR, Renato Jales; LEMES, Ivonilda; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Eliane Santos Costa.O trabalhador rural na cidade de Itumbiara-GO na década de 1995-2005, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
62. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SANTOS; OLIVEIRA. Participação em banca de Alessandra Silva.História e Literatura, Tiradentes Herói Nacional: uma abordagem historiográfica na poesia Romancero de Inconfidência, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
63. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVA JUNIOR, Renato Jales; LEMES, Ivonilda. Participação em banca de Minéria Cantalogo Desidério.A congada e o movimento negro: espaços de manifestações político-culturais em Itumbiara-GO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
64. OLIVEIRA; DANGELO; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Participação em banca de Najara Teodoro Lima Santos.Aventuras e desventuras do herói Vagabundo: práticas de leitura infanto-juvenil no ensino fundamental, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
65. BARBOSA, Katia Eliane; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Maria Andrea Angelotti. Participação em banca de Roselmi de Melo Chagas.Abrigo da FASE: histórico e trajetória de vida de internos - Uberlândia, 1986 - 2005, 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
66. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SIMONINI. Participação em banca de Ana Cristina do Nascimento Santos.A importância da inclusão dos alunos negros nas instituições educacionais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Magistério Superior) - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.
67. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SIMONINI. Participação em banca de Jocely A. Filgueira do Amaral.Racismo na sala de aula. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Magistério Superior) - Centro Universitário Presidente Antônio Carlos.
68. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVA JÚNIOR, Renato Jales; SOARES, Edna Maria. Participação em banca de Nória Maria das Dores Vieira e Oliveira.A construção da imagem sobre o trabalhador rural: música caipira e experiência social., 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
69. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVA JÚNIOR, Renato Jales; SOARES, Edna Maria. Participação em banca de Maria Dias Silva Santos.Formação da comunidade Santa Luzia no Bairro Vila Mutirão em Itumbiara - GO (1990-1994), 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
70. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; CARMO, Maria Andrea Angelotti; BARBOSA, Katia Eliane. Participação em banca de Solange Cristina de Almeida Silva.Alguma considerações acerca da lide como o idoso senil no âmbito familiar., 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
71. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SOARES, Edna Maria; CARMO, Maria Andrea Angelotti. Participação em banca de Sara Muniz Almeida Perinazzo.Composição das famílias de Santa Rita do Paranaíba. (1889-1901), 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual de Goiás.
- 1983 - 2000, 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.
- Participação em bancas de comissões julgadoras
- Concurso público**
1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; SILVA; COSTA, I. S.. Concurso Público para Professor da Carreira do Magistério Superior. 2022. Universidade Federal de Catalão.
2. CARMO, Luiz Carlos do; CUNHA, Getúlio Nascentes da; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. História do Brasil. 2011. Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão.
3. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Concurso Público de Provas e Títulos para preenchimento de vagas de professor da Carreira de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico da Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia - ESEBA/UFU - Edital 029/2010/PROREH/UFU. 2010. Universidade Federal de Uberlândia.
4. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. EDP/PRÁTICA DE ENS., ATIV. - ACAD.CIENT.-CULTURAIS, FORMAÇÃO SOCIO-HIST. DA SOC. BRASILEIRA - Edital 15/2009. 2009. Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
5. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; FREITAS, Eliane Martins de; CUNHA, Getúlio Nascentes da. Didática e Prática de Ensino de História. 2008. Universidade Federal de Goiás - Campus Avançado de Catalão.
- Outras participações**
1. CORREIA, I. T.; **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; LENK, W. Teoria e Metodologia da História. 2019. Universidade Federal de Uberlândia.

2. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**; NASCIMENTO, M. R.; CARNEIRO, M. E. R.; CAMPOS, M. B.; NUNES, L. J.; NORONHA, G. C. banca examinadora especial com a finalidade de avaliar o exame de suficiência do aluno Matheus Oliveira Knychala, matrícula, 97849. 2013. Universidade Federal de Uberlândia.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. II Congresso de Ensino, Extensão e Pesquisa em História. Black-ish de Kenya Barris: representações múltiplas da negritude. EUA, século XXI. 2024. (Congresso).
2. 10º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.O projeto da parteira Madame Durocher sobre a emancipação dos escravos na crise do Império brasileiro. 2021. (Encontro).
3. Ensino de Geografia e Relações Etnico-Raciais: racismo na escola.Os significados da liberdade nessa máquina chamada mundo: o projeto de emancipação da Madame Durocher. 2020. (Outra).
4. I Seminário Interno do PPGH-UFU.Religião, violências e mídias. 2019. (Seminário).
5. I Seminário Interno do PPGH-UFU.Religião, violências e mídias. 2019. (Seminário).
6. III Encontro do Grupo de Pesquisas História da Educação e História Regional.História e Historiografia Regional. 2016. (Encontro).
7. II Jornada do Laboratório dos Estudos Judaicos.Os diários de Anne Frank. 2016. (Seminário).
8. Projeto Cinema e Educação.Nina Simone: arte, política e a questão racial nos Estados Unidos da América. 2016. (Outra).
9. XX Encontro Regional de História: história em tempos de crise.Famílias negras e a experiência do cativo: Uberaba, século XIX. 2016. (Simpósio).
10. XX Encontro Regional de História da Anpuh-MG: História em tempos de crise, 2016, (Encontro).
23. Tempos de Vieira e Machado: autoridades e autorias. 2008. (Outra).
24. "Pra Frente, ó Brasil": 70 anos de Estado Novo. 2007. (Seminário).
25. Os desafinados: sambas e bambas no Estado Novo. 2007. (Oficina).
26. Seminário de Pesquisa.Coordenação. 2007. (Seminário).
27. I Simpósio de Valorização da Cultura e da Consciência Negra da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Catalão-GO.Educação e Tolerância Democrática: diálogos anti-racistas no limiar do século XXI. 2006. (Simpósio).
28. Palestra A Nova História Cultural. 2006. (Seminário).
29. Semana de História - História: ensino e pesquisa.A escravidão no Triângulo Mineiro e a conquista da liberdade no século XIX. 2006. (Encontro).
30. Seminário de Pesquisa.Coordenação. 2006. (Seminário).
31. IV Semana de História.IV Semana de História. História, ensino e pesquisa: perspectivas para a construção do conhecimento no século XXI. Universidade Estadual de Goiás.. 2005. (Simpósio).
32. História: olhares, leituras e narrativas.V Simpósio de História: História- Olhares, leituras e narrativas. 2004. (Simpósio).
33. V Simpósio do Niesc: Comunicação e Cultura.V Simpósio de Niesc. Comunicação e Cultura. 2004. (Simpósio).
34. A cultura afro-brasileira, o professor e a sala de aula.Seminário A cultura afro-brasileira, o professor e a sala de aula. 2003. (Seminário).
35. I Seminário de Estudos Históricos. A história na prática e a prática na história.I Seminário de Estudos Históricos. A história na prática e a prática na história. 2003. (Seminário).

11. III Seminário de História e Cultura: gênero e historiografia.Em busca da igualdade? A questão racial, ações afirmativas e políticas públicas nas universidades brasileiras - Uberlândia, 2003-14. 2015. (Seminário).

12. II Seminário de História e Cultura: imagens na escrita da história.Festas e Trabalho no Brasil dos séculos XVIII e XIX: escritas, representações e imagens do cotidiano. 2014. (Seminário).

13. III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.Representações do mundo do trabalho: Minas Gerais, séculos XIX e XX.. 2012. (Seminário).

14. I Seminário Internacional de História do Tempo Presente.As inscrições de gênero e sexualidade: a educação dos corpos femininos nas Minas Gerais, 1880-1930. 2011. (Seminário).

15. VI Congresso Mineiro de formação dos professores para a Educação Básica. As representações do mundo do trabalho. Minas Gerais 1850-1950: práticas de pesquisa e escrita historiográfica. 2010. (Congresso).

16. XVII Encontro Regional de História: Conhecer, pesquisar e ensinar História, o lugar do conhecimento no mundo contemporâneo.Campos do simbólico no âmbito da pesquisa histórica. 2010. (Encontro).

17. Imagens de Negros.Negros-Imagens-Representações. 2009. (Outra).

18. IV Simpósio Internacional de História: Cultura e Identidades.Vadios, vadiagem e o sertão civilizado: representações do mundo do trabalho no oeste de Minas Gerais, 1870-1930. 2009. (Simpósio).

19. Semana de História 2009 e X Encontro de Professores de História do Triângulo Mineiro.Historiografia e Fontes Históricas. 2009. (Encontro).

20. VII Encontro Nacional perspectivas para o Ensino de História.História e cultura africana e afro-brasileira na educação escolar. 2009. (Encontro).

21. XXV Simpósio Nacional de História.O jogo, o álcool e o Iupunar: astúcias da (des)ordem nos sertões de Minas Gerais. 2009. (Simpósio).

22. I seminário de estudos em História e Cultura.Práticas de Pesquisa: os arquivos e a (in) formação do historiador. 2008. (Seminário).

36. V Encontro de História.V Encontro de História: Reflexões Interdisciplinares: outras propostas para um novo milênio.. 2003. (Encontro).

37. XV Seminário Institucional.Extensão Universitária. XV Seminário Institucional. Olhares sobre a cidade: Uberaba no século XIX. 2003. (Oficina).

38. III Simpósio do NIESC.III Simpósio do Niesc. Cultura, arte e técnica. 2002. (Simpósio).

39. XVI Encontro Regional de História. Poderes e Representações.XVI Encontro Regional de História. Poderes e Representações. 2002. (Encontro).

40. II Simpósio do NIESC: Cultura e Religiosidades.II Simpósio do NIESC: Cultura e Religiosidades. 2001. (Simpósio).

41. XXI Simpósio Nacional. História no novo milênio: entre o Individual e o Coletivo..XXI Simpósio Nacional. História no novo milênio: entre o Individual e o Coletivo.. 2001. (Simpósio).

42. I Simpósio de História.I Simpósio de História. 2000. (Simpósio).

43. Cultura e Identidade Negra nos 500anos do Brasil.II Forum de Cultura de Catalão. 1999. (Outra).

44. XI Encontro Regional de História.XI Encontro Regional de História. 1998. (Encontro).

45. XIV Encontro Regional de História.XIV Encontro Regional de História. Sujeito na História: práticas e representações. 1998. (Encontro).

46. IICongresso de Ciências Humanas Letras e Artes. II Congresso de Ciências Humanas Letras e Artes. 1995. (Congresso).

47. 10 Congresso Brasileiro de Arquivologia. 10 Congresso Brasileiro de Arquivologia. I Forum deArquivos Municipais de Tradição Ibérica. 1994. (Congresso).

- RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. XVII Encontro Regional de História - Conhecer, pesquisar e ensinar história: o lugar do conhecimento no mundo contemporâneo. 2010. (Congresso).
- RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. XVII Encontro Regional de História - Conhecer, pesquisar e ensinar história: o lugar do conhecimento no mundo contemporâneo. 2010. (Congresso).
- RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. VII Encontro Nacional Perspectivas para o Ensino de História. 2009. (Outro).
- RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. VII Encontro Nacional Perspectivas para o Ensino de História. 2009. (Outro).
- RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Vem pra UFU. 2007. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado



- Iraídes Monteiro Cantuária. O papel da educação na construção da identidade negra. História. Início: 2024. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós graduação em História - Mestrado Profissional) - Universidade Federal de Catalão. (Orientador).
- Márcio Luiz Fernandes Barbosa. Biblioteca como espaço de ensino-aprendizagem de História. Início: 2023. Dissertação (Mestrado profissional em Mestrado Profissional em História) - Universidade Federal de Catalão. (Orientador).
- João Eurípedes de Araújo. Entre livres e cativos: reflexões sobre a família escrava na Uberaba Oitocentista. Início: 2022. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Coorientador).
- Viviane Pereira Ribeiro Oliveira. O ensino de história e a cultura escolar: a lei 10.639 e suas práticas entre 1994-2012 - Itulutaba/MG. Início: 2015. Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).
-  Júlio Cesar de Souza. Sociedade e Escravidão no século XIX: crianças escravas em Uberaba, 1871-1888. 2013. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

- Zilda Rosa de Souza. A inclusão do aluno afro-brasileiro no sistema escolar: ênfase na lei 10.639 e a consciência negra. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Inclusão Escolar) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Adriana de Souza Oliveira. O livro didático a favor da prática do professor quanto a aplicação da lei 10.639/03. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Inclusão Escolar) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Josefa Aparecida Alves. Imaginários em conflito: as transformações ocorridas na pp. Tubal Vilela. 2001. 57 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Sandra Aparecida de Lima. Museu e memória: Museu Municipal de Uberlândia (1984-1996). 2001. 59 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Soene Ozana de Lima. Configurações do espaço urbano elaboradas pela imprensa local - Uberabinha, 1907-1916. 2001. 50 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em História) - Universidade Federal de Goiás Campus Avançado de Catalão. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

- Karine Queiroz Pires. Matar o criminoso, salvar o homem: o lugar da educação no método APAC. Patrocínio, Minas Gerais, 2022-22. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
-

-  Johnisson Xavier Silva. Os Reis dos Catetes: práticas e representações das comunidades ribeirinhas na segunda metade do século XX. Início: 2012. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).
-  Julio Cesar de Souza. As crianças cativas no Triângulo Mineiro - 1871-1888. Início: 2011. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Orientador).

Trabalho de conclusão de curso de graduação


- Aloísio Eurípedes Borges. Análise fílmica do Clube da Luta. Início: 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).
- Aline Romano. Humor com drama: estudo da memória e da trajetória de Tom Zé. Início: 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).
- Ludmila Rodrigues Galvão. Patrimônio Histórico - Araxá. Início: 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. (Orientador).

Iniciação científica

- Fernanda Queiroz Ferreira Vasconcelos. Mulheres construindo Brasília: representações e identidades no Brasil do século XX. Início: 2024. Iniciação científica (Graduando em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

-  Johnisson Xavier Silva. O terno dos temerosos: as transformações e sentidos de suas práticas culturais na segunda metade do século XX. 2014. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, . Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Tuanne da Silva Santos. Deus não liga para a cor quando resolve mandar um tornado: raça e gênero em Histórias Cruzadas (2012). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.

- Mirelli Arantes Silva Ferreira. Tenda Coração de Jesus: fios e rastros da Umbanda na cidade de Uberlândia. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Fernanda Arantes de Moraes. Iê! Ele é mandingueiro camará - representações e práticas de mandinga na capoeira. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Nizilene Lopes Ferreira. O medo do fim: as atitudes e sentimentos dos católicos diante da morte. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Aline Romano. A trajetória de Tom Zé: do tropicalismo ao ostracismo midiático.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Ludmila Rodrigues Galvão. O espaço urbano de Uberlândia: bairro Fundinho além das estruturas de concreto e seus traçados, 1983-1988. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Januce Almeida. Anos de chumbo: os caminhos e descaminhos do ensino técnico profissionalizante brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Roberta Lourenço Cunha. A formação da Umbanda em Uberlândia: um estudo comparativo entre terreiros, 1947-2009. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
- Aroldo Medeiros de Lira. Umbanda omolocó: diferenças e aproximações com a umbanda tradicional. Uberlândia, 1986/2008. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.

11. Pollyana Correia da Costa. Um breve estudo sobre a formação de professores de história e a experiência docente. Prata-MG. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
12. Karla Francislene Silva. Projetos educacionais para o ensino de História no município de Uberlândia - CEMEPE/PMU. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.
13. Luis Fernando Mordente. Ensino de História e inclusão digital: o futuro já chegou. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior.

RIBEIRO JUNIOR, F. P.. Movimentos antirracistas no Brasil e nos Estados Unidos. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 07/11/2024 às 24:01:40

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

Inovação

Projeto de extensão

2024 - Atual

Celebrações dos 60 anos do Curso de História da Universidade Federal de Uberlândia

Descrição: Ao longo do ano de 2024 serão realizadas atividades, com a participação de professores da escola básica, dos estudantes de graduação e pós-graduação e dos docentes do instituto de história, de comemoração e de discussões sobre os rumos da instituição para a próxima década..

Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) .

Integrantes: Florisvaldo Paulo Ribeiro Junior - Coordenador / Tara Toscano Correia - Integrante / Thiago Lenine Tito Tolentino - Integrante / Luciana Lemes de Andrade Barbosa - Integrante / Rafael Fumero Rocha - Integrante.

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. **RIBEIRO JUNIOR, F. P.**. Pensar o presente e o futuro em perspectiva afrodiaspórica. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 2.